

NEDA MOHTADI DOUSTDAR

IMIGRAÇÃO POLONESA: RAÍZES HISTÓRICAS DE UM PRECONCEITO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Mestrado em História do Brasil, área de concentração em História Social, da Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Prof. Sérgio Odilon Naldin.

314.742
(438:816.2)
D74L2i

CURITIBA
1990

NEDA MOHTADI DOUSTDAR

**IMIGRAÇÃO POLONESA: RAÍZES HISTÓRICAS DE
UM PRECONCEITO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Sérgio Odilon Nadalin
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR

Prof. Sílvia Maria P. de Araújo
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR

Prof. Carlos Roberto A. dos Santos
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR

Curitiba, 20 de dezembro de 1990.

"A Terra é um só país, e a
humanidade seus cidadãos"

Bahá 'u' lláh

À memória de meu pai Aziz e
à minha mãe Foruz, imigrantes
sem fronteiras, no coração, no mundo.

Aos meus filhos
Silvio e Laura, pequenos atores
do meu próprio redescobrir.

Ao Darcy, amigo eterno e fiel companheiro,
que ao meu lado teceu idéias e desenhou
caminhos, inspirando a qualidade essencial
desta história, e da nossa,
também ela singular.

À memória de Silvio,
onde tudo, apenas começa;
à memória de minha prima Didar.
À minha família e, em especial,
meu querido irmão, espero que encontrem
nestas páginas motivos que revelem os
meus anseios e me queiram bem.

AGRADECIMENTOS

Cumpro o dever de registrar que o presente trabalho só pôde ser realizado graças ao amparo da Universidade Federal do Paraná, através do Departamento de Pós-Graduação em História, ao CNPq e a CAPES, pela concessão de bolsa de estudo e amparo à pesquisa. Quero registrar, também, o apoio oficial dado pelo IPARDES, através do programa de apoio à tese e, em especial, ao coordenador de pesquisa, Carlos Manuel, pela particular atenção em me fornecer a editoração final dessa produção científica. Nesse mesmo sentido, agradeço os reparos e sugestões feitas pela Comissão Examinadora do Departamento de Pós-Graduação em História, composta pelos professores Ruy Wachowicz e Carlos Santos.

A realização deste estudo só se tornou possível graças à atenção constante do meu orientador, prof. Sérgio Nadalin, que soube sempre associar à crítica o estímulo permanente e pela inestimável ajuda que me prestou na elaboração deste trabalho.

Em especial, quero agradecer o mestre e amigo Octávio Ianni, cuja experiência inovadora no campo da investigação científica e, cultura histórica vinculada às transformações da sociedade brasileira foram estímulos indispensáveis no exame e

no debate deste estudo, tendo ficado generosamente ao meu dispor. Em muitos aspectos, o seu auxílio se tornou verdadeira colaboração, e suas sugestões, de grande valia.

Quero expressar, ainda, os meus agradecimentos à prof. Silvia Araújo, pela gentileza e acuidade crítica com que discutiu comigo pontos fundamentais da versão preliminar deste estudo.

Aos meus amigos e companheiros de viagem, João Urban e Noeme de Oliveira, que mais de perto ajudaram-me a realizar este estudo, espero que encontrem nestas páginas o entusiasmo e o apoio que me dispensaram, nas conversas, nas fotos, nas fitas...

Não posso deixar de lembrar com saudade e reconhecimento os poloneses de Tomás Coelho, em especial as famílias Jaramiski, Kruppa, Jablonski, Czelusniak, Pirog e Bojan, que me acolheram tantas vezes e, a quem devo muito do que aprendi da cultura polonesa. As suas conversas eram lições constantes; suas experiências, imensas; suas memórias, prodigiosas. Enfim, pelo que me forneceram, como objeto de investigação.

Quero agradecer a colaboração generosa de meus amigos e colegas de trabalho, do setor de revisão, editoração e normatização do IPARDES, Cristina, Léia, Luiza, Dirce e, em particular, Marise Manoel, pela gentileza de preparar a versão final deste trabalho, em tempos difíceis.

Agradeço especialmente ao amigo e prof. Luiz Antonio Domakoski, pelo empréstimo dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa.

Agradeço também aos meus amigos Valéria, Áurea, Carla, Renata, Lucimar, Alberto, Mainha, Preta, Rosângela, Sid, Solange, Rosilda, Loca, Sônia, Iara, Pedrinho e Paulinho, que me acompanharam esses anos, cada um a seu modo, dando exemplo de respeito e estímulo ao trabalho intelectual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 TERRA, TRABALHO E IMIGRAÇÃO.....	28
1.1 A COLÔNIA TOMÁS COELHO.....	29
1.2 IMIGRAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: O POLONÊS....	36
2 PRECONCEITO E SEGREGAÇÃO.....	44
3 FONTES DO PRECONCEITO ANTIPOLONÊS.....	55
3.1 O GERMANISMO ANTIPOLONÊS.....	62
3.2 A INSERÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE ALIMENTOS.....	68
4 AUTO-SEGREGAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL.....	76
4.1 A PARTILHA DA POLÔNIA PELAS POTÊNCIAS IMPERIALISTAS..	76
4.2 O NACIONALISMO POLONÊS.....	81
4.3 O CATOLICISMO E A NAÇÃO POLONESA.....	84
5 A TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA MERCANTIL NO BRASIL...	94
5.1 A ECONOMIA ESCRAVISTA DE EXPORTAÇÃO.....	94
5.2 O IMIGRANTE POLONÊS.....	102
5.3 A DESAGREGAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA, OS PEQUENOS PRODUTORES E A INCORPORAÇÃO DO POLONÊS NO SISTEMA AGROEXPORTADOR.....	107
5.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS E O CONFLITO INTERÉTNICO.....	111
5.5 RELIGIÃO E IDENTIDADE ÉTNICA POLONESA.....	117
CONCLUSÃO.....	123
ANEXO 1 - ENTREVISTA COM MORADORES DE TOMÁS COELHO SOBRE A QUESTÃO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	129

ANEXO 2 - REUNIÃO COM A COMISSÃO DE MORADORES, PASTORAL
DA TERRA E VEREADORES SOBRE A QUESTÃO DA
DESAPROPRIAÇÃO..... 142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 150

"Como se me incomodasse dar a outros as mesmas oportunidades e direitos que tenho, como se para os meus próprios direitos não fosse indispensável que outros também os tivessem iguais".

Walt Whitman

"É necessário que as histórias já se tenham passado. Poderíamos até dizer que, quanto mais se distanciam do presente, melhor corresponderão à sua qualidade essencial e mais adequadas serão ao narrador, este mago que evoca o pretérito... Numa palavra, não é propriamente ao tempo que a história deve o seu grau de antiguidade.

Thomas Mann (A Montanha Mágica)

"Todo grande homem tem uma força retroativa: por causa dele, toda a história é de novo colocada na balança, e mil segredos do passado saem de seus esconderijos para dentro do sol dele. Nem se pode adivinhar o que um dia irá ser história. Talvez o passado nem esteja ainda descoberto em sua essência. Precisamos ainda de tantas forças retroativas!"

Nietzsche (A Gaia Ciência)

"Toda a História não é outra coisa senão uma transformação contínua da natureza humana".

K. Marx e F. Engels

"Pobre nação! é longo o teu martírio;
a tua dor pede vingança e termo;
muito hás vertido em lágrimas e sangue.
É propícia esta hora. O sol dos livres.
Como que surge no dourado Oriente.
Não ama a liberdade, quem não chora
contigo as dores tuas;
E não pede, e não ama, e não deseja
Tua Ressurreição, finada heróica".

Machado de Assis (Crisálidas)

"Mudam de céu, não de espírito, os que transpõem o mar".

Horácio

INTRODUÇÃO

Este estudo partiu de um problema concreto, a desapropriação da área a ser inundada pela barragem do rio Passaúna, que levou o governo paranaense, em colaboração com outras entidades oficiais, a promover o levantamento conjunto dos problemas afetos à sua construção.

A realização dessa obra, tem origem no Projeto de Lei nº 4291, de 7 de dezembro de 1977, tendo sido iniciada em setembro de 1982.

PROJETO PASSAÚNA

A execução da barragem do rio Passaúna decorreu dos estudos de demanda na área metropolitana de Curitiba. Nessa área, o pleno aproveitamento dos recursos hídricos depende da formação de reservatórios para regularizar a pequena vazão dos rios aí existentes, na maioria formadores de bacias, localizadas nas suas cabeceiras. Dentro do programa de construção de barragens para o aproveitamento dos rios e mananciais da região metropolitana, estipulou-se a construção da barragem do Passaúna.

A elaboração dos projetos executivos e a construção de barragens foram atribuídas ao Governo Federal, por meio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS -, cabendo ao Governo do Estado a desapropriação das áreas necessárias ao

programa. Esse acordo, previsto desde 1977, foi celebrado somente em 1982.

O Estado do Paraná, ciente da complexidade e variedade dos assuntos envolvidos no acordo, tratou a problemática do Passaúna como um todo. Para não delegá-la apenas a um órgão, instituiu, através do Decreto 6281, no âmbito da Secretaria do Estado do Interior, a "Comissão Coordenadora da Bacia do Rio Passaúna", com o objetivo de integrar os órgãos ligados a essa problemática.

O Plano Diretor de Abastecimento de Água e Controle de Poluição da Área Metropolitana de Curitiba, executado em 1976, recomendou a utilização do Passaúna como manancial de abastecimento, com uma vazão regularizada de 2,2 m³/s. Estudos efetuados posteriormente (1977) recomendaram a regularização de 3,0 m³/s, tendo em vista a vazão média de longo período de 3,25 m³/s no local da barragem. A versão dos estudos hidrológicos, efetuada em 1980, manteve a mesma vazão regularizada, fixando um volume útil de 48 x 10⁶ m³, contidos entre o nível mínimo de 879,5m e o nível normal de 887,2m. O Plano Geral Água-Esgoto da Região Metropolitana de Curitiba, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), concluía que para o volume acima seria possível regularizar 2,1 m³/s.

A despeito da inexistência de parâmetros exatos, foi declarada de utilidade pública, pelo Decreto 4291, de dezembro de 1977, a desapropriação de 10 km² de terras na bacia do Passaúna. Não sendo tomadas as providências devidas e face ao esgotamento do prazo de validade do decreto anterior, o governo baixa o Decreto 3031, de junho de 1984. Esse Decreto, mais uma

vez, se declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de 10 km², com urgência para a construção da barragem e reservatório. Autoriza também, a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), a proceder as desapropriações e dá competência ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) para executar os serviços de demarcação e cadastramento da área compreendida pela bacia de inundação. O ITCF executa o levantamento Planialtimétrico da cota 892,0m, acima, portanto, daquela fixada pelos estudos hidrológicos de 1980.

Dado o cronograma de trabalho, a primeira etapa das obras correspondente ao desvio do canal de descarga e formação do lago, esse atingiria, agora, a cota 871,5m. Para evitar prejuízo à qualidade da água, impõe-se a remoção da cobertura vegetal da área atingida pelo lago e, como medida de segurança, considerou-se adequada essa remoção até a cota 873,0m. Assim, ficou a SUREHMA encarregada de desapropriar as áreas abrangidas pela cota acima e proceder a remoção da cobertura vegetal. Num levantamento preliminar, foi estabelecido um total de 179 propriedades a serem desapropriadas a partir dos marcos da cota 873,0m.

DESAPROPRIAÇÕES

Houve sempre descompasso e falta de coordenação na implantação do Projeto, com atrasos substanciais na construção da barragem, além da forma caótica com que o Estado tratou das desapropriações. Isso ocasionou revolta e descontentamento por parte dos desapropriados.

Assim, a SUREHMA, antiga Administração de Recursos Hídricos, foi autorizada, pelo Decreto 4291, de 1977, a tomar as medidas necessárias às desapropriações, podendo praticar os atos judiciais e extrajudiciais para cumprimento do Decreto. Pouco antes de expirado o prazo de cinco anos de validade do Decreto, foram propostas três Ações de Desapropriação.

Apesar disso, a empreiteira da obra contratada pelo DNOS foi autorizada a entrar na área, um verdadeiro esbulho do direito de propriedade, uma vez que o Governo do Estado não promovera as competentes e justas indenizações aos proprietários.

Em março de 1985, foram liberados recursos para o início das desapropriações, priorizando os pequenos proprietários e áreas em que o Estado tem interesse de resgatar a memória, cultura e patrimônio da comunidade.

De março a junho de 1985, a despeito das preocupações "culturais" do Estado, houve grande agitação e indignação provocadas pelas desapropriações, acarretando a paralisação desses processos.

Já, em 21 de abril de 1985, os "ingratos poloneses" haviam remetido "cartas às autoridades e à população", com os tópicos seguintes:

- a) suspensão da barragem do rio Passaúna;
- b) se provada a necessidade da barragem, reajustamento de 200% na avaliação efetuada pelo ITCF;
- c) construção de infra-estrutura necessária antes da realocação dos atingidos.

Quase um mês depois, os moradores da Colônia Tomás

Coelho apresentam o "Documento dos Colonos Atingidos pela Construção da Barragem do Rio Passaúna - DOC, nº 2", criando uma comissão de representantes; dando voto de confiança frente às explicações do Estado sobre a necessidade e irreversibilidade da barragem e apresentando reivindicações e decisões resumidas em nove tópicos, entre os quais, e o principal, a exigência da atualização dos preços e avaliações do ITCF.

Realizados os primeiros acertos, a comunidade exigiu ser ouvida pelo Governo do Estado por meio de uma comissão de proprietários. Esses acontecimentos refletiram também no poder Legislativo, que constituiu uma Comissão Parlamentar para apreciar o assunto.

PRECONCEITOS E AÇÃO ESTATAL

O convênio que deu origem à Comissão Coordenadora da Bacia do Rio Passaúna objetivou uma ação conjunta que viabilizasse um levantamento da área em seus aspectos históricos, antropológicos, arquitetônicos, iconográficos e sócio-econômicos, através da elaboração de estudos que servissem de subsídio para evitar, posteriormente, prejuízos à comunidade envolvida.

Ao se buscar o perfil da comunidade atingida pelo represamento das águas do rio Passaúna, afloraram duas questões básicas que, aparentemente, mostraram-se antagônicas; uma que se referia ao aspecto étnico-cultural e, outra, ao sócio-econômico, mais especificamente voltada para a questão fundiária.

Essa visão reflete diferentes posições quando se verifica que a análise que releva os aspectos culturais, conside-

rada isoladamente (mesmo sabendo-se da importância que a memória étnico-cultural tem para a história), acaba por omitir parte de uma realidade complexa e antagônica, na qual existem variáveis econômicas determinantes.

Ao optar por fazer o resgate da memória de Tomás Coelho, o Estado se omitiu em relação à questão econômica mais abrangente, o que não é determinado somente pelo fato de se tratar de uma colônia centenária polonesa, mas sim por essa estar vinculada às necessidades efetivas que venham garantir a sobrevivência dos produtores agrícolas da região. E, assim, todos, sem exceção, esqueceram de que naquela colônia havia moradores, na maioria poloneses, alguns imigrantes e, além disso, sobrevivendo da pequena produção mercantil.

A correta inserção das relações mercantis no componente étnico-cultural exigia do Estado indenização com preços justos, pois a propriedade é para os moradores a unidade de produção e de consumo. As relações sociais de produção estão assentadas em laços de parentesco, o que dá à economia da colônia um caráter peculiar em que a unidade de trabalho é a família. As relações econômicas de produção estão diretamente ligadas ao caráter da reprodução da família enquanto unidade produtiva. Isso depende estritamente da sua inserção no mercado. E, essas relações familiares são compreendidas somente dentro do componente étnico-cultural.

Essa barragem veio, assim, comprometer a sobrevivência da Colônia Tomás Coelho, desarticulando-a de forma abrupta, aprofundando a desagregação gradativa que ali vinha ocorrendo.

Esses fatos me levaram a considerar que a ação do Es-

tado tem origem e procura se legitimar sobre preconceitos enraizados na sociedade com relação aos imigrantes poloneses.*

Assim, propõe-se o estudo dos preconceitos envolvidos nas relações interétnicas e os problemas ligados à etnia e religiosidade, de um ponto de vista histórico e sociológico.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Com o objetivo de reconstruir e compreender o desenrolar das manifestações da vida social no decurso do tempo, cabe dizer que o historiador não procura estabelecer leis a partir de variáveis abstraídas do real, mas atingir cada processo concreto na sua complexidade total, na sua originalidade irreduzível.¹ No objetivo do historiador, há a preocupação com o singular, que tem no tempo real e cronológico uma de suas dimensões.²

Dessa forma, a história não é apenas o levantamento de dados ou fatos, mas o entendimento das relações entre os fatos e interpretação de seu sentido. A história, como toda a forma de conhecimento, procura explicar uma relação desconhecida, dando origem a duas ordens de elementos: os fatos e sua interpretação, inse-

*Ao afirmar que o Estado age com base em preconceitos enraizados na sociedade e procura se legitimar sobre esses preconceitos, sabemos que o Estado não é um "sujeito consciente" movido por idéias preconceituosas. O preconceito existe na sociedade, permeando as relações sociais e tem ressonância no Estado que sintetiza e potencializa essas relações (de dominação), porque ele mesmo é produto de relações sociais e existe enquanto uma relação social de poder. Concretamente, o Estado capitalista deveria reconhecer a propriedade privada e a necessidade de uma indenização justa, quando desapropriada para uso social, atribuindo-lhe o valor correto e realizando o pagamento a tempo. Isso não ocorreu na colônia Tomás Coelho, o que não impediu que o Estado promovesse o resgate cultural da colônia e, para isso, dispendendo recursos, ao mesmo tempo que regateava a indenização, esquecendo que se tratava, antes de mais nada, de proprietários e produtores mercantis. É preciso acrescentar, ainda, que a ação do Estado não constitui objeto de estudo; é um pressuposto.

¹PIAGET, Jean. A situação das ciências do homem no sistema das ciências. Lisboa : Livraria Bertrand, 1970. v.1, p.23/24.

²HOBBSBAWM, Eric J. From social history to the history of society. Nordalus, v.100, n.1, p.20-45, Winter 1971.

paravelmente ligados num trabalho de história.

A interpretação dos fatos liga-se a uma teoria que forma, pelos seus conceitos, uma visão explicativa da realidade. O trabalho do historiador representado pela análise de uma realidade passada se faz, portanto, num quadro teórico.

Quando se analisa o passado, fazemos indagações com as perguntas que nos interessam hoje, avaliando a significação desse passado na sua relação conosco. Quando usamos as perguntas de hoje adquirimos o passado pela sua permanência no mundo atual, pois somos o passado plenamente desenvolvido. O estudo do passado não é um procedimento meramente aditivo, pois não utilizamos a massa dos fatos para preencher um tempo homogêneo e vazio sem qualquer armação teórica.³ O lugar da construção do objeto da história não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras. Esse "carregado de agoras" é a consciência de se fazer explodir o continuum da história.⁴

Nesse sentido, o historiador não aponta para uma imagem eterna do passado, mas constitui uma experiência com o passado.

Na problemática da história, a realidade, enquanto experiência com o passado, deve ser apreendida na totalidade da inter-relação entre os níveis econômico, político e ideológico, incluindo-se neste último os aspectos culturais, ideológicos e religiosos que nos interessam mais de perto.

³BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In:..... Obras escolhidas : magia e técnica, arte e política. São Paulo : Brasiliense, 1985. v.1, p.229-230.

⁴BENJAMIN, Walter. p.229-230.

História e Cultura

No que se refere à cultura, importa reconhecer a sua multiplicidade de referências, procurando englobar, simultaneamente, objetos, conhecimentos e capacidades. Assim, a cultura se refere aos modos de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, e, aos modos de conceber e expressar a realidade.

A cultura diz respeito, portanto, à existência social de um povo ou nação, dos grupos e das classes sociais, enfatizando quer as formas de conceber e organizar a vida social, quer seus aspectos materiais. Essa concepção de cultura trata de povos e de realidades sociais distintas caracterizadas pela forma de produzir o necessário para sobreviver e pela maneira de ver o mundo.

O destaque para as diferenças e particularidades, implícitas na conceituação de cultura, não está associado com o aleatório e casual. As sociedades humanas estão sujeitas a forças causais uniformizadoras, entre as quais Darcy Ribeiro inclui um imperativo geral e três condicionantes básicos, de caráter extra-cultural, bem como uma série de fatores causais de natureza propriamente cultural.⁵

O homem atua sobre uma natureza que possui uma uniformidade com regularidades físico-químicas e biológicas, às quais ele deve se ajustar. Esse é o imperativo básico, cujo papel homogeneizador se expressa na tecnologia produtiva. Esta, por seu modo de ação sobre a natureza, atem-se aos seus requisitos. Como resposta a este imperativo é que encontramos em todas as culturas um corpo

⁵RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Rio de Janeiro : Vozes, 1979. p.22.

mínimo de conhecimentos objetivos e de modo estandardizados de fazer.⁴

Três contingenciamentos básicos, extra-culturais, referidos à "natureza humana", somam-se àquele imperativo. O primeiro deles decorre da estrutura biológica do homem, uniformizado como espécie diante das outras, dotado dos atributos especiais de inteligência, flexibilidade, individualização e socialização produzidos pela evolução biológica. Esta uniformidade elementar se imprime às culturas fazendo-as essencialmente homogêneas, enquanto modos de controle do meio-ambiente por agentes biológicos especializados.⁷ Em virtude disso, normas uniformes de orientação da ação adaptativa, para tirar do meio os materiais indispensáveis à sobrevivência biológica, são desenvolvidas por todas as culturas.

O segundo são os contingenciamentos da vida associativa. O desenvolvimento e manutenção da vida associativa exige a criação de pautas culturais capacitadas a propiciar o convívio e ordenar a interação social para os efeitos de reprodução do grupo (incesto, família, parentesco, clã, etc.) e da produção econômica (divisão do trabalho, estratificação, etc.).⁸

Finalmente, os contingenciamentos de natureza psicológica, responsáveis pela unidade essencial da estrutura neuro-psicológica e mental dos seres humanos, permitindo encontrar as mesmas soluções para desafios idênticos.

Assim, independente de seu colorido local, a cultura, enquanto patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam, materialmente nos artefatos e bens; expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbó-

⁴RIBEIRO, p.22.

⁷RIBEIRO, p.23.

⁸RIBEIRO, p.23.

lica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores⁹ é comparável e relacionável uma com outra e na sucessão de tipos culturais. Nessa medida, são passíveis de um tratamento histórico.

O estudo da cultura procura então entender o sentido das concepções e práticas na sociedade que as vive. O objetivo, dessa ótica, é procurar o seu desenvolvimento na história dessa sociedade, mostrando como a cultura se relaciona às forças sociais que a movem. O estudo da cultura exige que se considere a transformação constante por que passa a sociedade, principalmente as relações entre grupos e classes sociais no seu interior. A cultura é uma construção histórica; seja como concepção, seja como dimensão do processo social, é um produto coletivo da vida humana.

Quando, na discussão da cultura, pretende-se dar conta de particularidades culturais, não se deve esquecer as características internas da sociedade capitalista. A troca, essencial à produção capitalista, é uma forma de circulação dos produtos do trabalho e da própria força do trabalho, apresentando-se sempre como troca de produtos equivalentes, cada mercadoria refletindo seu valor numa outra mercadoria. O efeito de espelho da mercadoria que serve como "reflexo" tipifica o espaço de representação da sociedade mercantil, fornecendo as figuras da ideologia burguesa: a equivalência, a igualdade, a reciprocidade, etc. Essas noções delimitam as

⁹RIBEIRO, p.19-20.

lutas que se desenvolvem no terreno da ideologia burguesa.⁴⁰

Numa sociedade de classes, diferenciada na sua composição política, econômica, social e cultural, as diversas formas de trabalho, as diferenças regionais, a junção de etnias e tradições históricas contribuem para aumentar a heterogeneidade que é constantemente produzida pela divisão do trabalho social. Assim, no próprio processo de formação nacional, grupos e classes sociais se apropriam de elementos culturais diferenciais, que são frequentemente utilizados como instrumentos de identificação coletiva em oposição a outros segmentos. Essas diferenças culturais são frequentemente muito valorizadas pelos grupos em relação uns aos outros, e implicam o desenvolvimento de padrões estéticos e morais próprios.

A noção de uma "produção simbólica" é fundamental para podermos atingir o problema central da concepção de cultura que é a questão da significação. Ao lado do imperativo básico e dos contingenciamentos extra-culturais expostos anteriormente, há um imperativo cultural que é a capacidade especificamente humana de comunicação simbólica, enquadrando a vida social dentro de corpos de herança cultural, transmitidos de geração à geração, fazendo com que os desenvolvimentos posteriores dependam das características do patrimônio pré-existente.⁴¹

Os organismos biológicos não poderiam sobreviver sem a cooperação e o equilíbrio do sistema receptor e do sistema destinado a responder à estimulação. Estes sistemas estão in-

⁴⁰BETTELHEIM, Charles. Comentários teóricos. In: EMANUEL, Arghiri. A troca desigual. Lisboa : Estampa, 1973. v.2, p.26-27.

⁴¹RIBEIRO, Darcy. p.23.

terligados formando elos de uma cadeia descrita como "círculo funcional". O círculo funcional do homem não só aumentou como sofreu uma mudança qualitativa, descobrindo um novo método de adaptar-se ao meio. Na vida humana, há um terceiro elo entre o sistema receptor e o sistema de reação que pode ser descrito como "sistema simbólico". Assim, comparado com os animais, o homem vive uma realidade mais vasta, uma nova dimensão da realidade. Vive no universo simbólico do qual fazem parte o mito, a arte e a religião.¹²

O homem, portanto, não sobrevive somente por meio de artifícios de adaptação física; ao criar a cultura, cria as redes simbólicas da religião.

Os símbolos, ou o universo simbólico, dão um sentido ao mundo e à própria experiência do homem neste mundo. Entre o homem e a sua experiência fática, não existe um vazio preenchido por uma representação, mas essa própria experiência está permeada pela representação que o homem faz de si e do mundo.

Apesar de a cultura ser criada por relações sociais, ela aparece aos olhos como se fosse natural, num processo de reificação, coisificação. Da mesma maneira, os símbolos, portanto serem repetidos e compartilhados, serem usados, são por nós reificados, e passamos a tratá-los como se fossem coisas, externas às nossas relações e experiências.

Religião e Cultura

A religião, como parte do universo simbólico, está embutida em todos os lugares. Na exterioridade das igrejas, dos

¹²CASSIRER, Ernsi. Antropologia filosófica. São Paulo : Mestre Jou, 1972, p.48-50.

templos, dos terreiros, e na esfera interior dos valores e do comportamento específicos de cada concepção religiosa. Os mais variados recantos da subjetividade humana produzem e reproduzem valores e padrões de comportamento ditados pelos liames doutrinários impregnados de uma conduta ética e moral das leis divinas.

As religiões respondem às condições da existência humana de formas diferentes. Daí que para Durkheim não existe uma religião falsa. A consciência do sagrado só aparece em virtude da capacidade humana para imaginar, para pensar um mundo ideal. Os homens contemplam os fatos e os revestem com uma áura sagrada que em nenhum lugar se apresenta como um dado bruto, surgindo apenas de sua capacidade para conceber o ideal e de acrescentar algo ao real. O ideal e o sagrado são a mesma coisa.

A certeza, para Durkheim, de que a religião é o centro da sociedade era tão grande que ele não podia imaginar uma sociedade totalmente profana e secularizada. Onde estiver a sociedade, ali estarão os deuses e as experiências sagradas. Existe algo de eterno na religião que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares, nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu. Não pode existir uma sociedade que não sinta a necessidade de manter e reafirmar, a intervalos, os sentimentos coletivos e idéias coletivas que constituem sua unidade e personalidade.¹³

Para que a religião tenha essa aderência à vida social é necessário que ela possua algo intrinsecamente humano, algo que brote da alma, ainda que seus sentidos lhe sejam desconhe-

¹³DURKHEIM, émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo : Abril Cultural, 1973. p.532 (Os pensadores, 33)

cidos. Por isso, Feuerbach mostrou que o sentido da religião está escondido das pessoas religiosas. Elas sonham mas não entendem seus sonhos. Assim, as imagens que a religião tomava como retratos do ser mais belo e mais perfeito passam a constituir um horizonte de esperança em que os homens espelham os seus desejos, utopias de uma sociedade em que o presente é mágica e miraculosamente transformado pelo homem que quebra as correntes, para colher a flor, não em virtude de pressões que vêm de fora, mas em resposta a sonhos que vêm de dentro.

As religiões se configuram agora como símbolos oníricos dos segredos da alma. Por detrás dos mitos e ritos, cerimônias mágicas e benzeções, procissões e promessas, podemos perceber os contornos do homem que espera uma nova terra, um novo corpo. Seus sonhos religiosos se transformam em fragmentos utópicos de uma nova ordem a ser construída.

A procura de paraísos perdidos não era a preocupação de Marx, cujo pensamento sobre a religião tomou forma e se desenvolveu em meio a uma luta política que travou. Essa luta não foi com clérigos, nem com teólogos mas com um grupo de filósofos, para os quais a religião era a grande culpada de todas as desgraças sociais de então. Eles desejavam estabelecer um programa educativo que levasse as pessoas a abandonarem as ilusões religiosas. Para esses filósofos - hegelianos de esquerda -, a ordem social construía-se com uma argamassa cimentando umas às outras as coisas materiais, por meio de idéias e formas de pensar. A religião, o direito, a filosofia e a teologia integravam esses aspectos materiais.

Marx, ao contrário dos hegelianos, via nas idéias os

efeitos da vida social, traduzindo essa concepção em conhecido aforisma: não é a consciência que determina a vida; é a vida que determina a consciência. O processo de vida, material, empiricamente observável e determinado por premissas materiais, sublimam até mesmo as concepções mais nebulosas existentes nos cérebros dos homens. A atividade material e as relações que os homens estabelecem entre si, produzem idéias, conceitos que, deste ângulo, são uma emanção da vida material. O mesmo se pode dizer da produção espiritual de um povo, pois os homens são os produtores de suas concepções. É o homem que faz a religião; a religião não faz o homem.¹⁴

No pensamento de Freud, a palavra chave é repressão. Sobre a teoria da repressão ele edificou a psicanálise, com base na existência, no ser humano, de propósitos involuntários dos quais ele nada sabe, ou seja, "as idéias inconscientes". Essas idéias são incapazes de se tornarem conscientes ao homem de modo normal, dando lugar a uma relação dinâmica entre o consciente e o inconsciente que é o conflito mental. A repressão é a recusa do consciente do indivíduo em admitir idéias e desejos que são seus. A existência do inconsciente reprimido implica a neurose universal da humanidade. (...) a diferença entre "neurótico" e "normal" consiste apenas em que o "normal" tem uma forma de neurose socialmente comum.¹⁵

O conflito psíquico que produz sonhos e neuroses é gerado por aspirações e desejos, sendo fundamental o desejo do prazer e evitação da dor. O desejo do prazer conflita com o mundo todo e a realidade impõe a renúncia dos prazeres, frustrando o desejo. O conflito entre o princípio do prazer e o

¹⁴MARX, Karl. A questão Judaica. Rio de Janeiro : Achiamé, s.d. p.20.

¹⁵BROWN, Norman O. Vida contra morte. Rio de Janeiro : Vozes, 1972. p.20.

princípio da realidade é a causa da repressão. Assim, como a humanidade é marcada pela compulsão ao prazer, os homens inventaram rituais mágicos e sistemas religiosos como expressão da onipotência do desejo em oposição à realidade.

A religião como parte do universo simbólico, dimensão intrinsecamente humana da existência, é fator constituinte da cultura, cuja diversidade acompanha a variedade da história dos povos. A diversidade cultural expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio sobre a natureza. Cada cultura tem sua própria verdade.

A construção das imagens com que os sujeitos, grupos, povos se percebem passa pelo emaranhado de suas culturas, nos seus pontos de intersecção com as vidas individuais. É um processo que, além de se desenvolver no interior do indivíduo, perpassa também no núcleo central de sua cultura coletiva, estabelecendo a identidade nas diferenciadas identidades.

No processo de identificação, ou seja, da pessoa construir e possuir um "eu" e uma consciência do "eu" com o mundo social que condiciona as experiências de vida do indivíduo, a idéia de "identidade" tem a ver tanto com os dramas individuais, quanto com os dramas sociais da história do grupo e da cultura de que faz parte.

Etnia e Identidade Étnica

O encontro entre culturas desiguais de sociedades diferentes altera identidades que as diversas categorias de sujeitos, de grupos sociais distintos, fazem de si e do outro.

Diferenças biológicas como a cor da pele e as diferenças culturais como as formas de organização do trabalho, as relações de produção, os códigos de comportamento, as regras de casamento, as crenças religiosas, etc., além de terem sido qualificadas como diferenças raciais, são também caracterizadas como diferenças étnicas. Um grupo assim diferenciado é um grupo étnico, e o encontro entre esses diversos grupos pode ser chamado de "contato interétnico". Esse sistema de relações sociais e simbólicas, que resulta da convivência entre grupos distintos, pode ser um "sistema interétnico", sendo um de seus componentes a "identidade étnica".¹⁶

Articulando a idéia de "etnia" com a noção de "identidade" e de "padrões culturais", Roberto Cardoso de Oliveira constrói uma matriz de possibilidades. Entre as combinações possíveis, destacamos a que combina a identidade minoritária com a cultura complexa, no interior de um tipo de sociedade como a nossa, como seria o caso de poloneses, japoneses ou italianos dentro da sociedade brasileira.¹⁷ Assim, pode-se dizer que o processo de contatos interétnicos é um processo eminentemente histórico.

Nesse sentido, o pensar sobre "identidade" surge no rastro da necessidade de compreender e explicar conflitos, relações desiguais entre grupos, classes e culturas, surto de revolta de minorias sociais, de grupos étnicos, de povos colonizados, de classes oprimidas. Nomes que indicam sempre re-

¹⁶BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia : construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo : Brasiliense, 1986. p.46.

¹⁷BRANDÃO, p.40.

lações e que foram criados para designar categorias de pessoas, de povos, de minorias constituídas através das relações sociais em que se viram envolvidos. Assim, este estudo pretende ser um exercício de compreensão de como a "identidade" se constitui como uma categoria de atribuição de significados específicos e tipos de pessoas em relação umas com as outras e nas suas relações interétnicas.

A palavra "identidade" tem sido associada à palavra "etnia" para gerar "identidade étnica", onde "identidade" pode significar um sentimento subjetivo de continuidade da existência e uma memória coerente a ela, em suas características mais alusivas, ao mesmo tempo subjetivas e objetivas, individuais e sociais.

A "identidade étnica" constitui um repertório articulado de idéias, crenças, valores, representando um tipo especial de diferença como consciência da cultura de que é parte, traduzindo-se também em princípios e regras de comportamento. Para pensar a diferença, a "identidade étnica" parece ser útil, principalmente para estabelecer como os sujeitos, através dela, devem ser e se conduzir.

A idéia de "identidade" refere-se tanto aos dramas individuais quanto aos dramas sociais da história do grupo e da cultura de que o indivíduo faz parte. Importa, portanto, entender e explicar como aspectos sócio-culturais traçam para os indivíduos os caminhos de sua trajetória de vida registrados na memória.

Memória e Identidade étnica

O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. Uma história e um passado comuns se definem, geralmente, por alguma maneira de atuar na sociedade que caracteriza sua geração. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, é um ponto de encontro de vários caminhos de convergência dos muitos planos do passado de cada um. E, quando uma lembrança passa a ser coletiva, acaba por refletir então uma realidade social.

Segundo Halbwachs, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo, constituindo os "quadros sociais da memória". Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Assim, não é a sobrevivência do passado "tal como foi", pois a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de um ponto

de vista.*

Para Benjamin,** pode-se acrescentar o trabalho da memória emotiva, que acompanha a criação artística e também o acesso que se tem através dos cultos e festas. Para ele, a memória não se resume apenas numa instância voltada para o passado, e sim, mais do que isso, numa relação dinâmica entre passado e presente, como que um elemento enraizado no presente. Assim, para um indivíduo cuja cultura sofre ameaça de destruição, uma arma de resistência é a memória afetiva, onde dela é que depende a preservação da identidade, sendo, nesse sentido, o núcleo de sua personalidade e também dos componentes de seu grupo, ou seja, nas imagens de memória depositadas nas mesmas posturas, nos hábitos e gestos. Todas essas coisas naturalmente estão ligadas à percepção de um espaço, onde lugares e objetos são evocados como sinais topográficos e vasos recipientes da história da sensibilidade e da formação das emoções; nesse sentido, a visão do mundo que se cria desemboca numa percepção muito precisa do cotidiano, onde é ao mesmo tempo belo e cruel.

Existe na memória uma espécie de exclusão de imagens entre o passado e o presente, pois reconstruímos o passado com as idéias do presente. No entanto, pode-se pensar a questão de identificar no passado as imagens que se estabeleceram no presente, precisamente, identificar-se com este passado e, através da imagem que se tem dele, criar sua própria identidade,

*Citado por ROSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembrança de velhos. 2.ed. São Paulo : T.A. Queiróz :USP, 1987. p.17.

**Citado por BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação : Walter Benjamin, infância berlinense por volta de 1900. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). Produzindo o passado. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.13.

estabelecida por estes laços e pelos elos do tempo.

Nesse sentido, reviver o passado como se fosse uma imagem fotográfica é possível somente em determinados momentos que são individuais, e muito particulares, porém, é impossível para quem quer analisar estes fragmentos fotográficos que estão dotados de sentimentos individuais e marcam o passado como que por um flash de segundos. Para o analista em geral, assim como para o cientista social e o historiador, estes fragmentos se colocam com uma necessidade de refazer, no presente, os acontecimentos pretéritos, costurando-os com a história particular e coletiva e condicionando-os a contextos conjunturais de que fizeram parte.

A memória do imigrante vai assim se deslocando para a quintessência do que viveu, sem confundir o "agora" com o que se passou. A memória traz ao presente uma experiência de vida, com a nitidez de imagens de lugares, coisas, pessoas, fatos, momentos de amor e ódio, que vão dando suporte à sua vida e significação ao presente. Procura no tempo o alento de seus testemunhos e a confirmação de sua identidade e, muitas vezes, surpreendido com suas próprias lembranças, percebe tudo o que construiu e, com orgulho, seu desempenho na vida.

Na história, a imagem do passado se faz presente quando esta e seus reflexos são reconhecidos por uma cadeia de sucessos que acumulam fragmentos cristalizados no tempo.

Nesses termos, a história se apropria do passado, transformando-o em coisa sua, dando-lhe transparência e associando-o com o atual. História e memória reconstroem o passado com os problemas e questões suscitados pelo presente.

O depoimento oral ao pesquisador não esgota as formas de memória, porque está presente nos registros e narrativas, em que existe uma experiência traduzida em vocábulos. A narrativa entrecortada transpõe em palavras a ação e emoção cristalizadas anteriormente no relato oral. Os registros são como o intermediário, que vai transmitindo os conhecimentos ouvidos de outro. Os registros, contendo memórias, constituem uma interpretação do relato oral que, por sua vez, acrescentou sua própria interpretação àquilo que estava narrando. A narrativa transcrita, e transformada em documento, constitui um texto como qualquer outro; produzido de acordo com a atividade do pesquisador e estudioso do assunto, expressando o que o narrador lhe deixou durante a entrevista e trabalhando o material segundo suas finalidades naquele momento. O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.¹⁹

Procedimentos

Consideramos o grupo étnico polonês como um tipo organizacional peculiar, culturalmente diferenciado de outros. Uma categoria de articulação de tipos de pessoas que, por estarem historicamente unidas por laços próprios de relações realizadas como famílias, rede de parentes, "comunidades", "colônias", etc., e por viverem e se reconhecerem vivendo em comum um mesmo modo peculiar de vida e representação da vida social, estabelecem para eles próprios e para os outros as suas fronteiras étnicas, os seus limites de etnia. Mergulhados em um

¹⁹BENJAMIN, p.223.

sistema de relações regidas pela desigualdade, aprendem a pensar a diferença; aprendem a se pensar como diferentes.

Pensam a si mesmos como diferentes na experiência vivida como um grupo social que se constitui no tempo, na sucessão de "agoras"; o agora da imigração, o agora do estabelecimento na colônia, o agora da desapropriação. Essa sucessão de eventos é a história do grupo e o grupo são esses eventos.

Tomás Coelho é a experiência concreta, singular e irreduzível do grupo, algo que realmente aconteceu e foi vivenciado por indivíduos e coletividade humana. Essa experiência pode ser traduzida num tempo preciso e num lugar determinado.

Para estabelecer as relações entre as conceituações anteriores e a existência de um preconceito antipolonês, a ênfase no aspecto étnico-cultural será traduzida em elementos comprobatórios através de entrevistas realizadas junto aos moradores da colônia Tomás Coelho e o recurso à utilização de documentos colhidos dos Anais da Comunidade Polonesa que contêm correspondências, memórias e outra sorte de dados publicados.

Essas entrevistas aproximam-se do que se entende normalmente como "história de vida". Essa técnica de pesquisa surgiu na área da Psicologia Social com a finalidade de esclarecer problemas da memória enquanto atributo humano estreitamente dependente da vida social e, por esta, alimentada. A "história de vida", aqui adotada foi recortada para destacar os fatores mais estreitamente ligados ao tema deste estudo. A saída da Polônia, a religiosidade, especialmente as relações com a Igreja Católica, as festividades religiosas e a afirma-

ção de identidade são os elementos postos em destaque.

O uso de documentos que contêm registros de memórias e correspondências teve como objetivo a reprodução de memórias anteriormente expostas, constantes nos Anais. Estes documentos servem para uma melhor visão da problemática da imigração polonesa, prestando-se, ao lado das entrevistas, como material complementar.

O material extraído dos documentos que contêm os registros de memórias e correspondências será também recortado para destacar a necessidade sentida pelos migrantes de estarem juntos, formando colônias e a idéia, que os acompanhava, de criar uma "Nova Polônia".

As entrevistas como os documentos serão enquadrados numa análise que tem como referência os acontecimentos históricos como a partilha da Polônia entre a Prússia, Áustria e Rússia; os trabalhadores eslavos, especialmente poloneses no leste alemão, como mão-de-obra barata dos proprietários Junkers; as questões afetas à desagregação do feudalismo na Polônia e o papel da Igreja Católica na formação da nacionalidade polonesa. Serão destacadas também a política de imigração formadora de núcleos colonias no período imperial do Brasil; a inserção numa produção de gêneros alimentícios numa organização agroexportadora e, por fim, a convivência com imigrantes de outras nacionalidades.

O material levantado é também um conjunto de informações reunidas para abarcar de forma ampla a realidade que se estuda no conhecimento dos problemas de uma coletividade humana. A história desse grupo de imigrantes e seus descendentes

tes, que é Tomás Coelho, é a experiência concreta e singular de uma coletividade humana que se constitui no tempo, acompanhada por uma consciência comum.

É na perspectiva do tempo, numa sucessão de "agoras" que se articula a história desses imigrantes e seus descendentes e a história das sociedades que viveram. Assim, nos diversos níveis dos contatos culturais e pelo processo de identificação que se mantém no tempo, combinam-se também os ritmos de uma dinâmica de conflito.

Por outro lado, temos que o conceito de etnia e de identidade étnica, traduzidos nos elementos extraídos da memória e da "história de vida", permite delimitar o objeto de estudo que são os preconceitos e relações interétnicas, a etnia e religiosidade. Permite também mostrar a persistência de um preconceito antipolonês permeando a sociedade paranaense e as práticas de auto-segregação desenvolvidas pelos poloneses associados, em parte, à sua religiosidade.

Com isso demonstraríamos por que o Estado sobrepõe ao aspecto mercantil o aspecto étnico-cultural, na medida em que essa "folclorização" está respaldada nesses preconceitos.

Essa demonstração passa pela identificação das fontes do preconceito que diferencia os poloneses dos demais imigrantes. Nesse caso particular, sobressaem a discussão do germanismo antipolonês, de um lado, e a inserção do imigrante numa produção agrícola de subsistência subordinada a um complexo agroexportador. Em seguida, enfatiza-se a auto-segregação polonesa, associando-a às conseqüências da partilha da Polônia e ao papel da Igreja Católica na formação da unidade étnico-cul-

tural polonesa. Finalmente, a transição para uma agricultura mercantil no Brasil, quando são destacados, entre outros aspectos, as colônias polonesas em sua relação com o sistema agroexportador e a pecuária; as colônias e os comerciantes alemães e o papel da Igreja na defesa da nacionalidade polonesa.

Esses temas são objeto dos capítulos 3, 4 e 5; reservando-se ao capítulo 1, a discussão da imigração polonesa, a formação de colônias, a produção mercantil e a sua relação com outros imigrantes; ao capítulo 2, as constatações que fundamentam a hipótese de trabalho, ou seja, a existência de um preconceito e as práticas de auto-segregação.

1 TERRA, TRABALHO E IMIGRAÇÃO

O problema que deu origem a esse estudo foi a sobreposição do aspecto cultural ao aspecto mercantil. Isso se expressava na atenção que o Estado dispensou à preservação da memória da Colônia Tomás Coelho, por meio de levantamentos detalhados da cultura, dos hábitos e costumes, ao mesmo tempo que relutava em atender reclamações de uma indenização justa pelas terras alagadas. É importante repetir mais uma vez que não pretendemos negar a relevância desses estudos, principalmente quando se refere a temas afetos à imigração polonesa. O que achamos fundamental é a necessidade de um tratamento equivalente às questões econômicas e sociais envolvidas na desapropriação da área ocupada pela Colônia Tomás Coelho.

Assim, neste capítulo, trataremos desse assunto procurando mostrar que os produtores de Tomás Coelho são produtores mercantis que têm na terra seu instrumento de produção fundamental e que o Estado, ao contrário, preferiu tratá-los como fenômeno étnico e cultural, avaliando incorretamente essa questão.

Os preconceitos, as relações interétnicas e os problemas ligados à etnia e à religiosidade, de um ponto de vista histórico e sociológico são, portanto, nosso objeto de estudo.

1.1 A COLÔNIA TOMÁS COELHO

O caráter mercantil do sistema produtivo implantado com Tomás Coelho e as demais colônias polonesas foi estabelecido desde o início.

A Colônia Tomás Coelho, localizada nos vales dos rios Barigui e Passaúna, foi fundada em 1876, pelo presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins. Localizada a 17 Km da capital, inicialmente com 180 lotes rurais, foi ampliada para 270, em decorrência do grande fluxo de imigrantes.

A Colônia Tomás Coelho surgiu em consequência da política de colonização posta em prática pelos grupos dirigentes do Império na tentativa de resolver o problema do abastecimento agrícola. A fixação dos imigrantes obedecia ao Regulamento das Colônias dos Estados, aprovado pelo Decreto Imperial nº 3784 de 19 de janeiro de 1867.

No século XIX, a província do Paraná, com a economia direcionada para o comércio de gado e o extrativismo, vive sérios problemas de abastecimento, chegando mesmo a importar de outras províncias toda sorte de produtos. Nesse contexto, a imigração européia teria o papel fundamental tanto de ocupação do território como do desenvolvimento de atividades agrícolas.

Adolpho Lamenha Lins, assumindo o governo da província do Paraná em 1875, coloca em prática sua teoria de colonização. O ponto fundamental dessa política foi o planejamento e a criação de núcleos coloniais, alocando-se próximo à capital da província onde, dessa forma, os colonos poderiam escoar o excedente de sua produção, bem como assegurar a propriedade da terra que iriam cultivar.

Como resultado dessa política de colonização surgiram os núcleos coloniais poloneses:

COLÔNIA	ANO	MUNICÍPIO
Santa Cândida	1875	Curitiba
Orleans	1875	Curitiba
Santo Inácio	1876	Curitiba
D. Augusto	1876	Curitiba
Riviere	1876	Curitiba
Lamenha	1876	Curitiba
TOMÁS COELHO*	1876	São José dos Pinhais**†

FONTE: WACHOWICZ, Ruy C. Tomás Coelho: uma comunidade camponesa. Curitiba : Real Artes Gráficas, 1977. p.10.

*O nome dado à colônia foi uma homenagem que o governo provincial prestou ao então Ministro da Agricultura Tomás José Coelho de Almeida, membro do 26º Gabinete do Império, presidido por Luiz Alves de Lima e Silva

**Em 11.02.1889 por decreto estadual nº 40 foi a Freguesia do Iguazu elevada à categoria de município, com a denominação de Araucária. O território da ex-colônia de Tomás Coelho foi incorporado a este novo município

Os planos de Lamenha Lins para estes núcleos coloniais eram de ocupação das terras próximas a Curitiba para a produção de gêneros agrícolas, como ele descreve:

Medidos e demarcados os lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída. (...) Logo que o colono se estabelece é empregado na construção das estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo. (...) Estabelecidos por esta forma, ficam os colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar, no prazo do regulamento de 1867, a sua dívida ao governo. Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta província, ainda não excedeu a 500\$000 por cada família de 5 pessoas, termo médio, incluindo o preço das terras, e está garantida pelo valor real do lote, casa e acessórios. Achando a cidade prompto mercado para o producto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças e pequenas indústrias, o colono pode em tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se e desenvolver a sua lavoura. Por esse modo podemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada já affeita ao nosso clima, identificada com os nos-

soz costumes e preparada para, derramando-se pelo interior desta vasta província, explorar e aproveitar os inexgotáveis thesouros que eia encerra. (....)⁴

Destacam-se dos planos de Lamenha Lins a inserção numa produção voltada para o mercado de gêneros agrícolas e o endividamento inicial do colono para se estabelecer. Trata-se então de produtores mercantis independentes.

A partir de 1850, com a lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, a ocupação das terras devolutas dependia de título de compra, impedindo assim o acesso à propriedade da terra mediante a posse pura e simples. Com isso, universalizou-se juridicamente a propriedade privada da terra, tornando-a "equivalente" de capital, isto é, renda territorial capitalizada.⁵

Por essa mesma época, proibiu-se a importação de novos escravos africanos (1850) e houve a implantação completa do trabalho livre (marco jurídico - 1888), dando-se a separação da força-de-trabalho da pessoa do trabalhador, constituindo-se um mercado de trabalho.

O início do processo imigratório se dá num contexto de generalização das relações mercantis representada, especialmente, pela formação do mercado de trabalho.

No caso da província do Paraná, procurava-se com a imigração obter, além de uma população para a lavoura, um novo produto destinado ao consumo interno da população residente,

⁴PARANÁ. Governo. 1885-1877 (Lamenha Lins) Relatório do Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15.06.1877. Curitiba : Typ. Lopes, 1877. p.79.

⁵MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo : Pioneira, 1973. p.14.

basicamente gêneros alimentícios.

Verifica-se com o programa de Lamenha Lins uma forma dominante de relações mercantis, onde a inserção dos imigrantes poloneses já se dá dentro de uma economia de mercado, nos moldes de uma produção mercantil. Isso porque a política de Lamenha Lins estipulava a necessidade de um "cinturão verde" para o abastecimento alimentar e a vinculação a ele desses imigrantes.

As considerações anteriores mostram que a Colônia Tomás Coelho só poderia ser implantada num contexto dominado por relações mercantis de produção. Vimos também que o colono era assentado com uma dívida de 500\$000, o que pressupõe que ela seria saldada pela venda de produtos agrícolas futuros e pelo emprego, como assalariado, na construção de obras públicas, principalmente estradas. Essa característica mercantil evidenciava-se na compra de terras por iniciativa própria dos colonos de Tomás Coelho.

Eu tenho mais ou menos tudo escrito de Tomás Coelho. Na primeira chegada, em 1871, os imigrantes poloneses se fixaram em Curitiba, a maioria no Pilarzinho e Abranches. Cinco anos depois veio outra leva imigratória, alojando-se como colonos em Tomás Coelho, no município de Araucária, em 32 famílias... Naquela época a família casada recebia 10 alqueires do governo. Tinha apenas na região uma vendinha de caboclinhos, descendentes de índio. Eu nasci em 1907, no Rio Baixo. Foi a fresta da porte que me deu o conhecimento pra escrever... Alguns imigrantes trouxeram, no jarro, ervilha (feijão grande), sementes de trigo tártaro - tatarca - e quartas de semente de batatinha - batata inglesa. Isto deu mais de 50 anos de produção. Plantavam nos eitos, haviam muitos bichos - pássaros que devoravam a plantação. Três a quatro anos após a plantação, o cereal era vendido. Minha mãe levava o feijão para Curitiba. Os feijões eram muito bonitos. Mas, quando vinha uma tempestade com granizo, o que sobrava da plantação, limpava-se à noite por todos. Este feijão sacrificado, na melhor das hipóteses, era trocado por um cesto de banana... Os primeiros imigrantes vendiam sua produção para a compra de outros gêneros alimentícios. Primeiro

iam a pé, depois cavalo e carroça. Levavam, trocavam e vendiam. Ou então, alguns poloneses que tinham economias, trocavam por açúcar e sal. Usavam a mímica.

(Entrevista com Romão Wachowicz)

As novas gerações, apesar da proximidade da capital, deram as costas para a urbanização e embrenharam-se nas matas em direção ao oeste. Foram adquirindo terras dos brasileiros e povoaram todo o município de Araucária. Surgiram novas localidades como Roça Velha, Roça Nova, Costeira, Palmital, Rio Abaixo, Campo Redondo, Boa Vista, Ipiranga, Campina das Pedras, Rio Verde, etc. Ultrapassaram as fronteiras do município e penetraram em territórios da Lapa, povoando Serrinha e Catanduva, originando posteriormente o município de Contenda.

Os colonos de Tomás Coelho penetraram também nas terras do município de Campo Largo e atingiram também as terras de Palmeira, estabelecendo-se em Papagaios Novos, São Pedro, etc. Irati, por exemplo, também recebeu dezenas de famílias de Tomás Coelho, bem como Rio Azul e Teixeira Soares. Tomás Coelho foi então considerada como exemplo de "colônia-mãe", pois, em 45 anos, o número de famílias originais aumentou quatro vezes e ocupou, no mínimo, dez vezes mais terras que a colônia original.

Esse caráter mercantil não se refere apenas às condições de implantação, mas estão presentes, ainda hoje, como se pode notar pelo índice de comercialização dos produtos agrícolas da colônia. A batata, maior cultura da região, ocupou em 1984-85, 13 produtores, dos quais 10 destinaram sua produção à comercialização. Foram comercializadas, no período,

9925 sacas de batatas. O segundo maior produto da colônia é o milho, tendo sido comercializadas 1145 sacas das 2500 colhidas. O feijão, por sua vez, representa a terceira maior cultura, sendo cultivado por 19 produtores, dos quais 14 o comercializam.³

Outra característica da dominância de relações mercantis é a forma de pagamento da venda da terra que pode ser feita em dinheiro, produto ou trabalho. De 14 proprietários entrevistados, sete arrendam terra de terceiros. A forma de pagamento predominante é em dinheiro, pois, dos sete proprietários, quatro arrendam sob esta condição. Os demais pagam o arrendamento com produto (dois) e, apenas um com trabalho.

Numa produção mercantil em que os produtores são agentes privados e independentes, em concorrência entre si, há uma tendência à diferenciação entre eles. De 20 produtores entrevistados no estudo do IPARDES, 14 são proprietários, 4 são arrendatários e 2 ocupantes. Esses produtores mobilizam 94,1 alqueires, cabendo aos proprietários 65,9 alqueires. Apenas 3 proprietários detêm 37,2% da área total, ou 53,1% da área dos proprietários. Isso mostra que mais da metade da área está concentrada nas mãos de 3 produtores, o que é um aspecto relevante da diferenciação dos produtores.⁴

A inserção dos colonos de Tomás Coelho no modo de produção capitalista, da imigração até os dias atuais, num processo de transformação social, econômica e política, determi-

³IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Caracterização sócio-econômica da Colônia Tomás Coelho. Curitiba, 1987. 56p.

⁴IPARDES.

nado historicamente, define necessariamente a predominância das relações de classe sobre as étnicas. Isto porque, através de mudanças ocorridas no seu modo particular de vida, na discussão dos seus problemas, na intermediação da comercialização de seus produtos, a linguagem, como mecanismo necessário à sobrevivência dos produtores, vai se universalizando. Assim, pode-se dizer que sua problemática, enquanto pequenos proprietários, arrendatários ou assalariados, apesar das especificidades, é comum a todo pequeno produtor, seja ele polonês, italiano, japonês ou brasileiro.

Os produtores agrícolas de Tomás Coelho são, em sua maioria, proprietários de terra, donos de meios de produção e seu próprio trabalhador, vendendo ocasionalmente sua força-de-trabalho. Assim, a manutenção dos produtores agrícolas é assegurada pela comercialização de parte da produção combinada com a venda esporádica da força-de-trabalho. A associação entre produção independente e trabalho assalariado reforça a unidade familiar, além de expressar uma heterogeneidade existente na região. Há uma diferença entre produtores, tanto enquanto categorias, quanto na concentração da terra. Os produtores se dividem entre pequenos proprietários, arrendatários e ocupantes, ao mesmo tempo que uma pequena parcela deles (21,4%) mobiliza 53,1% da área ocupada.

Dessa forma, além de inseridos no mercado, as relações de classe predominam sobre as relações étnicas, mesmo que os colonos vejam a si mesmo como poloneses.

1.2 IMIGRAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: O POLONÊS

Na questão da migração vale a pena destacar alguns aspectos relevantes para a compreensão da nossa problemática.

José de Souza Martins, por exemplo, procura enfatizar que a migração consiste na transição de uma sociedade para outra, realizada por um indivíduo ou grupo. Assim, a migração não pode ser identificada exclusivamente como a passagem de uma localidade geográfica para outra.⁵ Desse ponto de vista os migrantes participam de relações baseadas em componentes culturais interiorizados na sua personalidade, referidos a uma sociedade que operou decisivamente na elaboração de sua identidade.

O movimento migratório para Halbwachs apresenta todas as características de um fenômeno coletivo; nesse sentido, os homens que se deslocam geograficamente fazem parte de uma corrente social. Assim, o que os liga é o fato de se sentirem membros de um mesmo grupo, ou seja, de participarem dos pensamentos e sentimentos próprios do agregado em que estão compreendidos, desde que entrem, efetivamente na categoria dos migrantes.⁶

Conclui-se daí que estamos diante de um fenômeno de ordem social em que os conceitos de "sociedade de origem" e "sociedade de adoção" são tão genéricos que elidem, de um lado, as possíveis diferenças ou semelhanças históricas entre as duas sociedades e, de outro, as diferenças internas em cada uma delas.⁷

Nesse sentido, numa sociedade heterogênea, étnica e economicamente, como o Brasil, existe uma discriminação múlti-

⁵MARTINS, p.19.

⁶HALBWACHS, Maurício. Morfologia Social. São Paulo : Saraiva, 1941. p.100.

⁷MARTINS, p.21.

pla e complexa. A rejeição discriminatória do polonês procura se fundar nas condições sociais e culturais de sua comunidade originária e sua conexão com a estrutura local paranaense. Assim, há a vinculação social e cultural com o meio originário, associada com mecanismos de ajustamento que lhe foram impostos no interior da sociedade de adoção. Transforma-se com isso num tema das expressões ideológicas que o nega como polonês sem fazê-lo brasileiro. Ele é no Paraná o polaco, sem bandeira, "polaco da Barreirinha".

A política de imigração do governo imperial proporcionava aos imigrantes algumas facilidades na aquisição de propriedades agrícolas e auxílio na distribuição e compra de instrumentos e sementes. Entretanto, diferentemente de outros grupos de imigrantes, os poloneses apresentaram duas características que me parecem relevantes.

Em contato e concorrência com imigrantes alemães, italianos, espanhóis, entre outros, mais aptos às exigências da sociedade capitalista, os poloneses foram levados de vencida. Desta forma, preferiram permanecer camponeses, embrenhando-se cada vez mais para o interior, satisfazendo assim, a sua extraordinária "sede de terras". Segundo Ruy Wachowicz,⁸ uma gleba de terra de sua propriedade, coberta de matas, à sua disposição, era seu objetivo e seu sonho. O cheiro do mato, o panorama da criação doméstica e os celeiros abarrotados, faziam-lhe bem à alma. Assim, os imigrantes poloneses e seus descendentes estabelecem e recriam condições e modos de vida em círculos quase que "fechados".

⁸WACHOWICZ, Ruy. O camponês polonês no Brasil. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. p.128.

Ao lado disso, o filho do imigrante aqui nascido era brasileiro, porém, a lei que o abrasileirava não lhe proporcionava condições mínimas exigidas para que tivesse acesso à cultura do país. As escolas, principal instrumento para se atingir esse propósito, não foram oferecidas aos filhos dos colonos.⁹

Nesse sentido, tomaram a iniciativa de fundação de escolas para a alfabetização dos seus filhos, pertencentes a congregações polonesas, que impediam o acesso à língua portuguesa. A segregação em que elles ainda vivem é mais obra dos padres que os dirigem do que coisa de caso por elles pensado.¹⁰

Preservam, dessa forma, uma autonomia própria proveniente da situação camponesa e relações culturais extremamente fortes, geradas pelo catolicismo. A religião inerente a seu passado é recriada na imigração como fator de identificação com o país de origem e como um sentimento de estabilidade e segurança necessárias no país que se lhes apresenta contraditório, do ponto de vista de suas particularidades culturais.

Dessa forma, afirmam uma identidade construída na oposição ao outro, o que pressupõe a exteriorização da diferença. O polonês será sempre aquele que se diferencia dos demais.

Os dirigentes políticos, praticando a política do "governar é povoar", levaram milhares de imigrantes a se estabelecerem em regime de pequena propriedade agrícola no sul do país. Com a chegada de novos grupos étnicos, a partir de meados do século XIX, a formação de novos estereótipos se fez

⁹WACHOWICZ, p.128.

¹⁰VICTOR, Nestor. A terra do futuro. Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Comércio, 1913. p.229.

presente. Além do que já existia, cada grupo étnico trouxe consigo também o seu modo de pensar e de viver e, conseqüentemente, acabou por introduzir estereótipos trazidos da sociedade de origem, e formaram outros em virtude do contato que eram obrigados a manter entre si, além de se utilizarem de muitos dos termos que já existiam na sociedade de adoção.

Nesses contingentes imigratórios, entre os quais estavam o alemão, o italiano, o polonês, o ucraniano e, mais tarde, o japonês, havia uma tensão social que fora orientada para um sentido maior de competição em um país que não era o seu e que não conheciam. Assim, em virtude da ampliação dos contatos interétnicos, a situação social adquiriu conotações conflitivas.

No Paraná, sobretudo na região da "grande Curitiba", quando ocorreu uma maior incidência da imigração polonesa, houve uma hostilidade do nacional ao não-nacional, aqui especificamente dirigida ao polaco.¹¹

O alemão em Santa Catarina, italianos em São Paulo, portugueses no Rio de Janeiro, enfim o nacional e o não-nacional, desacostumados e impossibilitados, diante da concorrência do grupo majoritário, sentiam-se incapazes de realizar sua acumulação capitalista, vingando-se assim em anedotas.¹² No Paraná, a vítima é o polaco.

Era sobremaneira doloroso o tratamento dispensado aos nossos colonos. Chamavam-nos de "polaco burro". As causas desse trato pejorativo residiam em várias razões. Os primeiros imigrantes compunham-se de elementos paupérrimos, oriundos das aldeias; muitos viveram sob o regime senhorial. Embarcaram para o Brasil, pois a viagem não lhes custava nada... Milhares de poloneses foram levados para o Brasil. Os que dispunham de recursos

¹¹ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Poloneses no Paraná. Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, v.14, 1971. n.p.

¹²ROCHA NETO, n.p.

suficientes para custear a passagem foram aos Estados Unidos. Os abandonados, os que não tinham nenhuma condição vieram ao nosso país. Não há que estranhar que aqui eles foram explorados e tratados como escravos. Os consulados fizeram ouvidos moucos aos reclamos do imigrante, uma vez que isto pouco importava aos países dominantes. Esses, entre outros, são os fatos responsáveis pela difusão da expressão: "polaco burro".¹³

O complexo processo de europeização do Brasil colocou em evidência o caráter e a consistência de sistemas culturais e sociais particulares, tanto no que se refere ao enfrentamento de problemas no contato com ordens sócio-culturais não-européias, como também com aquelas criadas pelos próprios europeus nas "áreas novas". Este fator é de importância fundamental para a análise das condições sociais e culturais do contato entre grupos étnicos e raciais distintos na sociedade brasileira, sobre as relações interétnicas, principalmente em determinadas necessidades e preocupações básicas.

O desenvolvimento da consciência social e, conseqüentemente, histórica, em determinados grupos brasileiros, tem levado à valorização de sistemas de racionalização, entre os quais se destaca o conhecimento sociológico numa sociedade formada por contingentes raciais distintos e miscigenados, ou melhor, heterogênea, étnica, social e culturalmente, e que se torna cada vez mais complexa.¹⁴

A obra dos padres a que se refere Nestor Victor possui um profundo significado histórico, pois a religiosidade polonesa está estreitamente vinculada à formação de uma identidade nacional. Essa identidade acabou por estabelecer uma

¹³HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.1, p.95, 1970.

¹⁴IANNI, Octávio. O estudo da situação racial. In: _____. Raças e classes sociais no Brasil. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. p.168.

aliança, na Polônia, entre a religião e sua "polonidade" que enquanto identidade representa também um vínculo entre fé e patriotismo.

A identificação entre religião e "polonidade" se estende a todos os aspectos da vida. Dessa forma, o batismo atribuindo um nome, identifica a criança, e lhe dá um "patrono no céu". Constata-se, assim, a razão pela qual se encontram nos registros das paróquias, quase que exclusivamente, nomes de santos. A valorização do batismo leva os colonos a comemorar o onomástico e não o dia do aniversário.

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. As crianças que aqui nasceram não passam de alguns porquinhos, pois sem o santo batismo assim permanecem. (...) As crianças permanecem assim sem nome e sem patrono no céu. Os nossos corações se angustiam de ver que católicos precisam viver como pagãos (...). O católico falecido é preciso levar para o mato e enterrá-lo em qualquer parte, sem a asperção da água benta; o que vale pois, uma alma dessas no outro mundo se ela aqui é nivelada e criada como se fosse um cachorro?⁴⁵

Isso expressa a profunda identificação religiosa de grande parte dos povos eslavos. Entre os povos do centro europeu, os eslavos em geral situaram-se dentre os últimos que receberam as influências da cultura romana. Os vínculos comerciais entre as regiões meridionais e setentrionais do continente europeu provocaram um fluxo intermitente de mercadorias de procedência mediterrânea às margens do Báltico e das terras banhadas por suas águas. Embora os contatos fossem ainda insuficientes para alterar a fisionomia cultural do mundo eslavo,

⁴⁵WACHOWICZ, Ruy c. Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1976. p.66 (Estes extratos de carta-pedido, revelam muito do que diz respeito a concepção de religiosidade entre os poloneses. Evidencia-se o conceito de "fé polonesa" que é ao mesmo tempo uma aliança entre religião e polonidade, ocorrida na Polônia, e o vínculo demonstrado entre fé e patriotismo.)

ficaram em evidência as interferências romanas com as monumentais construções de pedra destinadas para fins eclesiásticos, erigidas nas regiões tchecas e, mais ao norte, nas vizinhanças de Cracóvia, onde o renomado monumento de São Félix até hoje subsiste e ostenta o estilo romano, em sua forma arquitetônica original. Outra evidência da expansão cultural romana e cristã sobre as regiões eslavas está expressa na tradução do Evangelho, que representa um dos marcos da história da civilização eslava, enquanto primeiro documento escrito em sua língua.

A identidade é construída por uma armadura de símbolos, os quais são a própria codificação da vida coletiva de um grupo social. Estabelecer como identidade uma etnia significa então demarcar territórios simbólicos, ou seja, os sinais que sobrepõem àquilo com que se vive e pensa as regras de dominação e, nisso tudo, a marca da diferença.

A noção de uma "produção simbólica" é fundamental para podermos atingir o problema central da concepção da cultura, que é a questão da significação.

É perceptível que os bens materiais carregam consigo uma carga simbólica, que parece caracterizar os produtos privilegiados da cultura no sentido popular. O homem não sobrevive somente por meio de artifícios de adaptação física, pois ele cria a cultura e, com ela, as redes simbólicas* da religião.

O termo cultura possui uma multiplicidade de referências que procura englobar simultaneamente objetos, conhecimen-

*Pode-se entender por redes simbólicas da religião, o conjunto mais ou menos difuso dos sentimentos e da representação do mundo, de origem religiosa ou supostamente religiosa, incluindo aí aquelas representações que procuram se legitimar invocando temas religiosos.

tos e capacidades. Assim, cultura pode ser uma preocupação marcada pelos contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. É uma riqueza e multiplicidade de formas de existência.

A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história dos povos, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio sobre a natureza. Cada cultura tem sua própria verdade e cada cultura tem sua armadura de símbolos que constrói a identidade.

2 PRECONCEITO E SEGREGAÇÃO

Neste capítulo, arrolamos algumas informações que permitem constatar a existência de um preconceito contra os poloneses, enraizado na sociedade, e identificar as práticas de auto-segregação do imigrante polonês.

O polonês é dado a bebidas alcóolicas e possui especial predileção pelas atividades agrícolas. Suas filhas têm inclinação para as atividades domésticas. Eis dois exemplos de idéias feitas, elaboradas em determinadas circunstâncias histórico-sociais da comunidade que adquirem caráter de permanência.

A identificação do polonês com o meio rural e uma certa aversão pelo quadro urbano, associadas ao baixo índice de instrução, estimulam os preconceitos de que são vítimas. Há uma baixa avaliação do polonês e um tratamento pouco respeitoso nas imagens estilizadas por brasileiros ou luso-brasileiros e por outras nacionalidades. Provavelmente esse tratamento corresponde a um período que antecede as décadas de restauração da Polônia como nação politicamente independente. Isso se manifesta de forma clara em expressões como "polaco sem bandeira".

Adscritos à vida rural, os poloneses que abandonavam a profissão de seus "ancestrais", procurando se integrar na vida urbana, encontravam dificuldades em fases dramáticas para suas

vidas. Verificavam serem considerados brasileiros quando eram chamados para o serviço militar obrigatório ou para o pagamento dos impostos, porém, concorrendo com outro na disputa de um emprego, eram comparados com seus patrícios dedicados sobretudo a trabalhos braçais. Como todos os seus, era o "polaco".

O próprio brasileiro não aceita muito nós. A gente nota. Eles não gostam. Nós aceitamos eles muito bem. Sempre foram contra o polaco. Polaco aqui, polaco ali. Os polaco mais ajudou eles. Eles tem raiva do que nós fazemos. Eles querem as coisas no bem bom. O preconceito era do lado do brasileiro. Toda vida foi.

(Entrevista com Pedro Jaramiski)

Muitos desses estereótipos foram transplantados para o Brasil. Quando do estabelecimento dos poloneses no Pilarzinho, os grupos que se lhes opunham espalhavam boatos de que esses imigrantes não passavam de um bando de vagabundos, esmoleiros e arruaceiros. Essas acusações persistiam, mesmo depois de os poloneses já terem se instalado na colônia, principalmente por parte dos imigrantes alemães da colônia D. Francisca. Parece, nesse caso, que os estereótipos já estavam construídos mesmo antes do processo de imigração.

A partir dos fins do século passado, a área de Curitiba começou a adquirir novas características como a urbanização, industrialização e desenvolvimento do comércio. Nesse contexto de mudanças, a mentalidade fortemente camponesa do polonês se destacou, sendo ele superado, na concorrência, pelos luso-brasileiros e pelos componentes de outras nacionalidades, sobretudo alemães e italianos. Assim, nesse processo de transição,

evidenciou-se a menor adaptabilidade do imigrante polonês, imputando-se-lhe certas características consideradas atrasadas pela ideologia do meio, e identificando-o com o grupo étnico. Esse novo quadro urbano impôs lentamente sua avaliação sobre o rural. A ideologia racial da cidade predomina na região e as conotações positivas e negativas atribuídas ao polonês serão, portanto, elaboradas pelo cadinho racial curitibano.

Aqui, chegou uma época que a turma, os mais novos saíram, os mais velhos morreram e tudo foi desaparecendo devagar, depois alguns já estavam em Curitiba e outro não quer falar em polonês mais aqui, porque acha que é só em brasileiro, outra língua não pode falar e depois, a barragem acelerou mais. Porque agora vai dividir o resto. Agora vai ser muito mais difícil ainda, porque um tá de um lado e outro mora de outro lado. Isso tudo, na verdade é porque o preconceito existe, porque tem muita gente aqui, e quando a gente dá uma festa, vem aqui um brasileiro pra pegar um dinheirinho. Depois quando a gente não dá, é polaco. Eles não sabem se administrar bem, tem muito malandro, não é igual a gente.

(Entrevista com Estefano Jablonski)

Não se deve esquecer que o meio de adoção do imigrante era marcado por uma ideologia racial semelhante a dos tempos coloniais. A ideologia racial tinha um papel justificador da hierarquia social, inferiorizando o escravo africano, o negro liberto, o mulato e, por extensão, o caboclo.

No período de transição do final do século, os elementos essenciais dessa ideologia racial persistiam transferindo mecanismos de inferiorização também para o polonês.

Diante disso, os poloneses procuravam meios de isolamento, o que é representado pelos "Tribunais de Conciliação" que procuravam dirimir os conflitos internos das colônias e

somente em último caso recorrer aos tribunais competentes e oficiais.

Os poloneses tinham o costume, trazido de sua terra natal de procurar as autoridades competentes da aldeia, diante de qualquer divergência. No Brasil, essas autoridades competentes eram os delegados das sedes municipais. A precaução com os estereótipos é ilustrada pelo jornal Pravda de 9 de maio de 1901:

Os jornais brasileiros anotam cada acontecimento. Com o correr do tempo, a palavra polaco passará a traduzir desordeiro. Isso depõe contra a nossa dignidade nacional e priva-nos do respeito, junto aos brasileiros e outros estrangeiros."

Essa observação praticamente respondia à notícia vinculada no jornal Diário da Tarde de 26 de abril de 1901, que, na mesma página em que reprovava a criação do "Tribunal de Conciliação" na colônia Lucena, inseria uma notícia policial, relatando minuciosamente a briga de dois colonos em Tomás Coelho.

O Pravda se justificava dizendo que os alemães quando brigavam ou se desentendiam não procuravam a polícia; resolvendo os problemas entre si, evitavam que os estranhos tomassem conhecimento desses.

Esse fato retrata o quanto a imagem do polonês estava estereotipada e a preocupação de eliminar elementos que o reforçassem.

O estigma conferido ao povo polonês, estereotipado de

"polaco", levava-o, muitas vezes, a sentir vergonha de sua própria origem. Esse sentimento levou muitos poloneses a rejeitar sua origem étnica, passando a se apresentar como alemães, austríacos e mesmo russos, de acordo com as regiões de procedência na Polônia.

Eu nasci aqui e quer ver quem me tira daqui. O meu pai é que veio da Áustria, isso é, da Polônia sob o mando da Áustria. Chegou em 1927. O irmão dele não quis vir. Ele chegou em Tomás Coelho. Comprou terreno aqui. Casou aqui. Eu sou brasileiro. Eu nasci aqui. Sou ucraniano. Não sou polaco. Porque eu sou Jaramiski. Jaramiski não é polaco. Tanto o pai e a mãe nasceram na Ucrânia. A Ucrânia era a Polônia. Eles vieram por causa da propaganda. Meu pai tava sete anos na guerra. Tava cansado. O meu sogro já veio pra cá em 1914.

(Entrevista com Miguel Jaramiski)

Conheci o Sr. Bernardo Gruby, que acrescentou ao seu sobrenome mais um "b", bem como seu pai, que era um polonês da região das "Kaszuby", que não conhecia nada da língua alemã. Falava com ele numa linguagem polonesa castiça, enquanto ele se expressava no dialeto de sua região, entendendo-nos perfeitamente. Perguntei-lhe porque seu filho considerava-se alemão. Respondeu que ele nasceu entre alemães no Brasil e por isso ficou germânico. Foi difícil convencê-lo de que nascido aqui deveria sentir-se brasileiro e jamais alemão. O velho respondeu que era "Kaszub", mas seu filho alemão, pois assim lhe convinha.⁴

Vemos, assim, que uma série de circunstâncias históricas, sociais e políticas contribuíram para inferiorizar etnicamente um grupo particular, no contexto de uma sociedade perpassada por uma ideologia predominantemente racial. Esse grupo étnico, por sua vez, desenvolveu práticas de auto-segregação, em boa parte associadas à sua religiosidade, acabando por

⁴HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba, v.1, p.108, 1970.

constituir um "tipo social". Isso foi constatado por Bento Munhoz da Rocha Neto, que viu o colono "polono-paranaense" configurando um dos tipos regionais brasileiros.² Esse "tipo" se identificaria por sua expressão humana, pelas características de seus usos e costumes e pelo comportamento que contrasta com os grupos que compõem a comunidade.

As práticas de auto-segregação podem ser atribuídas às formas de assentamento em núcleos coloniais. Nos planos de Lamenha Lins, procurava-se ocupar as terras próximas a Curitiba concedendo um lote de terra a cada família, que se dedicava então à atividade de produtor rural. Esses lotes eram, mais tarde, obrigatoriamente pagos pelos colonos.

A política de núcleos coloniais, como se sabe, não foi exclusiva do Paraná. A título de exemplo, em São Paulo, em 1886 há uma retomada oficial do interesse por esses núcleos, que estavam abandonados desde 1879. Procurava-se com esses programas de núcleos coloniais estabelecer imigrantes provenientes da Itália, em torno de São Paulo, na condição de pequenos proprietários.

O assentamento em núcleos coloniais, em que camponeses compartilhavam uma pré-socialização, estabelece relações pessoais, face a face, numa mesma unidade ecológica, sendo um estímulo para o surgimento de utopias comunitárias. A utopia comunitária explica o relacionamento da vida camponesa com os outros componentes da formação capitalista.

Entretanto, só os poloneses vieram a configurar o que

²ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Poloneses no Paraná. Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, v.14, nov. 1971. 498p.

Bento Munhoz da Rocha Neto denominou um "tipo regional". Isso deve ser atribuído à religiosidade polonesa. Desde o início da imigração, o Paraná esteve envolvido em lendas de caráter religioso, entre as quais aquela em que o Paraná estaria encoberto por névoa. A Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, atendendo aos apelos do camponês da Polônia, dispersou o nevoeiro, predestinando-lhe o território.

A preponderância do camponês na composição da imigração polonesa para o Brasil trouxe os elementos sacralizadores da ideologia cristã, que se expressa no gregarismo da Igreja Católica marcante na constituição moral do camponês polonês.

No país de origem, esse gregarismo manifestava-se na atividade paroquial e isso foi transplantado para o Brasil. A Igreja, a paróquia e o padre constituíram-se, em muitas colônias formadas no Brasil, durante muito tempo, o elo imanente à sua cultura e religiosidade. Estabelecidos em seus lotes de terra, a construção da sua igreja era a primeira deliberação. Não sendo suficientemente numerosa a colônia, optava-se então pela construção de uma capela.

O povo polonês é muito religioso. Havia uma igreja pequena. O meu sogro ajudou a construir a igreja, a escola. Era tudo mais bonito do que é agora. A Páscoa. O Natal. Antigamente era diferente. Quando eu era criança, pra você ter uma idéia, as missas eram todas rezadas exclusivamente em duas línguas, em polonês e o latim, não tinha missa em português, isso em todas as nossas igrejas. (...) O costume era tão grande. O catecismo. Havia ainda, alguns anos atrás, 50% de catecismo. O próprio padre ensinava. E o colégio, já que era das Irmãs, também ensinava. Então o padre procurava as famílias polonesas, quem quisesse e estudasse polonês no catecismo. Hoje não se faz mais isso. No tempo da minha mãe era só polonês. Depois foi proibido. Era tudo em polonês.

(Entrevista com Miguel Jaramiski)

No Brasil, essa característica se acentua em virtude do isolamento em que se encontravam, não só pela distância do país, como pela diferença entre a estrutura das aldeias na Polônia e a das colônias. Nas aldeias polonesas, as residências agrupavam-se em torno da paróquia, enquanto aqui as famílias estavam distanciadas umas das outras, cada qual em seu lote.

Outros aspectos da vida religiosa, como certos hábitos senhoriais, foram transplantados. Na aldeia silesiana de Siolkowice, costumes dos tempos senhoriais perduravam entre a população. Na paróquia de Santa Ana de Abranches, onde os camponeses de Siolkowice se estabeleceram, o arquivo paroquial registra o nome daqueles que pagavam seu lugar cativo nos bancos da igreja.²

Essa forma de religiosidade estabeleceu conflitos entre católicos poloneses e a alta hierarquia da igreja local em torno da nacionalidade dos padres designados para as paróquias. A alta hierarquia via com má vontade a existência de paróquia polonesa ocupada por padre polonês, preferindo a utilização da língua portuguesa e sua imposição aos colonos poloneses. Esses, por sua vez, não acreditavam que poderia ser padre uma pessoa que não lhe sabia falar e promover os ofícios em sua própria língua. Não confiavam em padres cuja fala não entendiam e nem por eles seriam compreendidos. Assim, normalmente, os padres brasileiros eram tocados da paróquia, levando as novas colônias a não terem padres ou então, possuírem padres não-nomeados e indicados pelo bispo.

²WACHOWICZ, Ruy C. Abranches: un estudo de história demográfica. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1976. p.38.

A negação por parte dos colonos de ter um padre brasileiro era dada pela perda do caráter sagrado conferido à paróquia e da identidade com relação a ela, não a considerando como sua.

Eu tenho fé na igreja. Meu pai me ensinou. Meu avô morreu eu tinha doze anos. Hoje os padres são muito abandonando, não sei. Antes tinha tudo, tanta coisa. Agora querem só dinheiro, mais nada. Festas. No começo não tinha tanta festa. A Bênção dos Alimentos era só o que tinha e até hoje ainda tem, né? Mudou bastante. Antes a missa era rezada em polonês. Os cânticos. Hoje não. Antes o padre subia, ia lá em cima, falava a prática, ensinava tanto, rezava, agora não tem mais nada. Na cidade parece que as missas eram diferentes.

(Entrevista com Chico Czelusniak)

Essa "religiosidade polonesa" separava o camponês das pessoas do país de adoção, isolamento reforçado pelos padres poloneses. Quando esse imigrante chegava ao Brasil, percebia diferenças na prática e devoção do catolicismo brasileiro com as concepções e procedimentos praticados na sua aldeia de origem. Isso levava os padres poloneses, no exercício do ministério religioso no Brasil, a aglutinarem os poloneses em colônias homogêneas. Manter uma paróquia polonesa era uma questão vital para ambos. Na mentalidade do camponês polonês, a fé religiosa era inseparável do seu sentimento de patriotismo, da sua polonidade, a marca da preservação de sua identidade. Para o padre, havia a necessidade de se manter um domínio religioso e político sobre o colono, impedindo que influências externas levassem à perda do controle da situação.

Quando algum leigo, com uma visão da sociedade mais ampla, procurava orientar os colonos para que melhorassem de vida e que mandassem seus filhos para estudar além das primeiras letras,

então o vigário chamava a sua atenção do púlpito e aconselhava-o a retirar-se da paróquia. Quando o transgressor não atendia, o pastor ficava à testa do rebanho, e munido de vara-paus e pedras destruía a residência do socialista. Se o condenado era um comerciante, padecia o boicote e se era professor, retiravam-lhe as crianças.⁴

Thomas e Znaniecki, no livro "The polish peasant in Europe and América", descrevem que o fato de o polonês nos Estados Unidos se negar à aceitação do clero irlandês não se deve à estrutura organizacional da paróquia, por serem elas semelhantes, e sim ao fato de quererem criar um centro comunitário nos moldes de suas aldeias polonesas.⁵

As lideranças polonesas, leigas e religiosas, compreendendo a situação, acabavam por defender a manutenção do sentimento patriótico polonês entre os colonos, para que esses não viessem a manter contato com a sociedade local. Para isso, foram criadas, ao lado da paróquia, as escolas-sociedade, que os próprios colonos tomaram a iniciativa de construir. Com essas escolas, proporcionavam aos filhos a alfabetização e o domínio sobre as quatro operações matemáticas e, além disso, comemoravam datas importantes e organizavam diversões para arrecadar fundos para a manutenção da escola e o pagamento dos professores.⁶

Essa "utopia comunitária", quer encaremos comunidade como sociedade local quer como forma social utópica dos projetos norteadores de movimentos sociais, quer ainda como noção

⁴WACHOWICZ, Romão. Memórias. Citado por WACHOWICZ, Ruy C. O camponês polonês no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. p.109.

⁵WACHOWICZ, Ruy. O camponês..., p.107.

⁶WACHOWICZ, Ruy. O camponês..., p.108.

que dá conta das esferas não-racionalizadas da vida social, esbarrou sempre nas relações mercantis a que os colonos estavam sujeitos.

3 FONTES DO PRECONCEITO ANTIPOLONÊS

Constatada a existência de um preconceito antipolonês, discutimos agora as suas duas fontes: o germanismo antipolonês e a inserção do imigrante na produção agrícola de subsistência. O primeiro tema demanda algumas considerações sobre a Alemanha e a política alemã no século XIX e início deste século, especialmente a diferença entre o oeste, onde predominava o capitalismo industrial e o leste, o centro do capitalismo agrário.¹ Na estrutura social do campo, esse contraste acentua-se.

No oeste e no sul, predominavam pequenos agricultores, formados por parceiros que arrendavam terra e uma pequena casa de proprietários de fazendas médias, prestando, em troca, serviços por períodos determinados e recebendo, por isso, baixos salários.

Complementavam sua renda com trabalho doméstico ou sazonal em outras fazendas, obtendo assim ganhos adicionais que tornavam o arrendamento mais vantajoso que a propriedade. Trabalhavam ao lado de empregadores, e seus filhos freqüentavam a mesma escola que a dos filhos dos patrões.² A diferença de renda e propriedade entre eles e seus empregadores não neutra-

¹WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In:..... Ensaio de sociologia. 3.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. pte 4, cap. 14, p.432.

²BENDIX, R. Os primeiros estudos de Weber e a definição de sua perspectiva intelectual. In:..... Max Weber: um perfil intelectual. Brasília, Ed. UnB, 1986. cap.2, p.42 e seguintes.

lizou a comunidade de línguas e de costumes locais, impedindo que tomassem consciência de serem trabalhadores assalariados. As relações de trabalho, portanto, minimizavam as distinções de classe entre camponeses e trabalhadores rurais.

As características da ocupação territorial mostram um aldeamento rural mais denso, com uma cultura mais dispersa e variada.³

Quando se avança para o leste, especialmente o nordeste, nota-se o predomínio do cultivo intensivo e a crescente oposição entre a grande classe de trabalhadores rurais sem propriedade e uma aristocracia agrária. Ao contrário do oeste e sul, ali a diferenciação social acabava por se tornar significativa, havendo desde camponeses abastados a aldeões sem terra própria. Os diaristas não chegavam a construir um proletariado rural na medida em que eram moradores permanentes na aldeia, tendo certos direitos como o da propriedade da moradia ou o de pastorear, livrando-se assim da dependência total do trabalho assalariado. Apesar da pobreza em que viviam, esses direitos asseguravam-lhes a participação plena na vida social da comunidade.

No oeste, com o predomínio das pequenas e médias propriedades, os camponeses autônomos eram maioria, enquanto no leste, ao lado das pequenas propriedades, predominavam as grandes, com elevado número de trabalhadores diaristas.

A diferença entre as duas Alemanhas tem origem comum no esforço dos senhores de terra em aumentar suas rendas, o que se viabilizava com a crescente riqueza das cidades e com a

³WEBER, Max, p.424.

oportunidade de vender produtos agrícolas. Porém, algumas das transformações realizadas no oeste e no sul datam do século XIII e, no leste, do século XV.⁴

Foi decisiva, para a constituição agrária que se originou, a forma como foi dividida a propriedade da terra entre senhores e camponeses, quando desapareceu a comunidade senhorial. A uniformidade da sociedade agrária havia desaparecido antes mesmo da emancipação dos camponeses, e as diferenças entre o oeste e leste vêm desde o século XIV, com a propriedade da terra sofrendo modificações internas antes mesmo de sua própria dissolução. No oeste e sul da Prússia, em sua maior parte, a terra passou às mãos dos camponeses ou então continuou nas mãos dos senhores de terras. No leste, entretanto, parte considerável caiu nas mãos dos antigos senhores.

Com a expansão do capitalismo e as crescentes oportunidades comerciais, a necessidade de aumentar a renda levou a práticas características, diferenciando-as. No sul e no oeste, continuaram como senhores de terras aumentando as taxas de arrendamento, juros e os tributos dos camponeses, sem se dedicarem ao cultivo. Apesar da possibilidade de se apropriar da terra dos camponeses, o senhor de terras nem mesmo tentou fazê-lo. Não revelou qualquer tendência de privar o camponês de seus bens, do cultivo da terra em grandes proporções, e tornou-se agricultor também ele. O senhor agrário do oeste, não tomando as terras dos camponeses, utilizou-os como fonte de renda, como contribuintes. Isso foi possível devido à distribuição da propriedade entre os senhores, pois os campos que

⁴WEBER, p.426 e seguintes.

constituíam essas propriedades eram, freqüentemente, intercalados, uma vez que surgiram em terras originalmente livres, em que os direitos patrimoniais de pequenos senhores cruzavam-se em toda parte. Essa variedade e conflitos mútuos asseguravam ao camponês a sua existência, pois se encontravam sujeitos política, pessoal e economicamente a diferentes senhores.

A necessidade do proprietário do leste em aumentar as suas renda leva-o a se apropriar de parte das terras dos camponeses, obtendo, assim, maiores propriedades e usando os camponeses como servos. Dessa forma, grande número de camponeses que originalmente detinham títulos de propriedade da terra desapareceram, transformando-se em força de trabalho e não em contribuintes. Ao contrário do oeste e sul, a combinação de senhoria e direitos patrimoniais de toda uma aldeia estava nas mãos de um único senhor.

Os nobres do leste do Elba, grandes proprietários, controlavam politicamente o principal estado alemão e eram representados, enquanto classe, pela Câmara dos Lordes prussiana. A par disso, a representação por classe lhes dava uma posição decisiva na Câmara dos Deputados prussiana. Esses Junkers transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos e à diplomacia alemã que está quase que exclusivamente nas suas mãos.⁵

O jurista e o funcionário administrativo, na Alemanha, concluem seu período de preparo e sua atividade não-remunerada por volta dos trinta e cinco anos, quando conseguem um cargo. Assim, são recrutados nos círculos abastados, onde preparados

⁵WEBER, p.424.

para um serviço não-remunerado ou mal remunerado, só podem encontrar recompensa pelo seu trabalho na alta posição de sua vocação. Seu caráter distancia-se dos interesses financeiros e os coloca ao lado dos adversários desses interesses, ou seja, lutam ao lado dos Junkers contra a burguesia nascente.⁴

O desenvolvimento urbano e industrial da Alemanha ganhou impulso com a unificação, em 1870. O sul e o oeste tornaram-se tão poderosos economicamente que poderiam forçar o leste a comprar seus produtos industriais, recusando, ao mesmo tempo, produtos agrícolas dessa região. A população das províncias do leste, que havia fornecido recrutas para as campanhas militares que estabeleceram o poder político da nação, agora fornecia uma parcela significativa da força de trabalho industrial no oeste, privando a agricultura do leste de contingentes muito necessários de mão-de-obra. Essas mudanças econômicas haviam resultado em uma importante transformação dos próprios Junkers. Com a ascensão de uma burguesia abastada no decurso da industrialização alemã, os Junkers se defrontaram com uma classe economicamente poderosa que estabeleceu novos padrões de consumo, mesmo sem desafiar, de início, a sua proeminência política.⁷

Até a primeira metade do século XIX, o Junker era um patriarca rural, sendo que seus trabalhadores agrícolas, de cujas terras ele se havia apropriado, não eram de forma alguma proletários. Em consequência da falta de fundos do Junker, esses trabalhadores não recebiam salários, mas tinham uma

⁴WEBER, p.421.

⁷BENDIX, p.55.

cabana, terra e o direito de pastagem para suas vacas e, em época de colheita, uma certa parte do cereal lhes era paga, geralmente em trigo.⁹

Enquanto donos de terra, os Junkers agem como qualquer homem de negócio, economicamente dependem totalmente de sua atividade como empresários agrícolas, empenhando-se, então, na luta de seus interesses. Suas tradições aristocráticas, entretanto, contrastam com tal ação, na medida em que ele gostava de ser um autêntico senhor feudal e, não obstante, as circunstâncias em que se desenrolavam as práticas do passado político e econômico desencadeado na Europa, teve de se tornar um empresário comercial e um capitalista.

Na sua trajetória histórica, o Junker está envolvido em todos os conflitos que ameaçaram diretamente a sua existência. Quando a exportação de cereais para a Inglaterra floresceu, foi o mais forte defensor do livre comércio, o mais ferrenho adversário da jovem indústria alemã do oeste que necessitava de proteção, mas quando a concorrência das terras mais novas e mais baratas o expulsaram do mercado e depois o atacaram em sua própria pátria, ele se tornou o mais importante aliado daqueles industriais, que, ao contrário de outros ramos importantes da indústria alemã, exigiam proteção. Uniu-se então a eles, numa luta comum contra as exigências da força de trabalho, pois nesse espaço de tempo o capitalismo também se colocava contra o caráter social dos Junkers e seus trabalhadores, assim como ocorreu na Inglaterra quando foi abolida tal

⁹WEBER, p. 434.

estrutura social agrária.⁹

Os Junkers transformaram-se, então, nos esteios de um protecionismo que penetrou por muito tempo na essência da cultura alemã. Os remanescentes das condições arbitrárias resultam direta ou indiretamente da influência dessas classes, além de se apropriarem também da ortodoxia da Igreja oficial.¹⁰

Enquanto camada aristocrática hegemônica, não estavam sós. Outras forças políticas começaram a absorver cada vez mais a propriedade privada da terra. São esses os capitalistas industriais e comerciais que enriqueceram, comprando as propriedades dos cavaleiros, associando a sua posse à família pelo usufruto, através também dos laços de fideicomisso, o qual, segundo Weber, é um dos produtos característicos do capitalismo em países antigos com tradições aristocráticas e uma monarquia militar. Porém, esses capitalistas usam a propriedade também como meio de invadir a classe aristocrática.¹¹

São essas as características que importam reter na análise: uma camada aristocrática hegemônica, uma monarquia militar e um quadro de juristas e burocratas com um caráter aristocrático e um estado fortemente protecionista. Esse estado assume características imperialistas e expansionistas, principalmente sobre as nações do leste europeu.

⁹WEBER, p.433-434.

¹⁰WEBER, p.424.

¹¹WEBER, p.434.

3.1 O GERMANISMO ANTIPOLONÊS

O capitalismo agrário do leste alemão e a natureza aristocrática e militar do Estado prussiano assumem na sua política expansionista uma dimensão antipolonesa de descaracterização cultural. Por outro lado, a estrutura social do campo na Polônia, sob hegemonia prussiana, cria uma mão-de-obra excedente que deprecia os salários da massa trabalhadora alemã. Isso dá origem à indisposição por parte de diaristas agrícolas com os eslavos.

A Polônia, como nação livre e independente, desapareceu em fins do século XVIII, tornando-se parte da periferia oriental dos grandes centros decisórios da Europa Ocidental, típica de marginalização.

As grandes diferenças existentes entre os países da Europa não eram somente de caráter político, mas, principalmente, davam-se pelos níveis desiguais de desenvolvimento e, conseqüentemente, pelas concepções e modos de vida que absorviam e assimilavam. Dessa forma, é pertinente dizer que os estágios de desenvolvimento econômico determinavam as diferenças culturais existentes.

Frente a uma Europa emergente da Revolução Industrial, encontrava-se uma outra, arcaica, fundamentada ainda pelas forças da Idade Média, com suas populações camponesas feudalizadas. É sob esse domínio que se encontrava a Polônia, porém, mais ferozmente sob o domínio de uma ação conjunta de três potências ocupantes: a Áustria, a Prússia e a Rússia.

No domínio prussiano, o camponês sentia a diferença com relação ao grande proprietário, muitas vezes alemão ou germa-

nizado através da língua. O polonês caracterizava-se como a língua das classes proletárias, notadamente agrícolas, enquanto o alemão era falado, preferencialmente, pelas classes de status mais elevado.

Entretanto, com a migração sazonal, a língua falada deixou de ser fator de separação de classe, e, sim, o elemento de aproximação entre as massas camponesas dos três domínios.

Após a vitória da Prússia sobre a França, em 1870, e o surgimento do Império Alemão, sob hegemonia prussiana, os territórios da Silésia, Pomerânia e Renânia, a leste do Elba, habitados por poloneses, foram objeto de notável ação de despolonização.

A eliminação da cultura polonesa passou a ser um dos princípios da unidade cultural do Império, sendo tomadas algumas medidas, como o uso obrigatório da língua alemã nas escolas, na administração, na magistratura; a exclusividade para os alemães ocuparem cargos públicos e a substituição dos nomes de logradouros públicos por nomes alemães.

O processo de germanização na Polônia, atingia também a Igreja, proibindo-se sermões e catecismo em polonês. A oposição feita pela hierarquia católica polonesa levou bispos e padres à prisão e exílio, sendo proibidas as congregações religiosas e fechados os conventos.

A Comissão Colonizadora Alemã empreendeu a luta contra a preponderância numérica de poloneses no meio rural para a expansão do território e do domínio alemão. Para isso, afastou em massa os poloneses de suas propriedades agrícolas pressionando seus titulares a vendê-las. A venda partiu princi-

palmente do pequeno proprietário, enquanto os latifundiários poloneses vendiam parte de suas terras sob pressão dos alemães.

Nas regiões de domínio prussiano, por volta de 1880, 41% da população agrícola era constituída de proletários rurais sem propriedades, restando-lhes como opção o trabalho sazonal - durante as safras - nos latifúndios, não conseguindo, assim, assegurar o sustento no inverno.

Nas províncias alemãs do leste, por sua vez, a mão-de-obra livre vinha substituindo a mão-de-obra quase servil representada pelos trabalhadores de contrato anual, ao lado dos quais existiam os "trabalhadores agregados". Durante o século XIX, esses agregados trabalhavam em condições semelhantes às dos outros trabalhadores, porém o contrato anual era firmado com toda a família, e não com o indivíduo. Da mesma forma que os trabalhadores sob contrato anual, eles tinham também o direito a uma pequena casa, na propriedade, e a um pagamento, parte em dinheiro e parte em mercadorias. No entanto, esses pagamentos não eram fixos, além de serem também associados a certas obrigações especiais. Ou seja, todos os trabalhadores da família devem prestar serviços na propriedade, ou então, contratar e pagar um diarista para cumprir essa obrigação.

Esse tipo de trabalho assalariado substituiu a antiga obrigação de trabalhar na propriedade sem compensação. Da mesma forma, sobre a casa do trabalhador agregado, antes cedida como parte da recompensa por seus serviços obrigatórios, passou-se a cobrar um aluguel e os salários que recebiam eram pagos a um preço inferior à média local por serviços semelhan-

tes. Não podendo viver do salário que recebiam, os agregados complementavam sua renda com ajudas em forma de mercadorias. Durante a maior parte do inverno, eles eram autorizados a debulhar o trigo, recebendo por isso uma parcela da produção. Essa parcela variava muito nas regiões do leste, dependendo da produção total da propriedade naquele ano. Assim mesmo, em muitas áreas, a parcela do trabalhador representava uma parte considerável do total de seus ganhos, e o que não era consumido podia ser vendido no mercado.¹²

Os empregados com contratos anuais refletiam uma mistura de servidão e liberdade, herdadas do passado, os quais dependiam de propriedades para suas necessidades de todo ano. Esses trabalhadores eram legalmente livres, havendo empregados domésticos solteiros, que viviam e comiam em alojamentos especiais na propriedade e, adicionalmente, recebiam um salário anual estipulado. Os administradores e outros empregados ligados à administração viviam em alojamentos separados com suas famílias e, ao invés de refeições, recebiam uma ajuda em mercadorias, além de um pedaço de terra, algumas cabeças de gado e um salário anual. Uma terceira categoria de trabalhadores rurais era, freqüentemente, contratada em condições semelhantes, ou seja, salário anual, privilégios de pastoreio e um pedaço de terra, bem como uma ajuda estipulada em mercadorias. O traço característico desses trabalhadores rurais era sua posição de quase assalariados, recebendo o salário anual e as várias ajudas em mercadorias que não eram sujeitas a oscilações.

A força de trabalho rural com contratos por dia não se

¹² BENDIX, p.44 e seguintes.

diferenciava muito dos trabalhadores industriais assalariados, havendo uma substituição gradual de camponeses semi-servis por trabalhadores diaristas nas grandes propriedades territoriais do leste.¹²

O aumento da contratação de diaristas não ocorreu uniformemente nas províncias a leste do Elba, dependendo, em grande parte, de quanto uma determinada propriedade poderia ser adaptada a um tipo comercial de agricultura que, por sua vez, dependia da disponibilidade de capital. O resultado final dessas mudanças foi que as relações de trabalho patriarcais continuaram predominando no nordeste, enquanto no sudeste elas foram, gradativamente, substituídas por contratos salariais com diaristas. Essa transformação tendia a baixar o padrão de vida dos trabalhadores, especialmente na Silésia, onde se tem uma contratação freqüente de mulheres, alojamentos precários dos diaristas e suas famílias e a falta de complementação salarial sob a forma de horticultura ou algumas cabeças de gado.

Nas áreas sob o domínio prussiano, os latifúndios continuavam com a maior parte da terra, e as pequenas propriedades dos camponeses, poloneses, continuavam a limitar-se com as quintas. No antigo regime senhorial, os camponeses proletários, para cumprir suas desobrigas senhoriais, eram obrigados a trabalhar nesses latifúndios, em troca de um minguado salário para conseguirem sobreviver.

Com a abolição da servidão, as pequenas explorações camponesas transformaram-se em propriedades. Estas eram tão diminutas, o que os forçava ao emprego nos latifúndios. Inca-

¹²BEMDIX, p.43.

pazes de sobreviverem na concorrência capitalista e evitando a proletarização, procuravam a migração sazonal.

Os senhores de terra do leste alemão importavam esses trabalhadores eslavos de além fronteira, os quais, sendo mão-de-obra mais barata para realizar trabalho agrícola, criavam conflitos com os trabalhadores alemães, acabando por afastá-los.

Esse processo tem no leste da Alemanha uma característica que lhe é particular, na medida em que, duas nações, germana e eslava, lutam entre si economicamente. Assim, sob a pressão dos ciclos econômicos e no desenrolar dos processos político-sociais, o camponês eslavo ocupa o lugar do alemão. Nesse sentido, o avanço do cultivo na direção do leste, baseado na superioridade do cultivo mais antigo e superior, foi modificado sob o princípio capitalista de mão-de-obra mais barata. Foi nesse contexto que os trabalhadores alemães do leste migraram parte para o oeste, incorporando-se ao grande impulso do sistema capitalista, e, parte, aderiu à emigração para a América.

Os alemães, antes de Hitler entrar no poder, bem antes, eles até que auxiliavam o polonês. Quando a turma queria trabalhar, precisava, não tinha serviço na Polônia, a Alemanha sempre dava serviço. Depois que mudou. Lá, a turma ganhava algum dinheiro. Na época, em vez de não ganhar nada, lá era oferta de serviço. Naquela época parece que não era tanto o conflito. Depois sim. Depois foi ficando muito diferente, até que foi tudo bombardeado.

(Entrevista com Estefano Jablonski)

Para os nacionalistas alemães, essa leva de imigrantes eslavos parecia, então, uma grande ameaça para a civilização do país.

3.2 A INSERÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE ALIMENTOS

Se na Europa o polonês é vítima de uma ação política visando a sua descaracterização cultural, e, por parte da massa trabalhadora alemã, é visto como fator de desagregação das relações salariais, no Brasil ele é incorporado, pela política de colonização, a uma estrutura produtiva agrícola subsidiária e, muitas vezes, o é como substituto vantajoso de trabalhos executados por negros libertos e mulatos. O imigrante polonês estava sendo confrontado, sempre, com as camadas inferiores da sociedade, da ótica da ideologia racial e elitista do país.

O governo republicano adotou quase o mesmo sistema de utilização no império para fixar o imigrante. Atribuía-se ao imigrante uma propriedade variando entre cinco a oito alqueires, conforme a localização da colônia e a qualidade da terra. Além disso, o imigrante recebia auxílio financeiro para a construção de sua residência e utensílios agrícolas.*

Até a primeira colheita, o imigrante era incorporado à construção das estradas coloniais, recebendo para isso de um a dois mil réis por dia.

A mão-de-obra disponível na província era canalizada para a cultura do mate, quando havia escassez de gêneros de subsistência. Era exercida por agregados (escravos libertos e descendentes de índios). Esse tipo de agricultura era considerado, na mentalidade da época, uma atividade exercida por pessoas de nível inferior.

*Esse item baseia-se para a documentação historiográfica em: WACHONICZ, Ruy. O camponês polonês no Brasil. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. p.74.

Mesmo nas atividades exportadoras, dominadas pelo trabalho escravo, havia homens livres mantendo uma relação salarial com o plantador, estabelecendo uma relação de produção subsidiária dentro do escravismo.¹⁴ Uma outra categoria de homens livres era a dos agregados, caracterizada pelo fato de ocupar terrenos de outros, obtidos pela contra-partida de serviços não-econômicos, acompanhados ou não de renda da terra diminuta. Sua mão-de-obra passou a ser requerida com frequência na desagregação do escravismo. Como pequenos cultivadores não-escravistas, localizados por favor na periferia dos latifúndios, os agregados se sustentavam de paupérrima economia natural, que mal permitia a formação de ocasionais excedentes comercializáveis.

Fora dos latifúndios existia ainda uma outra categoria, a dos pequenos cultivadores não-escravistas, externos à grande plantação, englobando sitiantes e, em maior número, os posseiros. O número desses cultivadores avolumou-se nos séculos XVIII e XIX, ocupando pequenos estratos de terra em áreas impróprias à plantagem ou praticavam sem avanço, sendo depois expulsos por ela. Praticavam uma economia natural ao nível da satisfação das necessidades mais elementares, com uma mercantilização das sobras cujo grau dependia da proximidade de centros urbanos ou de vias de transporte movimentadas.¹⁵

Assim, esperava-se que a estrutura da agricultura paranaense fosse alterada pelos imigrantes europeus, os quais possuíam técnicas mais evoluídas. Uma das vantagens indicadas na introdução de imigrantes europeus era o fato de serem eles

¹⁴GORENDER, Jacob. Categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial. In:..... O escravismo colonial. São Paulo : Editora Ática, 1978. cap.14, p.287 e seguintes.

¹⁵GORENDER, p.297-298.

conhecedores dos processos mais acabados da estrutura agrícola de produção e também acostumados ao uso de instrumentos mais modernos para o cultivo de terras.

Os colonos europeus teriam de superar as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, o chamado "caboclo". Foi então nesse espaço que grandes grupos imigratórios poloneses estabeleceram-se no sul do Paraná.

O camponês polonês estabeleceu-se no Brasil em terras devolutas ou então em terras vendidas por grandes proprietários luso-brasileiros, constituindo uma camada de pequenos proprietários que deu origem a uma classe média agrícola, composta, fundamentalmente, por descendentes de poloneses.

Os camponeses imigrantes da Polônia deparavam, no Brasil, com uma população agrícola constituída por escravos, libertos e caboclos, frente aos quais detinham uma superioridade técnica, não podendo a eles serem nivelados, impondo-se, portanto, na agricultura. Além disso, o negro liberto ou mulato, ocupado como agregado, assalariado ou absorvido na criadagem urbana, foi preterido pela mão-de-obra européia quando seus descendentes aumentaram. Recomendava-se às mulheres empregos nas residências. Assim, curitibanos de famílias tradicionais passaram a procurar meninos e rapazes entre os filhos de imigrantes para substituírem os "negrinhos" nos serviços.

As terras aqui adquiridas eram normalmente cobertas de matas. Sem orientação alguma, o imigrante procurou, de início, dirigir e trabalhar na sua propriedade, derrubando o mato e arando o terreno como fazia na Polônia. Porém, devido aos cepos de madeira que ali permaneciam, apropriou-se do método

utilizado pela população local, derrubando a mata no trecho escolhido para a cultura, com o cuidado de deixar as árvores muito grossas de pé, como as imbuías e os pinheiros. Esperava secar o mato cortado, para depois queimá-lo. Assim, no meio de tocos carbonizados, plantava milho e semeava centeio e trigo. Quando os cepos encontravam-se quase que apodrecidos, o terreno já podia ser considerado de "capoeira", ou seja, encontravam-se em estado que poderia ser utilizado o arado para revolver a terra. Após um ou dois anos de colheita, deixava o terreno em repouso por alguns anos.

Quando meu avô veio para cá, entrou aqui, tava pior ainda. Entrou na mata. Tinha que limpar os terrenos pra produzir alguma coisa. Pinheiro, que agora tem o valor tanto alto, tinha que queimar para limpar os terrenos. (...) Ele saiu corrido da Polônia. Porque diz que estava na miséria, pior do que aqui agora. Chegou aqui, encontrou negro. Índio parece que não tinha não. Quando saiu de lá, os russos e alemães tomavam conta de lá. Chegou aqui e ficou três meses acampado, debaixo da lona. (...) O governo que ofereceu passagem grátis. Não tinha gente pra trabalhar. (...) Tiveram quatro filhos, um é o meu pai. Vieram direto pra colônia. Eles tinham um pouco de dinheiro pra ajudar um pouco, né? No começo. A terra foi comprada. Era o tempo do Império. Era uma miséria. Já começaram a limpar os terrenos pra produzir. Depois deles não vieram mais ninguém da família da Polônia.

(Entrevista com Chico Czelusniak)

A aceitação por parte dos imigrantes do sistema de queimadas, além de ter aproximado suas práticas da "agricultura cabocla", acabou prejudicando a terra, de forma a só oferecer boas colheitas quando do uso de adubos, naturais ou sintéticos.

Uma das características mais marcantes que diferenciava o polonês no Brasil dos de suas aldeias de origem foi a ausên-

cia de um proletariado rural nas colônias que aqui constituíram. Neste país, com mais terras à sua disposição, mesmo que compradas, cada família era proprietária, e uma família numerosa era considerada como uma "graça de Deus", o que não ocorria com as mesmas na Polônia. Assim, toda a mão-de-obra existente tornava-se indispensável para o agricultor em regime de pequena propriedade, inclusive as crianças.

(....) Aqui, aqueles que estão com famílias, isto é, casados, ou pais com filhos, podem receber propriedades nas colônias. Eu, embora a lei me faculte receber terra como aos outros, não quero. O que faria com ela sozinho, uma pessoa. Aqui dão propriedades relativamente grandes, segundo nossa medida, trinta morgas e só com matas. Como eu procederia com isto? (....) (Carta de André Borkowski de Tomás Coelho, Paraná, em 10 de março de 1891)¹⁶

Assim, constatando-se que a agricultura de subsistência, em regime de pequena propriedade, caracterizou o imigrante polonês no Brasil, notadamente no Paraná, e que era considerada ao mesmo tempo como sendo uma atividade exercida somente por pessoas de nível inferior, como já foi visto, vê-se então que a correlação criada entre o termo "polonês" e "polaco" passava a ter, na sociedade local, uma identificação com a agricultura, ao mesmo tempo em que ser de origem "polaca" era admitir que se pertencia a uma camada mais baixa da sociedade.

Em 1862 e 1875, leis provinciais autorizavam estudos sobre os melhores processos para o fabrico e acondicionamento

¹⁶CARTAS. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.8, p.37, 1977.

do mate.¹⁷ Dessa forma, o próprio governo promovia e estimulava aperfeiçoamentos tecnológicos na produção e acondicionamento do principal produto econômico da Província. Assim, a introdução de mudanças qualitativas na produção e utilização do mate trouxe a substituição paulatina do escravo como força de trabalho. A introdução de novos aperfeiçoamentos tecnológicos e o aumento das exportações desse produto acarretaram como conseqüência uma contínua substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre.

O aumento da produção, com os devidos aperfeiçoamentos tecnológicos, trouxe o barateamento do produto. Com isso, expulsar o escravo do interior do engenho, substituindo-o por máquinas novas e trabalhadores livres, revelou-se economicamente mais vantajoso. É nesse contexto que a política imigratória iniciada no Paraná, em meados do século XIX, vincula-se às transformações estruturais no campo econômico e social.

Nas primeiras décadas do século XIX Curitiba havia se beneficiado com a transferência dos engenhos de beneficiamento do mate do litoral para o planalto, levando a uma aceleração do seu crescimento econômico e à criação da Província do Paraná, em 1853; e Curitiba como capital consolidou definitivamente a hegemonia da cidade como centro urbano preponderante.

A chegada dos imigrantes poloneses, em 1871, coincide com o processo de desagregação do trabalho escravo. O engenho de soque da erva-mate, movido por força hidráulica, substituía

¹⁷IANNI, Octávio. As metamorfozes do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988. p.109.

aquele movido pela força humana do escravo. Assim, o maior fluxo de imigrantes europeus, ocorrido entre 1871 e 1888, coincide com a decadência da escravidão.

A introdução da agricultura com novos métodos e instrumentos, as mudanças nos meios de comunicação, a introdução de cercas de arame farpado, de troncos encaixados ou de ripas lascadas de pinheiro, mostraram alterações na estrutura econômica e social da região.

Os poloneses, ao introduzirem cercas nos sertões paranaenses, confrontaram-se com a pecuária e o modo de viver seminômade, em declínio, das populações ocupadas com o gado. A maior fixação do homem à terra e a delimitação das propriedades por meio de cercas eram essenciais à introdução da agricultura de subsistência na região.¹⁸

No início ninguém (dos brasileiros) possuía terras cercadas. O gado dos ricos senhores pastava livremente onde queria. Como então aqui plantar, se de noite o gado bovino a tudo pode arruinar? Os prejuízos que os nossos sofreram inverteram-se a seu favor. O governo defendendo o polaco e a agricultura, permitiu que se matasse o gado transtuga. Os ricos fazendeiros queixaram-se de nossos (poloneses) até no Rio de Janeiro, entretanto a resposta era sempre a mesma: cerquem seu gado e então não lhes matarão as reses. Assim, os poloneses matavam o gado e comiam-no, defendendo-se da fome que no início frequentemente lhes visitava.¹⁹

Os colonos, para não morrerem de fome, lançaram mão do gado dos grandes fazendeiros, conseguindo desta forma sobreviver até que viesse a primeira colheita. (...) Em vista da matança de cabeças de gado, surgiram divergências entre os poloneses, que lutavam pela vida, e os fazendeiros, que defendiam suas propriedades (...). Há dias, capangas negros (de fazendeiros)

¹⁸WACHOWICZ, p.119.

¹⁹WACHOWICZ, p.118. (Memórias citadas).

assaltaram os lavradores do Capão Grande, travando-se uma luta de seis poloneses com os capangas de Ribas. Dois dos pretos foram mortos, enquanto os poloneses receberam ferimentos e estilhaços de armas de fogo.²⁰

O fato de os imigrantes poloneses terem se dedicado à agricultura de subsistência, atividade considerada não-essencial e até mesmo de concepção depreciativa, desde os tempos coloniais, foi um dos aspectos que levaram a população de origem polonesa, emergente na sociedade brasileira, a ser reticente quanto à origem polonesa, na medida em que equivalia a admitir a procedência das mais baixas camadas sociais.

Apesar de se manifestarem excelentes agricultores para os padrões brasileiros e demonstrarem excepcionais predicados, como por exemplo, de artífices das mais diversas especializações, os imigrantes poloneses e seus descendentes foram atingidos por uma avaliação negativa dentro da ideologia racial do meio. Juntamente com os grupos sociais e étnicos da sociedade de adoção, foram inseridos num processo contínuo de transformação da sociedade e de relação de competição, centrada numa sociedade capitalista, de características semi-industriais. Nessa circunstância, uma característica importante é a mentalidade do próprio imigrante, ou seja, a sua marca de camponês polonês.

²⁰Gazeta Polska. Curitiba, 9 jul.1893 citada por WACHOWICZ, p.118.

4 AUTO-SEGREGAÇÃO ÉTNICA E CULTURAL

No capítulo anterior foram apresentadas as duas fontes fundamentais do preconceito de que o polonês é vítima no Brasil: o germanismo antipolonês e a inserção do imigrante numa agricultura de subsistência. Existe, entretanto, a outra face da moeda, ou seja, os mecanismos de auto-segregação da cultura polonesa originados de um tipo particular de nacionalismo e de um catolicismo exclusivista. A análise desses temas é objeto deste capítulo.

4.1 A PARTILHA DA POLÔNIA PELAS POTÊNCIAS IMPERIALISTAS

Em fins do século XVIII, a Polônia desapareceu como nação livre e independente, transformando-se num pedaço de chão da periferia oriental dos grandes centros de decisão localizados no ocidente da Europa.

Frente a uma Europa que emergia da Revolução Industrial, a Polônia sofria ainda os efeitos das forças medievais, principalmente de uma população camponesa feudalizada. Associado a isso, havia o domínio da ação conjunta de três potências ocupantes: a Áustria, a Prússia e a Rússia.

Para os objetivos deste trabalho, importa mais a parte da Polônia submetida ao domínio prussiano, mas não deixam de ser relevantes alguns aspectos das áreas dominadas pelos impérios russo e austríaco, pois as ações de despolonização pos-

suem características diferentes e conseqüências desiguais na formação do nacionalismo polonês.

A liquidação do feudalismo na região de domínio prussiano foi dada por intermédio da concessão da propriedade para o camponês-aldeão, iniciando-se em 1808, tornando-se acelerada após a revolução de 1848 e concluindo-se nos anos de 1860. Como resultado da abolição da servidão, houve uma transformação da estrutura agrária, fortalecendo, dessa forma, um tipo de propriedade, o latifúndio. Simultaneamente, houve grande absorção dos pequenos proprietários das aldeias pelos latifúndios. Sob a pressão das circunstâncias conjunturais, esses pequenos proprietários acabaram vendendo suas propriedades, aumentando, assim, o proletariado rural ocupado nos latifúndios.

Com o desaparecimento da proteção e do paternalismo do senhor feudal da região, o camponês-aldeão acaba, pouco a pouco, dispondo somente da própria força de trabalho para a sua sobrevivência, na medida em que se encontrava impossibilitado de pagar os elevados impostos territoriais exigidos pelo governo prussiano, sendo obrigado a vender suas propriedades.

Após a vitória da Prússia sobre a França, em 1870, e o surgimento do Império Alemão, os territórios habitados por poloneses (Silésia, Pomerânia e Posnânia), sob o domínio prussiano, foram objetos de vasta ação de despolonização. Essa campanha de desnacionalização se deu na "marcha para o leste" do expansionismo prussiano, com a aplicação da colonização sistemática nos territórios poloneses. Bismarck denunciava o perigo polonês quanto à sua resistência à colonização, fazendo assim, do extermínio da nacionalidade polonesa a condição de

existência da Prússia.

Em 1872 - centenário da primeira divisão da Polônia -, temendo uma reação polonesa, Bismarck convocou em Berlim as três potências ocupantes para reforçar a ação conjunta em prol da desnacionalização dos poloneses. A eliminação da cultura polonesa tornou-se um princípio da unidade cultural do Império, sendo tomadas algumas medidas: o uso obrigatório da língua alemã nas escolas, na administração e na magistratura. A exclusividade para os alemães para os cargos públicos e a substituição dos nomes de ruas e praças por nomes alemães.

À Comissão Colonizadora Alemã coube a luta contra o predomínio polonês no meio rural, afastando-os em massa de suas propriedades agrícolas. A resistência à venda da propriedade rural partiu do pequeno proprietário, enquanto os latifundiários vendiam parte de suas terras sob pressão dos alemães. Dos territórios da Silésia (parte integrante do Império Prussiano), e da Pomerânia vieram as primeiras levas de imigrantes para o Brasil.⁴

(....) O pedaço da Polônia, sob o mando da Alemanha, era a parte mais miserável, daquela zona. Todo mundo que era mais miserável veio de lá, perto da Alemanha. (....)

(Entrevista com Estefano Jablonski)

A história do povo polonês subjugado pelo domínio czarista diferenciava-se, pela localização e natureza, da dos subjugados pelos alemães.

Com a derrota de Napoleão, cai o Ducado de Varsóvia, e

⁴WACHOWICZ, Ruy C. O camponês polonês no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. p.29.

o Congresso de Viena confirma a ocupação da Polônia. O Reino do Congresso ou Reino da Polônia, como era chamado, pertencente à Rússia, foi criado do que ficou do Ducado de Varsóvia. Sua população era predominantemente camponesa e submetida à servidão restabelecida pelo domínio russo.

Os camponeses viviam majoritariamente em propriedades de 2 a 5 ha (39%) e 5 a 20 ha (33%), sem obterem excedentes comercializáveis. A acumulação era nula e inexistia mobilidade social. A minifundização da propriedade agrícola era mantida pelo governo czarista para reduzir a possível resistência política do campesinato polonês.

Assim, milhões de pequenos agricultores e proletários não encontravam o suficiente ganho nas propriedades ou nas indústrias. Essas pessoas não dispunham de alimentos desde a infância e nem estavam livres da preocupação de como alimentar-se amanhã.

Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, o Reino da Polônia era a parte da Polônia que mais havia se industrializado. A Rússia, essencialmente rural, era um mercado consumidor dos produtos gerados no Reino, especialmente os produtos têxteis.

Dessa forma, de acordo com as necessidades do mercado russo, alguns setores eram estimulados por Moscou, fazendo com que o desenvolvimento industrial não constituísse um processo normal. A indústria têxtil desenvolveu-se, sobretudo, em torno das cidades de Lódz e Kalisz e, a de produtos químicos e alimentícios, em Varsóvia.²

²WACHOWICZ, p.19.

Alguns setores manufatureiros mantiveram suas características artesanais, como alfaiates e sapateiros, conservando-se nos moldes das Corporações de Ofício. Seus artífices mantiveram as características conservadoras dos camponeses.

Diante desse incipiente artesanato industrial, o Império Russo estimulou a aplicação de capitais estrangeiros na região, procurando, ao mesmo tempo, afastar da indústria o pouco capital polonês originário da acumulação dos grandes proprietários rurais.

Com o surgimento da indústria, cresce o proletariado e a burguesia nacional vê-se reforçada. A grande burguesia industrial e comercial cujo desenvolvimento foi, desde o século XVI, obstaculizado pela nobreza, retomava seu crescimento, porém, sob domínio estrangeiro.

A situação nas cidades era pouco melhor do que no meio rural, onde apesar de uma certa mobilidade a evolução era lenta. Nas cidades, os efetivos da burguesia aumentavam devagar e a população operária compunha-se, ainda, de pequenos grupos semiligados ao campo. Assim, no fim do século XIX, essa parte da Polônia se aproximava do capitalismo em expansão da Europa moderna, e o proletariado nascente associava-se ao problema social camponês.

Na Galícia, a política de ocupação austríaca nas primeiras décadas não era diferente daquelas seguidas pelos demais governos de ocupação. A germanização inicial não foi bem sucedida em virtude das derrotas militares e dos conflitos entre as nacionalidades que compunham o Império, impedindo a existência de privilégios e forçando concessões às nacio-

nalidades.

Com isso, a política de germanização foi abandonada, com a substituição do alemão para o polonês, no ensino e na administração, tolerando-se, ainda, a autonomia distrital.

A situação econômica do camponês melhorou desde o término da servidão em 1848, quando ele teve acesso à propriedade da terra. Entretanto, o problema da agricultura galiciana era a estrutura fundiária dominada por minifúndios, cujo número foi ampliado com a reforma agrária, ocorrida já no século XVIII.

O minifúndio impedia o desenvolvimento da agricultura, tornando-se um problema crucial, numa estrutura agrária em que prevaleciam propriedades de 0,5 a 2 ha (53%) configurando-se uma situação asfixiadora para o campesinato, reforçada por um sistema escolar arcaico, onde o analfabetismo atingia 70% da população.

Ao lado dessa situação, o atraso da indústria galiciana impediu que a burguesia desempenhasse qualquer papel ativo na evolução da sociedade local, e o campesinato, sem possibilidades imediatas de ascensão social, procurou melhorar sua condição de vida na migração sazonal para outros territórios e, posteriormente, na emigração para a América.

4.2 O NACIONALISMO POLONÊS

Nos três domínios em que a Polônia estava dividida, a questão camponesa era o problema central. O camponês polonês, caracterizando-se pelo isolamento de seu grupo e pela própria condição de vida a que se submetia, quando comparado a outros

grupos sociais, acabou desencadeando uma relação de desconfiança com as influências que vinham de fora, principalmente quando em contato com a sociedade dominante. Assim, o camponês polonês, outrora explorado pela nobreza de sua nação, quando esta perdeu sua independência passou a sofrer a mais uma exploração, tornando-se arisco e desconfiado de pessoas com condição superior à sua, achando com isso que qualquer pessoa bem trajada que surgisse na sua aldeia era membro da nobreza.

Repleto de desconfiança em relação aos estrangeiros com interesses na Polônia, o polonês acabou tornando-se impenetrável e dominado por ressentimentos, manifestando dificuldades em aceitar um relacionamento com países mais desenvolvidos, temendo mais dominação, exploração e humilhação.

Os países que faziam parte da Europa arcaica do século XIX não eram mais nacionalistas do que aqueles que pertenciam à Europa industrial e desenvolvida. Na Polônia, porém, a ocupação pelas potências vizinhas proporcionou o surgimento, na população, de um espírito nacionalista diferente do de outros países europeus, fundamentado e alicerçado na sua polonidade, significando o conjunto de sentimentos patrióticos ligado ao amor próprio de povo ferido e humilhado, e não na defesa de interesses nacionais propriamente ditos.

Os patriotas e ativistas políticos lutando pela independência da Polônia eram recrutados entre a burguesia e parte da nobreza, organizados em sociedades secretas. Além disso, as esperanças dos nacionalistas poloneses voltaram-se para um possível auxílio da França, cuja revolução simbolizava liberdade política e individual. Refugiados poloneses organizaram-

se no estrangeiro nas legiões polonesas, participando das Campanhas de Napoleão com a finalidade de atraí-lo pela sua causa.

Quando a Prússia foi derrotada pela França, em 1806, este recruta soldados poloneses em prol do nacionalismo para uma futura libertação, formando um exército para entrar em Varsóvia.

A França, interessada na partilha da Europa, enfrentou e aliou-se a outros estados, mas, enquanto marco da revolução, inspirava outros povos a derrubarem a tirania e abraçarem a liberdade. O sentimento político pró-França existia nas áreas próximas a ela, com condições sociais semelhantes ou contatos culturais permanentes. Tornou-se, assim, o principal poder estrangeiro em que os poloneses esperavam encontrar apoio contra a cobiça conjunta da Prússia, Rússia e Áustria, que já haviam anexado vastas áreas do país, acabando, posteriormente, por dividi-lo entre si.

Em virtude, porém, das características do nacionalismo polonês e da sua estrutura social, a intelectualidade formadora de opinião temia a emigração para a América, ou mesmo a migração sazonal, pois estas colocavam os camponês com grupos de cultura primitiva que contribuiriam para o enfraquecimento da cultura nacional. Esse tipo de nacionalismo não via o futuro com confiança e alegria, devido às experiências e ressentimentos do passado. O imperialista ocupante conseguira asfixiar a vida política da nação e dominar a economia; temia-se agora pelo domínio cultural, único elo que ainda restava para impedir a descaracterização da nação.

Na Silésia Ocidental, os grupos que assimilaram, em parte, a cultura alemã, nunca se sentiram alemães, ou seja, ainda que não se sentindo poloneses, não optaram pelo germanismo, considerando-se, a si mesmos, silesianos. Em outras regiões da Polônia, eram vistos como poloneses.

A Alta Silésia, que possuía o subsolo rico em minerais, o que levou a desenvolver uma indústria sólida, acabou permitindo o aparecimento de uma classe proletária numerosa. No entanto, apesar do desenvolvimento da industrialização, os camponeses continuavam sendo o arrimo da polonidade.

A Pomerânia Ocidental e a Posnânia continuaram sendo essencialmente agrícolas, sendo a grande massa do povo constituída de camponeses com uma hierarquia solidamente estabelecida assentada na propriedade agrária.

A resistência nacional alicerçava-se na classe camponesa e na pequena burguesia das cidades. Os poloneses formavam círculos agrícolas, associações de artesãos, caixas de auxílio mútuo promovendo a solidariedade e, formando a aderência em torno do caráter nacional polonês.

4.3 O CATOLICISMO E A NAÇÃO POLONESA

No século XVII, as contínuas preocupações com a ampliação de domínios e a dilatação de fronteiras fomentou a instalação de uma concepção eslava de dinastia reinante. Surgiu, assim, uma oligarquia detentora de imensos feudos, usufruindo um comando político e o controle de recursos econômicos de imensas regiões.

O território encontrava-se fracionado entre príncipes e

dinastias, e os domínios sofriam uma redução progressiva à medida que surgiam novas gerações de herdeiros.³ Em cada um desses principados, seus administradores e a coletividade levavam uma existência dentro de horizontes políticos estreitos, mergulhados em particularismos que raramente ultrapassavam as suas fronteiras. O desejo de ampliar seus territórios levava a lutas contra principados vizinhos, consumindo recursos para atingir objetivos que não eram os da Polônia, sob o ponto de vista histórico. Quando ocorria o controle desses principados por nações tradicionalmente inimigas, estas jogavam uns contra os outros e estimulavam as lutas internas. Exploravam, assim, essas rivalidades para promover a eclosão de sentimento separatista, esfacelando, inclusive, a tênue unidade espiritual que ainda persistia entre eles.⁴

O regime senhorial polonês com sua economia agrária era contemporâneo do pleno domínio da economia de mercado no mundo ocidental. Assim, o feudalismo, abalado no ocidente, persistia na Polônia sob a forma de um acentuado regime senhorial.

Nos séculos XVII e XVIII, os camponeses, os artesãos e os indivíduos dos pequenos e médios núcleos urbanos sujeitavam-se ao nobre da região. Com o domínio do mercantilismo ocidental, esse regime influía desfavoravelmente sobre o sistema agrário do país, na medida em que aprofundava a opressão da plebe pela nobreza, sequioza de rendas que garantisse seu consumo conspícuo.

³TEMPSKI, Edwino Donato. Quem é o polonês. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranense, Curitiba, v.14, nov. 1971. p.120-121.

⁴TEMPSKI, p.121.

A Polônia era o paraíso da nobreza e continuou assim até a abolição do regime senhorial, que ocorreu após a perda da independência do país. A Áustria aboliu esse regime na Galícia após os movimentos revolucionários de 1846 e 1848. Nos territórios prussianos, essa abolição se deu gradativamente até meados do século XIX. Na parte russa da Polônia, isso se deu em 1864, após o movimento revolucionário de 1863. Nessa parte da Polônia, a repressão interna foi insólita, criando-se no lugar do Reino do Congresso o território do Vistula dividido em dez governos administrativos. É nesse contexto que a Igreja Católica passou a ser perseguida por ter participado também no movimento revolucionário. Para prevenir novos levantes nos territórios ocupados pelos russos, extinguiu-se a servidão e russificou-se o ensino.

No período feudal, as lutas internas, análogas às lutas entre feudatários de todos os países do ocidente europeu, assumiam tal intensidade que enfraqueciam qualquer unidade nacional. Suas administrações, seus exércitos e seus recursos materiais não respondiam como um todo coeso perante um chefe. Dessa forma, era impossível utilizá-los a um só tempo e para um objetivo idêntico sem a prévia concordância de todos os príncipes. Assim, ao lado do parcelamento do território, processou-se também a concomitante divisão espiritual.⁵

No transcurso dessa fase de existência da nação polonesa, a luta pela sobrevivência e pela reaglutinação de territórios encontrou nos vários principados o entrosamento de idéias e de recursos visando objetivos comuns e relevantes

⁵TEMPSKI, p.121 e seguintes.

para suas terras. Para isso, alguns fatores foram importantes, entre os quais, a língua, os hábitos, o clã comum a toda dinastia reinante e a subordinação de todos a uma mesma província eclesiástica. Associada a esta última, destacava-se a "grande fé", a esperança que irradiava um novo padroeiro nacional - Santo Estanislau.

A canonização de Santo Estanislau, no ano de 1253, foi um ato de nostalgia pela coroa e pelo reino da Polônia. A adesão ao cristianismo não era um ato religioso apenas, mas um acontecimento político de grande importância. As virtudes de Santo Estanislau, segundo os biógrafos, deviam-se à suprema graça de Deus de reconduzir o reino desmantelado ao seu estado anterior.

O cristianismo e a igreja asseguram para a nação o seu poderio externo e refletem com maior intensidade na sua vida interna. Igreja e autoridade civil associam-se de maneira eficiente na tarefa de "salvação nacional" contra seu desmantelamento, consolidando a unidade espiritual do país e amparando, de maneira decisiva, a autoridade do príncipe reinante.⁶

A monarquia encontrou um aliado, e os frutos da cultura ficaram com a igreja, criando escolas, responsabilizando-se pelo ensino, apresentando às belas artes o seu tema, enfim, o completo domínio espiritual. A história da cultura do período mais recente da Idade Média até nossos dias, é a história da Igreja.

Verifica-se então que ao integrar a "nação", a igreja polonesa atraiu para o seu centro uma variedade de meios sociais e estilos devocionais relacionados ao seu contexto

⁶HENSEL W. Les origines de l'Etat Polonais. Varsóvia : Ed. Polônia, 1960. n.p.

social. Resultou daí uma supervalorização da paróquia, a presença constante do padre, uma aproximação entre pastorais e sacramento, resultando, no todo, na valorização da hierarquia eclesiástica e na unidade do seu episcopado em torno do primaz.⁷

A atividade sócio-religiosa na Polônia configurou-se em grandes manifestações de massa, politizando a fé e reduzindo a política às dimensões morais e às suas matrizes da fé.

A relação entre sujeito social e sujeito eclesial se traduz, para o indivíduo na Polônia, na relação entre sua identidade étnica e sua fé, assim ele é parte de um povo enquanto "povo de Deus" e constitui uma nação porque tem um "patrono no céu".⁸ Conseqüentemente, ele nega a si mesmo enquanto sujeito histórico nas teias das relações sociais que permeiam em suas vidas, negando sua própria identidade.

A religiosidade polonesa, presente no catolicismo enquanto religião oficial, foi determinada pelo elo criado entre a Igreja e o Estado Nacional, na reconstrução de um território esfacelado e na criação de uma nação. Essa religiosidade representa a identidade de um povo encoberta por um véu ideológico.

Esse véu ideológico fundamenta-se nos modos de orientação e de conduta dos valores religiosos, encobrindo o agravamento de suas condições sociais de vida.

A Igreja, atuando de maneira firme e coesa no processo

⁷FERNANDES, Rubem César. *Imagens da Paixão: a igreja no Brasil e na Polônia. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro : ISER, n.14, p.60, 1987.

⁸FERNANDES, p.

de restauração, estendeu sua ação sobre todos os principados. Alertando-os sobre perigos iminentes que poderiam surgir, estimulou a busca de valores nacionais. A unidade nacional sob a expansão do cristianismo levou a Igreja a submeter a sociedade às suas exigências e princípios.

Através das escolas que havia instituído, monopolizou a vida da nação, criando para si condições de real proeminência. Comandando as grandes ações, incentivando e orientando as grandes mudanças que se dariam na vida da Polônia, influenciou nas manifestações domésticas, sociais, econômicas e político-administrativas do país.⁹

Reivindicou imunidades tributárias e judiciárias, a subordinação jurídica dos moradores em seus latifúndios, ocupados em atividades agro-pastoris, e a livre nomeação de seus membros e dependentes a uma organização judiciária própria, alicerçada no direito canônico.

A Igreja procurou se libertar de ingerências estranhas, especialmente da tutela civil, isolando-se em um "estado social" e, como tal, usufruir privilégios específicos e exclusivos. Multiplicaram-se as igrejas monumentais e os conventos, e o clero viu-se no gozo de benefícios e substanciais regalias, privilégios generosos e expressivas imunidades. Congregaram-se, assim, num poderoso estado social e numa proeminente posição na vida nacional.

Aos camponeses reservou-se a obrigação das oferendas periódicas e o pagamento de dízimos e tributos, tanto aos príncipes quanto aos representantes do clero.

⁹TEMPSKI, p.125 e seguintes.

O camponês perdeu o direito sobre a terra que cultivava, tornando-se essa prerrogativa do clero e da nobreza. Perdeu também o direito de abandonar a terra que cultivava e de se locomover de uma aldeia para outra. O que lhe sobrou foi apenas a "hereditariedade" do trabalho, a obrigatoriedade dos tributos, as oferendas pagas em espécie.

Na Polônia, a Igreja construiu "as muralhas do cristianismo ocidental", organizando a resistência diante de pressões estrangeiras que vêm desde a Idade Média e se consolida nas tentativas expansionistas do Império Alemão e Russo no século XIX, havendo, então, a identificação dessa instituição com os sofrimentos nacionais. Ela se afirma nacionalmente como instituição religiosa com caráter político e a grande depositária das tradições do povo polonês no seu devir histórico e no seu imaginário social.^{1*}

Dessa forma, por ocasião da ocupação, a Igreja era vítima da ação das potências ocupantes. Dividida entre a Alemanha luterana, a Rússia ortodoxa e a Áustria católica, a Polônia era vítima de campanhas oficiais sistemáticas para eliminar o predomínio católico.

Os sermões e o catecismo foram proibidos na língua polonesa; a oposição da hierarquia católica levou à prisão e ao exílio bispos e padres; os conventos foram fechados.

O processo de germanização na Polônia, atingindo a Igreja, aprofundou a adesão ao catolicismo.

A luta da hierarquia eclesiástica contra as tentativas de imposição do luteranismo e da ortodoxia aumentou o respeito

^{1*}FERNANDES, p.54.

pelo clero, e os interesses do povo identificaram-se com os da hierarquia católica. O catolicismo amalgamou-se de tal forma com os ideais da nação polonesa que Teodor Kubina, bispo polonês, afirmou: Fundiram-se de tal maneira que a noção de catolicismo e polonidade tornaram-se sinônimos. (...) a religião católica tornou-se o amparo geral do patriotismo, dirige o sentimento nacional, ensina o verdadeiro amor a pátria.*

Numa conjuntura em que se estabelecia a desagregação das comunidades de caráter semi-senhorial, o camponês e o artesão procuravam alguma instituição social que pudesse lhes oferecer estabilidade psicológica. A partir daí, os artífices de centros urbanos menores e das aldeias organizaram-se em suas corporações, não por terem perdido o direito de monopólio das profissões, mas por necessitarem de amparo e solidariedade humana.

A comuna limitava a participação do camponês por medidas restritivas, transformando-o de agente ativo num espectador passivo. Nesse contexto, tanto o camponês quanto o habitante dos pequenos núcleos urbanos, dependentes dessa estrutura antiga, estavam em busca de um espaço próprio, já que as escolas e a nação como um todo também não cumpriam essa função, e nada havia de se esperar de um governo ocupante e imperialista. A paróquia era então a única instituição com a qual estavam familiarizados. Ali ele influía, era solicitado pelo pároco que o conhecia pelo nome; participava de suas organizações, ocupando cargos que lhe davam uma posição de destaque na comunidade. O pároco tornava-se, dessa forma, uma

*Citado por WACHOWICZ, p.61.

pessoa indispensável na vida do camponês.*

Assim como na Polônia, o sacerdote representava o líder absoluto dos camponeses-aldeões, da mesma forma, também no Brasil, sua figura permaneceu forte e acabada.

A ligação do clero polonês com os grandes proprietários de terra, opondo-se à imigração, não foi suficiente para reduzir sua influência.

Além disso, o imigrante polonês, em sua maioria agricultores recém-saídos de condições semi-feudais de vida, mantinha as estruturas mentais dominantes nas aldeias da Polônia. Dessa forma, mesmo que o clero tenha tido seu prestígio abalado pela oposição à emigração, apresentava-se ainda proeminente entre os imigrantes.

O campesinato polonês vivia num sistema social altamente hierarquizado, em que as classes sociais eram nítidas e a mobilidade reduzida.

No cume dessa hierarquia, encontravam-se, no início do século XIX, as famílias dos Kmiec, grandes proprietários sem serem latifundiários. Em seguida vinham os chalupniki, proprietários de minifúndios que, em média, não ultrapassavam a quarta parte do que possuía um Kmiec. A pequena dimensão da propriedade fazia com que membros da família chalupniki se empregassem como braçais nos latifúndios. Seguia-os na hierarquia os Komorniki, arrendatários de minifúndios, comumente dividindo uma mesma choupana com duas ou três famílias. Finalmente, na base da pirâmide social, encontravam-se os

*A rede paroquial polonesa é hoje composta por 7715 paróquias, das quais 2/3 já existia antes do início do século. A título de curiosidade, o Brasil, com um território 27 vezes maior, possuía em 1983, cerca de 6588 paróquias. (FERNANDES, p.48)

Parobki, trabalhadores rurais que nada possuíam, empregavam-se nos latifúndios. Emigraram preferencialmente para o Brasil os Chalupniki e os Komorniki.¹¹

¹¹WACHOWICZ, p.40.

5 A TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA MERCANTIL NO BRASIL

Os poloneses que imigraram para o Brasil estavam representados por camponeses pobres, os chalupniki e komorniki, e inseriam-se numa política de povoamento que pouco se coadunava com a colonização brasileira, organizada para fornecer ao comércio europeu gêneros tropicais ou minerais de grande importância.

5.1 A ECONOMIA ESCRAVISTA DE EXPORTAÇÃO

Subordinada ao objetivo de fornecer esses gêneros ao comércio europeu, a economia se organizava para produzir e exportar, relegando as outras atividades às funções secundárias de viabilizar o fim essencial da colônia. Dessa finalidade exportadora deriva sua tendência à especialização monocultora e ao trabalho escravo.¹

Assim, o povoamento do Brasil se realizou pelo afluxo de brancos originários de Portugal, a metrópole colonial, e pela importação de escravos africanos e, ainda, pela incorporação de indígenas. Mais tarde é que se terá uma imigração de trabalhadores braçais de origem europeia destinada a se fixar no país.² Essa corrente demográfica será provocada tanto por

¹PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 9.ed. São Paulo : Brasiliense, 1969. p.119.

²PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 22.ed. São Paulo : Brasiliense, 1979. p.183 e seguintes.

uma política oficial de povoamento, preocupada com a ocupação das áreas fronteiriças, quanto pela iniciativa particular voltada para solucionar o problema da carência de mão-de-obra.

A preocupação com a imigração e a colonização torna-se muito forte com a iminência da extinção do tráfico africano e a sua efetiva interrupção pouco depois. Diante desses acontecimentos, a política de imigração deixa de ser feita com os objetivos políticos e militares, que fixavam colonos em pequenos lotes nas áreas de fronteiras despovoadas, para fixá-los nas próprias fazendas e grandes lavouras. Opõem-se a essa modalidade de imigração os adeptos da colonização tradicional, cujo objetivo principal é incrementar o povoamento do país. Para estes, o problema da mão-de-obra para a grande lavoura seria resolvido posteriormente ao incremento da população. Dessa ótica, os trabalhadores rurais saíram dos núcleos coloniais, formando-se povoadores fixados na terra.

Essa controvérsia tem uma base objetiva na própria agricultura colonial brasileira, que se dividia em dois setores distintos: a grande lavoura produzindo para o comércio exterior e a agricultura de subsistência, cujos produtos se destinam ao consumo da população do país. A grande lavoura e a lavoura de subsistência se distinguem pelas diferentes modalidades de produção. Enquanto na primeira predominam a exploração em larga escala, com grandes unidades produtoras empregando mão-de-obra numerosa e organização coletiva do trabalho, na agricultura de subsistência, na maioria das vezes, a produção é feita em pequena escala por membros familiares do proprietário, posseiro, arrendatário ou outra forma qualquer des-

ses produtores obterem o acesso à terra. Desenvolve-se, via de regra, nas terras menos férteis relegadas pela lavoura de exportação e ao longo das vias de comunicação onde transitavam as tropas e as boiadas que iam do interior para os mercados do litoral.³

A compreensão dessa "dualidade" é fundamental para se entender a incorporação do imigrante polonês numa produção mercantil e numa modalidade de produção subordinada, a agricultura de subsistência.

A grande lavoura, ainda que produzindo em larga escala para exportação, desenvolveu dentro dela uma produção de gêneros para o consumo interno, como mandioca, milho, feijão. Essa atividade era um apêndice tendo um papel subsidiário na medida que se voltava ao abastecimento do pessoal ocupado na atividade fundamental. Assim, o pessoal ocupado nas grandes lavouras (e nas fazendas de gado), assegurava a sua própria subsistência, dedicando-se subsidiariamente às culturas alimentares.⁴

A dualidade entre produção para o mercado externo e produção interna para o sustento do pessoal dava à lavoura uma estrutura bi-segmentada entre uma economia mercantil e uma economia natural. Vinculada ao mercado mundial, estava sujeita aos efeitos da lei de circulação mercantil e, simultaneamente, desenvolvia uma produção interna de auto-subsistência, sob a forma de economia natural, abrangendo os bens destinados ao consumo de pessoal do estabelecimento e ocupando integralmente

³PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil..., p.142 e seguintes.

⁴PRADO, JR., Caio. Formação do Brasil..., p.159.

a mão-de-obra escrava no permeio dos picos de trabalho.³ Mesmo quando se consolidaram alguns núcleos urbanos no litoral, nos inícios do século XVII, formando um mercado abastecido de gêneros alimentares na própria colônia, a grande lavoura escravista continuou se abastecendo com sua própria produção.

A relação entre esses dois setores da lavoura de exportação e a consolidação de centros urbanos, a partir do século XVII, são os elementos que permitem explicar o desenvolvimento e as formas de uma produção de subsistência independente, ou seja, fora dos grandes estabelecimentos exportadores.

Aqueles dois setores estabeleciam entre si uma relação dinâmica, sob a hegemonia do setor mercantil, que pode ser visualizada nas conjunturas de alta ou baixa dos preços no mercado mundial. O setor mercantil expandia-se diante da alta dos preços, refletindo sobre a economia natural, reduzindo a produção de gêneros alimentares, forçando a grande lavoura a disputá-los com as populações urbanas no reduzido mercado colonial. A conjuntura de alta reduzia também a produção desses gêneros dos pequenos estabelecimentos agrícolas abastecedores dos núcleos urbanos, uma vez que viabilizava a produção de exportação nesses estabelecimentos. O período colonial foi marcado por queixas permanentes contra a carestia e os períodos de fome generalizada.⁴

Nas conjunturas de baixa dos preços no mercado mundial, a produção mercantil se retraía, expandindo-se a economia natural. O abastecimento desses centros urbanos, tendo em vista

³GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo : Ática, 1978. p.241 e seguintes.

⁴GORENDER, p.250-251.

a natureza do sistema exportador e da grande lavoura de exportação, vai constituir, aos poucos, uma lavoura especializada e dedicada à produção de gêneros alimentícios, formando uma exploração rural diferente e separada da agricultura de exportação. Aí, a grande propriedade semelhante a grande lavoura é menos freqüente, predominando a roça, chácaras ou sítios sem escravos ou assalariados, explorado pelo proprietário, ou o simples ocupante, com o auxílio da família.⁷

Entre os problemas do abastecimento do país, ganha relevo a carne, pelo papel importante que têm na alimentação da colônia e, conseqüentemente, a pecuária é tema essencial na discussão da economia colonial. Ao contrário da grande lavoura, a pecuária foi o produto de uma divisão social do trabalho interna à colônia, obrigando-a a manter vínculos consistentes com as diversas regiões plantacionistas e com os núcleos urbanos. A mineração atraiu o gado bovino do Nordeste e o gado mular do Extremo Sul, inclusive das colônias hispânicas do Prata.⁸

Por ser a pecuária a atividade que articulava as diversas regiões do país, ela tem um papel importante na compreensão da generalização do trabalho escravo no Paraná e das relações complexas entre a grande exploração e a agricultura de subsistência desenvolvida por pequenos produtores.

No início do século passado, a pecuária estava distribuída em três grandes zonas: os sertões do Nordeste, a bacia do Rio Grande em Minas Gerais e, por último, no Extremo Sul, os Campos Gerais (Paraná) e, sobretudo, o Rio Grande do Sul.

⁷PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil..., p.159.

⁸GORENDER, p.413-414.

Nos Campos Gerais, o gado foi introduzido desde longa data pela colonização vicentina. Graças as condições naturais admiráveis, o gado aí proliferou em abundância, servindo para o abastecimento de São Paulo e do Rio de Janeiro.⁹

A inexistência de uma indústria do charque nos Campos Gerais levou a pecuária aí implantada ao fornecimento do gado em pé, cujo mercado era muito restrito. Assim, restou-lhe aos poucos o exíguo mercado do litoral (Paranaguá) e, mesmo em São Paulo, um mercado de pouco vulto viu-se forçado a competir com o suprimento de milhares de cabeças provenientes do Rio Grande do Sul.

O papel da pecuária como atividade econômica decorrente de uma divisão interna à economia colonial e articuladora das diversas regiões tem expressão acabada nos Campos Gerais. Essa integração à economia colonial esta simbolizada na estrada do gado que, passando por Viamão, Rio Negro, Castro e Itararé, levava às minas o produto do sistema econômico induzido do Sul.¹⁰

A pecuária se desenvolve pela sucessiva incorporação dos Campos Gerais, os Campos de Guarapuava e os Campos de Palmas, produzindo para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre os Campos Gerais e os pampas gaúchos há uma solução de continuidade rompida no princípio do segundo quartel do século XVIII, com a rápida expansão do mercado das Minas Gerais, estabelecendo-se, então, a conexão entre as duas re-

⁹PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil..., p.189-209.

¹⁰IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo : apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988. p.17.

giões. O caminho do gado está aberto, multiplicando-se as fazendas de criação e as invernadas, com criadores e tropeiros circulando por esses campos.¹¹

Essa atividade não escapou das relações de trabalho asentada na escravidão, porque as condições históricas assim o exigiam. O estoque de trabalhadores escravos, desocupados pela decadência da mineração, constituía um ônus para a economia local, que dependia do emprego produtivo dessa força de trabalho para evitar o colapso. O seu emprego nas fazendas era a solução adequada às exigências internas dessa economia. Externamente, havia a crescente demanda proveniente de mercados em expansão na marinha e em São Paulo. A conjunção desses dois fatores, interno e externo, levou a economia local a transitar da atividade mineradora para a pecuária, ambas, entretanto, baseadas na exploração do trabalho escravo. Constituiu-se, assim, um sistema sócio-econômico em que terra e escravo são os fatores fundamentais de produção, polarizando-se assimetricamente os grupos humanos que atuam nesse contexto hierarquizado.¹²

Se a pecuária representava uma atividade voltada para o abastecimento da própria colônia, estabelecendo ligações vigorosas entre diferentes regiões configuradas por uma divisão social interna do trabalho, a ocupação do território do Paraná não esteve imune à atividade exportadora, representada pela exploração da erva-mate.

A pecuária não foi a única alternativa à necessidade de a economia local empregar recursos à escravaria aplicados na

¹¹IANNI, p.34-36.

¹²IANNI, p.40-41.

mineração. Dependendo do volume desses recursos e de sua composição, podiam ser destinados, alternativamente, à pecuária ou à exploração da congonha. Os estímulos externos existiam também aí, representados pela expansão do mercado consumidor do Prata e o interesse político da metrópole colonial em aumentar a presença portuguesa no Sul.¹³

As atividades envolvidas no preparo do mate para a exportação eram relativamente diversificadas, envolvendo diferentes fases que passaram por transformações tecnológicas, inclusive estimuladas pelos governos provinciais com o objetivo de vencer regiões produtoras concorrentes. Em todas elas, entretanto, o emprego do trabalho escravo se dava em maior ou menor escala.

A atividades extrativas eram realizadas por escravo e homens livres, mas estes estavam presos a formas de remuneração que, no dizer de Ianni, tornavam-se semi-escravos, ou seja, mancípios disfarçados. A erva era beneficiada, no início do século XIX, em pilões de soque, por escravos, índios e negros. As referências a respeito, ainda que vagas, dão a entender que nos engenhos de Curitiba os que despendiam o máximo de força de trabalho eram negros ou mestiços e, ainda, nas outras fases de produção eram também escravos os fornecedores de força de trabalho. O transporte de mercadorias e das pessoas de posse, entre Curitiba e o litoral, antes da utilização de bestas, era feito por escravos.¹⁴

¹³IANNI, p.52-53.

¹⁴IANNI, p.60-61.

Em resumo, os povoadores do planalto curitibano buscavam inicialmente metais preciosos; depois transformaram-se em criadores e tropeiros, bem como em produtores e comerciantes de erva-mate. Nessa sucessão, a comunidade foi fixada e desenvolveu-se. O sistema sócio-cultural esteve, em consequência, marcado e enriquecido por esses períodos histórico-econômicos. As peculiaridades do trabalho determinadas pelos sistemas produtores básicos, serão naturalmente diversas em cada caso, mas a sua natureza fundamental será preponderantemente escrava.¹⁵

Dessa forma, as atividades econômicas preponderantes no planalto de Curitiba e nos Campos Gerais apresentam todas as características, ou seja, os elementos dominantes da economia colonial. De um lado, uma atividade econômica destinada ao abastecimento do mercado interno, associada ao trânsito de muares provenientes do Sul, do outro, uma atividade de exportação direcionada aos mercados platinos. Ambas, entretanto, tendo o trabalho escravo como relação de produção fundamental.

A existência dessas duas faces da economia colonial não exclui a agricultura de subsistência, desenvolvida à margem das grandes explorações, com sua característica subsidiária ou subordinada. É a essa configuração histórico-social que vão se incorporar os imigrantes poloneses.

5.2 O IMIGRANTE POLONÊS

A política imigratória no Paraná liga-se às transformações sócio-econômicas da região, aumentando progressivamente o coeficiente de trabalhadores livres.¹⁶ No entanto, esse trabalhador livre tinha saído de uma sociedade que havia passado, há pouco tempo, pela desagregação de uma economia agrária, ba-

¹⁵IANNI, p.19.

¹⁶IANNI, p.87.

seada na servidão, estando dessa forma, em pleno processo de adaptação à economia de concorrência capitalista. Assim, de uma Europa arcaica e atrasada partiram esses emigrantes em direção ao Brasil.

Trouxeram ressentimentos e estereótipos que se manifestavam, na terra de adoção, sobretudo, porque encontravam aqui as mesmas nacionalidades oprimidas pelos governos de sua terra natal.

(....) Ganhei 150 morgas de terra, mas isto não me alegra, porque empurraram-nos para meio de gente estranha, selvagem e onde há muitos insetos. Há bichos que, nem a gente sabe, penetram no corpo e corroem a gente em vida. Essa gente selvagem possui espingarda que consegue matar uma pessoa a 300 passos, sem o mínimo barulho, por isso temos que estar alertas e possuir ao lado uma arma dia e noite, ou um revólver à cinta de cano duplo, um fuzil ou uma faca e, por esta razão, vivo sempre com medo. (....) (Carta de Estanislau Jablonski de Rio Carolina, Santa Catarina, em 15 de março de 1891)¹⁷

O nacionalismo polonês - a polonidade - entrando em conflito com o nacionalismo crioulo, acabou por oferecer restrições às elites luso-brasileiras, que manifestaram também o seu nacionalismo necessitado de afirmação, comum às sociedades atrasadas.

A imigração para o Brasil se deu numa conjuntura de ajustamento ao sistema econômico capitalista, onde o pequeno produtor não encontrava meios para sustentar-se. Além de camponeses, emigraram também proletários agrícolas e artesãos, como carpinteiros, marceneiros, ferreiros e alfaiates.

¹⁷CARTAS. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.8, p.50, 1977.

(....) Todos eram agricultores. Havia também os carpinteiros, ferreiros e artífices, que construíam carroças e arados. (....) Só a primeira leva de imigrantes que ganharam a terra de graça. Tinham os mais ricos que traziam mais dinheiro. Alguns trouxeram ouro puro de lá. Tinha também duas senhoras que faziam artesanato e viviam dele. Elas cozinhavam a palha do milho, faziam tranças e depois vendiam para revestir garrafas e cestinhos. Havia também um sapateiro. Os polaco derrubavam árvores e tiravam lascas de madeira para fazerem suas casa, casas típicas polacas. (....)

(Entrevista com Romão Wachowicz)

Esses imigrantes não eram somente das cidades e das localidades com maior contato com o mundo exterior, mas, sobretudo, das aldeias mais isoladas e conservadoras, e, eram tratados pelas autoridades locais como subproduto da população.

Nas localidades e aldeias abertas aos movimentos sazonais, a mentalidade dos camponeses tornou-se menos tradicional. Os freqüentes contatos com o mundo exterior provocou a desarticulação maior da velha organização social, nessas comunidades.¹⁰

Esse camponês submetido ao regime senhorial em processo de desagregação emigrou para o Brasil fugindo às campanhas sistemáticas realizadas pelos governos estrangeiros que procuravam tirar-lhe a terra. Fugiu às perseguições contra sua própria língua e cultura e ao sistema agrícola desordenado. Eram camponeses que nada sabiam do país a que se dirigiam, apenas sonhavam em ser proprietários agrícolas. As primeiras levas de migrantes eram formadas basicamente por pequenos proprietários (chalupniki) e arrendatários (komorniki) que pretendiam continuar no mesmo nível social e econômico. Alguns poucos proprie-

¹⁰WACHOWICZ, Ruy C. O camponês polonês no Brasil. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. p.39-40.

tários médios (kmiec) também acabaram aderindo à emigração, quando se tornou um fenômeno de grupo, mesmo aqueles que não passavam dificuldades, pois queriam tornar-se maiores proprietários no Brasil. Enfim, eram camponeses procurando reconstruir no país a base material de sua existência.

As populações das localidades e aldeias mais abertas davam preferência a emigração para os Estados Unidos, que se dava de forma isolada, e por sua própria conta, vinculando-se lá às profissões urbanas.

A emigração grupal, em massa, ainda que significasse uma ruptura com o sistema tradicional e despertasse a oposição daqueles que eram contra a saída do grupo, levava a comunidade a encarar o fenômeno sem cunho de revolta, mesmo que considerasse anormal a ocorrência. Essa modalidade de emigração manifestou-se predominantemente nas comunidades isoladas e conservadoras, onde era menor os contatos com o mundo exterior, e delas saiu a maior parte dos emigrantes que aportaram ao Brasil.

Entre as razões para isso, estava a oferta de terras em abundância e, a partir de 1890, concessão do transporte marítimo gratuito. Além disso, o governo brasileiro financiava a fixação do imigrante em um lote escolhido na colônia. Nesse sentido, o imigrante que chegava ao Brasil procurava reconstruir sua existência de camponês proprietário, na medida em que para os padrões poloneses, os lotes representavam grandes propriedades.

Os responsáveis pela chegada dos primeiros poloneses ao Brasil foram o agrimensor Sebastião Edmundo Wos Saporski e o padre Antonio Zielinski. Planejavam promover a colonização na

provincia do Paraná, na medida em que temiam a germanização dos poloneses se esses se fixassem em Santa Catarina, onde já havia uma colonização germânica numerosa e sedimentada, a partir da qual o processo de germanização seria um processo espontâneo.

(....) Os primeiros imigrantes foram para Itajaí, mas os alemães, que já estavam lá, judiaram dos poloneses. E aí eles vieram para cá. (....)

(Entrevista com Romão Wachowicz)

Repetir-se-ia aqui o fenômeno de germanização que estava ocorrendo na Europa, analisado na primeira parte deste estudo.

Dada a diversidade social na Polônia, as classes sociais mais altas e intelectualizadas não percebiam o movimento emigratório no início. Foi preciso um grande movimento emigratório para o Brasil, para que tomassem conhecimento da sua existência.

Emigrando, a princípio, somente o camponês, a imprensa e as instituições não tomaram conhecimento do fenômeno. Uma revista galiciana, especializada em assuntos emigratórios, criticara esse desinteresse face ao camponês:

Nós, intelectualidade e líderes da nação, percebemos somente nos últimos momentos que existia essa corrente. Ainda em 1890, a febre imigratória brasileira surpreendeu-nos como crianças desprotegidas. Sobre o país para onde dirigiam-se multidões de aldeões e artesãos poloneses, nós não sabíamos absolutamente nada.¹⁹

Assim, vieram para o Brasil o camponês da Polônia recém

¹⁹WACHOWICZ, p.39. (Memórias Citadas).

saído de um regime senhorial em processo de desagregação, ou seja, pertencente àquela massa humana de deserdados, espoliados e desenraizados pela ruína da velha ordem feudal. No Brasil, vão se incorporar a uma sociedade escravista, cuja produção foi organizada para fornecer gêneros ao comércio internacional. Em outros termos, essa produção mercantil, assentada no trabalho escravo, constituía o elemento conformador da configuração histórico-social em que se incorporavam, encontrando-se, também, em processo final de desagregação.

5.3 A DESAGREGAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA, OS PEQUENOS PRODUTORES E A INCORPORAÇÃO DO POLONÊS NO SISTEMA AGROEXPORTADOR

Durante todo o século XIX, a extração, beneficiamento e o comércio do mate vão estar em permanente crescimento, assumindo aos poucos um caráter preponderante e hegemônico na economia paranense. Essa expansão se deu acompanhada de modificações tecnológicas no beneficiamento, com a introdução, por exemplo, do engenho hidráulico e, a seguir, do engenho a vapor.

As transformações técnicas ocorreram também no transporte, com as tropas de mulas substituindo escravos e, por último, a construção da estrada da Graciosa, terminando na implantação da ferrovia ligando Curitiba ao litoral. O programa de colonização e a expansão da economia ervateira estão associados diretamente ao processo de desagregação do regime escravista no Paraná.²⁰

As transformações sofridas pela economia do mate, deco-

²⁰IANNI, p.83 e seguintes.

rrentes do contínuo crescimento do valor das exportações, materializavam-se em um sistema que se apoiava na renovação tecnológica, incompatível com a mão-de-obra escrava. Assim, esse segmento econômico se apoiará, cada vez mais, na força de trabalho livre.

Os núcleos coloniais, por sua vez, conformavam sistemas econômicos apoiados no trabalho livre. Segundo Ianni, duas ordens de fatores de natureza econômica impediam a incorporação do trabalho escravo nessas comunidades. Em primeiro lugar, o processo de colonização era a resultante da diversificação quantitativa e qualitativa da estrutura econômica da região. Além disso, a unidade econômica baseada no pequeno lote de agricultura e no trabalho familiar implicava a eliminação do escravo como fornecedor de mão-de-obra.²¹

Essas transformações, ainda que corporificadas no engenho de beneficiamento do mate e expressas politicamente nos programas de colonização, eram partes de transformações políticas, sociais e econômicas que vinham ocorrendo no Brasil na segunda metade do século XIX. Extinto o tratado de 1827, o comércio exterior do país encontrava novas possibilidades de expansão, marcadamente desde 1844. Além disso, a abolição gradativa do trabalho escravo, desde 1850, e a introdução do trabalho assalariado nas fazendas de café de São Paulo, estavam modificando e dinamizando o comércio interno. A expansão do comércio externo acarreta modificações no setor terciário e implicará alterações na produção de subsistência da economia que se verá forçada a produzir um excedente para o mercado in-

²¹IANNI, p.91.

terno que se formava.²²

É nessa produção de subsistência voltada para abastecer um mercado em expansão que irão se incorporar os imigrantes poloneses. Fica claro então que os camponeses que deixavam a Polônia, num processo de desagregação do regime senhorial, incorporavam-se de imediato em uma produção mercantil dentro de uma economia escravista também em desagregação.

O tipo de colonização e a vasta extensão de terras incultas no Brasil permitiram o surgimento de um modo de produção marginal de auto-subsistência. Esse modo de produção dos pequenos produtores não-escravistas é representado pelos agregados, pelos sitiante e, em maior número, pelos posseiros. Os sitiante eram pequenos proprietários de terra, enquanto os posseiros, meros ocupantes.²³

Entre agregados, de um lado, e sitiante e posseiros, de outro, há uma diferença essencial que importa registrar. Os agregados, como representantes desse modo de produção marginal, era o componente interno à grande plantação escravista. O agregado com sua família recebe gratuitamente, ou com a obrigação de pagamento de uma pequena renda, terra que cultivam para o auto-sustento, constituindo uma economia natural que mal permite a formação de ocasionais excedentes comercializáveis.²⁴ Constituíam uma mão-de-obra de reserva com utilização residual fora da rotina produtiva nas fazendas de gado ou nas plantagens cafeeiras, quando então eram pagos a salário. Sua expressão econômica era margi-

²²PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec; Curitiba : SECE, 1981. p.47.

²³GORENDER, p.297-298.

²⁴GORENDER, p.294.

nal ou nula, mas, na fase final do escravismo, a mão-de-obra dos agregados passou a ser crescentemente requerida nos engenhos e fazendas.²⁵

Os sitiantes e posseiros, por sua vez, formavam o componente exterior à plantagem. Seu número cresceu nos séculos XVIII e XIX, ocupando ínfimos pedaços de terra imprópria às plantações, quando não precediam seu avanço para serem, depois, expulsos por ela. Praticavam uma economia natural, satisfazendo às necessidades mais elementares, comercializando sobras, o que dependia da proximidade de centros urbanos ou de movimentadas vias de transporte. Dessa forma, nas vizinhanças das grandes cidades, onde a demanda é mais intensa, houve estímulos a uma maior produção de excedentes comercializáveis, assegurando-lhes relativa prosperidade que lhes permitia certa acumulação e, inclusive, a aquisição de escravos. O normal, entretanto, é esses pequenos produtores serem caracterizados por espantosa indigência, vivendo nos limites da fome.²⁶

A incorporação dos imigrantes poloneses na produção de subsistência significava colocá-lo ao lado e em confronto com os produtores marginais numa sociedade profundamente hierarquizada e valorizando negativamente o trabalho humano.

Assim, a economia agroexportadora assentada no trabalho escravo, que havia gerado uma economia natural subsidiária, e, posteriormente, a especialização do cultivo de subsistência como produção subordinada, incorporavam agora o imigrante para dinamizar esse setor, que nem por isso perdia sua natureza

²⁵GORENDER, p.283.

²⁶GORENDER, p.298.

marginal no sistema econômico.

Confrontando-se com os agricultores numa estrutura subordinada, passavam a ser identificadas, na valoração negativa do trabalho, com as ocupações inferiores. (...) Dentro da categoria "branco", havia uma espécie de hierarquização, de conformidade com as representações das posições num sistema societário de castas, sendo que a aceção que implicava maior prestígio social era justamente a que compreendia a posse de cativo, isto é, a desnecessidade de trabalhar, a possibilidade de viver como "branco", ou seja, do produto do trabalho alheio.²⁷

5.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS E O CONFLITO INTERÉTNICO

O sistema econômico do mate encontrava-se em expansão a despeito de conjunturas desfavoráveis, como pode ser visto pelas quantidades exportadas. A série histórica apresentada por Padis,²⁸ dessazonalizada, mostra que as exportações apresentam um crescimento de 8% nos anos que vão de 1867 a 1874. A partir daí e até o final dessa década, há uma conjuntura de baixa, seguida de um persistente crescimento até o final do século, ou seja, as exportações crescem nesse meio século em 48%. Não se deve esquecer que essa evolução quantitativa associava-se, como foi visto, a profundas transformações tecnológicas no setor.

Naturalmente, tal sistema agroexportador cria um conjunto de atividades de apoio, como os transportes, estimulando ainda o desenvolvimento do comércio e de outros setores do terciário. Deve-se acrescentar a isso a crescente monetarização da economia, decorrente da generalização das relações mer-

²⁷IANNI, p.63.

²⁸PADIS, p.65-66.

cantis com a gradativa introdução do trabalho assalariado.

Os imigrantes poloneses não se mantiveram à margem dessas transformações, incorporando-se nessas atividades de forma a entrar em conflito com outros grupos étnicos, especialmente alemães.

A partir de meados do século passado, a região de Curitiba já vinha se beneficiando de um fluxo de colonização europeia, pois era procurada por alemães ou descendentes que provinham, basicamente, das colônias Dona Francisca e Blumenau, em Santa Catarina. Inspirado no progresso experimentado por esses reemigrantes alemães, na maioria, o governo de Adolfo Lamenha Lins alterou a política paranaense de localização dos núcleos coloniais, passando a dar preferência à sua localização nas proximidades de Curitiba.

A importância da proximidade de centros urbanos ou das vias de comunicação movimentadas para o sucesso da pequena produção agrícola de subsistência já foi registrada. O progresso dos imigrantes alemães e a mudança na política de localização das colônias expressam exigências estruturais do sistema agroexportador escravista.

Os imigrantes poloneses trouxeram consigo hábitos e práticas que obtiveram maior ou menor aceitação pela população local, entre esses, de grande aceitação, a carroça. Isso é importante na medida que a sua difusão explicita uma atividade especificamente comercial e, ao mesmo tempo, mostra a inserção do imigrante na economia agroexportadora num de seus componentes essenciais, o transporte.

A grande aceitação da carroça e a sua difusão pela po-

pulação acabou criando na região o chamado "ciclo da carroça".

Enquanto no Brasil a passagem da era do luar, do transporte em lombo de burro, ou seja, das tropas, foi direta para o transporte rodoferroviário, no caso do Paraná, entre o transporte animal e o veículo auto-propulsor, desenvolveu-se uma fase intermediária, representada pelas carroças, o que, de certa forma, mostra uma evolução parecida com a que ocorreu na Europa. Os poloneses, particularmente, os masovianos (tribos eslavônicas ocidentais), se notabilizaram como carroceiros dedicados ao transporte da erva-mate, utilizando pesadas carroças cracovianas.

Transportavam a erva para os moinhos de beneficiamento em Curitiba, bem como, a produção das colônias até os centros maiores, onde era comercializada; no retorno adquiriam mercadorias revendidas nas colônias. Assim, o desenvolvimento do transporte através da carroça cracoviana está diretamente ligado ao mate e acabou caracterizando o colono polonês. Como transportadores, inseriam-se, dessa forma, diretamente no sistema agroexportador e, como "comerciantes móveis", participavam da expansão do setor terciário.

No que se refere ao comércio mais convencional, o colono polonês trouxe estereótipos de sua terra de origem, contrários a esse tipo de atividade, pois, no seu entendimento, o comércio não era muito recomendável. Seus preconceitos anti-mercantilistas provinham do fato de estar essa atividade quase toda nas mãos de judeus e alemães, em suas aldeias de origem. Nas colônias, os negociantes não eram bem vistos e tidos como parasitas e aproveitadores, na melhor das hipóteses, um mal

necessário.

(....) O polaco que não trabalhava direito era o que tinha mais dinheiro, aqui em Tomás Coelho. Haviam também os negociantes que faziam licores fajutos de álcool, misturado com água fervida e café. Eram turcos, judeus, que ficavam na beira da estrada. É o vendedor é que levava a culpa. Os caboclos eram muito atrasados. Os poloneses tinham outra cultura. (....)

(Entrevista com Romão Wachowicz)

A despeito disso o comércio varejista e também o atacadista atraíram imigrantes poloneses.

As atividades ocupacionais secundárias, como os trabalhadores de ofício, carroceiros, etc., encontravam já o meio curitibano saturado por outros grupos étnicos, preferencialmente os alemães. Posições negativas e estereotipadas por parte desses imigrantes em relação aos poloneses, que se encontravam nas raízes desses povos na Europa, com o espírito competitivo estabelecido, acabaram por se manifestar em atritos e conflitos no Brasil.

(....) Encontrei trabalho, após longas peripécias. Na cidade existia muitas fabriquetas de cerveja, principalmente de alemão. Travei conhecimento com um saxão de nome Meier, que trabalhava numa delas. Prometeu ajudar-me. Realmente, dois dias depois, com avental escuro, lavava as garrafas. A labuta era árdua. Vivia molhado. Aprendi rapidamente aquela forma primitiva de ferver cerveja. Os vencimentos melhoraram. O patrão estava satisfeito. Sem interferência e ajuda do Sr. Meier, estava apto a ferver a cerveja. Compreendi os mistérios da fermentação e julgava ter adquirido uma profissão. Ao lado da firma em que trabalhava, havia um bar, ponto de reunião dos alemães. Vinham para confabulações e para beber cerveja. Cantava alegremente. Um belo dia, os ânimos influenciados pela cerveja, teve início uma discussão política. Na época foram confiscadas as propriedades de Poznan. Muitos alemães mostravam o desejo de retornar a Europa e estabelecer-se nas terras desapropriadas... Fui envolvido nos debates. Até aquele momento ninguém me interrogou sobre a minha origem, uma vez que meu sobrenome soava alemão. Declarei categoricamente que era polonês e, levado pelo entusiasmo de juventude, sustentei que a desapropriação não passava

de uma rapina... Shultz, o açougueiro que se sobressaía pela obesidade, gritou: "Polnische Schwein" e cuspiu-me no rosto. ... Obscureceu a minha vista. Atirei-me contra aquele corpulento alemão e desferi golpes em sua face. Criou-se uma confusão generalizada. Distribuí socos a esmo, mas vendo que lutava contra uma maioria maciça, lancei-me em fuga... No dia seguinte vi-me despedido do emprego, pois havia ofendido um dos melhores clientes da fábrica. (....)²⁹

Assim, poloneses e alemães entraram em conflito quando disputaram o transporte por carroças no Paraná. Os poloneses, ao entrarem firmemente no negócio do transporte, dispunham de vantagens relativas, pois não só estavam familiarizados com essa atividade, de origem eslava, como sabiam construir o veículo.

Na colônia Antonio Olinto, formado por imigrantes poloneses e ucranianos, o transporte era feito por alemães estabelecidos numa colônia vizinha. O ingresso dos poloneses nesse setor despertou tamanha emulação e concorrência que acabou gerando conflitos.

A concorrência entre esses dois grupos étnicos não se limitou a essas atividades. Em 1871, a fixação do polonês em terrenos próximos a Curitiba, acarretou em atritos e desentendimentos com as autoridades e imigrantes alemães ali já estabelecidos. O aumento da imigração para o Paraná amenizou a concorrência com os alemães no fornecimento de gêneros alimentícios e outros produtos. Ocupando uma série de colônias ao redor de Curitiba, juntamente com italianos, tinham a produção absorvida pelo crescimento da cidade.

²⁹HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.1, p.99, 1970.

(....) Os primeiros se comunicavam muito bem. Era tempo de guerra, né? Porque lá eles brigavam e aqui eles tinham que se dar. Falar alemão, ucraino e polonês era obrigado. Meu pai falava em alemão com eles. Não trouxe encrenca pra cá. Não tem essa coisa de preconceito. Só o alemão, eles sim, eles tem, mas eles acabaram ficando longe e aí a coisa mudou (....)

(Entrevista de Miguel Jaramiski)

Resumidamente, o imigrante polonês que se dirigiu ao Brasil era, em sua maioria, de origem camponesa e provinha de uma sociedade feudal em avançado estado de desagregação, num país subjugado por potências estrangeiras. No contexto europeu, esse país representava as áreas mais atrasadas do continente.

Chegando ao Brasil, ingressa numa sociedade escravista em desagregação, incorporando-se a um modo de produção subordinado,* cujas atividades de caráter manual eram profundamente depreciadas pela ideologia racial e elitista do meio. Quando não se incorporava à atividade agrícola, dedicava-se ao comércio e ao transporte, tendo como concorrente, muitas vezes, representantes étnicos das potências imperialistas do seu país de origem.

Como o nacionalismo polonês se expressa por um sentimento de polonidade perpassado por uma dimensão religiosa, essa religiosidade vai se manifestar aqui no isolamento do grupo e na constituição de um sistema social de autocontrole dirigido por padres.

*Denomina-se "modo de produção subordinado" aquele que, numa formação social, não mais define o seu dinamismo, determinado por outro que é definido, então, como dominante. Essa terminologia pressupõe a coexistência de modos de produção numa mesma formação social.

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Como somos irmãos e católicos, nesta terra estranha, deve o senhor levar em conta que as pessoas não podem aguentar sem uma igreja e um padre católico, um daqueles que ensinasse toda a fé e falasse em polonês. Foi nos dito lá na Polônia que existia aqui no Brasil a mesma fé e igualdade. Porém, aqui não existe a "fé polonesa", nem há igualdade. É tudo misturado com os alemães e Deus sabe com que outras nacionalidades. Como o senhor é católico, compreende que uma pessoa da Polônia assim não subsiste. Alemães, pretos, poloneses deveriam viver separadamente. Como pois há igualdade, se quando nós festejamos um dia santificado, domingo ou algum dia de Nossa Senhora, eles aqui trabalham e zombam de nós, riem às nossas custas, chegam a ofender a Deus Nosso Senhor. Às vezes, nos falta paciência. Assim não é possível aguentar. Para defender-se é preciso injuriar esses cães, o que já nos levou pessoalmente quase à briga (....). (Carta-pedido do cronista Dygasinski, em 1891)³⁶

5.5 RELIGIÃO E IDENTIDADE ÉTNICA POLONESA

Qualquer grupo de imigrantes instalado em colônias de pequenos produtores, numa sociedade como a brasileira da época, independente de sua nacionalidade, estava numa condição propícia a estimular a valoração negativa por parte da ideologia dominante. O polonês, além da situação específica que havia vivido na Europa, desenvolveu características religiosas particulares que o levaram ao isolamento e a autodefesa étnica em colônias homogêneas, configurando um quadro social e político pouco congruente com a sua inserção nas relações mercantis.

(....) Segundo estimativas da época, os poloneses constituíam 20% da população curitibana. Em vista disso não causa estranheza o fato de que cada casa comercial servia-se da língua po-

³⁶WACHOWICZ, Ruy C. Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1976. p.66

lonesa... As principais colônias possuíam sua igreja, servida por um sacerdote polonês. Algumas tinham suas escolas, quase sempre dirigidas por irmãs. (....)³¹

A preponderância do camponês na composição da imigração para o Brasil trouxe para cá uma mentalidade em que a fé religiosa era inseparável do sentimento de pertinência a uma nacionalidade. Assim, um sistema de fé estava associado a sua identidade nacional, não podendo, na sua visão do mundo, preservar um sem preservar o outro. A Igreja não só era o centro espiritual da colônia, como também o lugar onde o camponês satisfazia a sua necessidade de comunicação.

A vida em torno da paróquia caracterizava a existência camponesa na Polônia. Isso se acentuou no Brasil devido ao isolamento em que se encontravam os colonos, com as atividades religiosas revestindo-se de maior importância.

A missa dominical e outros ofícios religiosos adquiriam características particulares, pois, além da necessidade de comunicação que tinham uns com outros, constituíam a ocasião para troca de conhecimentos acerca das propriedades do cultivo e de outros meios necessários à sobrevivência num país desconhecido. Por outro lado, a confraternização religiosa e a frequência com que se davam diversos outros ofícios religiosos deviam-se, também, à necessidade de uma fuga do cotidiano em que se encontravam, distante de seu país e nas adversidades de um outro mundo que precisavam construir.

³¹HESEL, p.94-95.

(...) Aqui todos eram só católicos. Antigamente tinha muita diferença entre a igreja católica polonesa e a brasileira. A nossa eram mais fervorosos. Encontraram aqui vazio. Chegaram aqui e conseguiram fazer tudo, sem ajuda de ninguém. Com tudo isso que muitos não sabiam ler, mas as crianças tinham colégio, material. Eles sozinhos, não tinha porque, pegavam dinheiro e diziam que ficavam lá pra sair a construção. Hoje em dia pra fazer uma capelinha é difícil de sair. O que têm não dá. O que não têm, não dá também. O polonês têm muito mais fé que o brasileiro. No Brasil disseram que tem católico. Mas na realidade não são todos católicos, mesmo que sejam. Mas o polonês quando é, é. (...) Tem uma comissão aqui que representa a colônia, distingue escala de serviço pra não pesar tanto pra cada um. Cada um faz uma coisa. Um é do cemitério, um da igreja, um da escola e assim vai. Tem também o encarregado do churrasco, outro da bebida, assim fica menos pesado. Tinha também uma missionária polonesa, e quando ela tava, todo mundo cantava. Depois um tocava violino, outro violão. E agora, agora acabou tudo. Tudo, é uma vida inteira que se vai. Não é fácil, é duro.

(Entrevista com Estefano Jablonski)

O imigrante polonês, nas suas colônias, deparava-se com uma situação que exigia um duplo esforço. Marcado por uma identidade étnica perpassada pela religiosidade, devendo ser preservada a qualquer custo, demandava a interação permanente entre eles e, além disso, a distância relativa que separava os lotes em que estavam instalados obstaculizava essa interação. Assim, as reuniões religiosas tomaram uma nova dimensão, reforçando hábitos adquiridos anteriormente.

A junção desses fatores vai estimular o isolamento do colono, opondo-o não só à hierarquia eclesiástica local, como também prejudicando sua aproximação com indivíduos do país de adoção. Dessa forma, vão se criando mecanismos de auto-controle social ligando os fiéis aos padres que os dirigem. Para que isso pudessem ocorrer, fazia-se necessário a presença de padres poloneses.

Preocupa-nos a falta de padre que fale polonês. Todos falam só em português e nós ainda não falamos bem e por conseguinte não nos podemos confessar. Trago-vos notícias sobre a festa do Fardoeiro. Nunca vi semelhante festa. Só a decoração das ruas custou mais de 150 mil réis, dispendidos pela cidade. Durante a quaresma ninguém jejuou. Eles confessam-se católicos e nas igrejas portam-se como nós, mas não observam a religião com tanto rigor como nós. (...) (Carta de J. Gasiorowski de São Paulo, em 27 de março de 1891)²²

(...) Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Se nos construíssem pelo menos uma pequena capela e providenciássem um padre da Polônia seria melhor, porque nós sem isso não aguentamos e voltaremos para a Polônia. Sem igreja e sem padre não aguentaremos. Pedimos ao Senhor que se ocupe com isso (...) (Carta-pedido que demonstra a mentalidade do camponês-polonês para com sua religião)²³

O caráter sagrado da paróquia, assumindo uma identidade que se instaura entre o vigor da nacionalidade e a ética religiosa, podia desaparecer, na mentalidade do colono, com a presença, por exemplo, de um padre brasileiro. Como a paróquia representava e expressava a comunidade, principalmente para quem acreditava estar construindo uma nova Polônia

(...) Tomás Coelho era uma pequena Polônia, aqui só se escutava em polonês. Antigamente, só se chegava aqui algum comprador para comprar galinha viva (...)

(Entrevista com Estefano Jablonski)

(...) Aqui ficou conhecido como uma parte da Polônia, um pedacinho da Polônia. Só poloneses. No começo ficou todo mundo conhecido. Um ajudava o outro, mas agora, um não ajuda nada. Serviço apurado. Antigamente, pra construir uma casa, um ajudava o

²²CARTAS. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.8, p.44-45, 1977.

²³WACHOWICZ, Ruy C. Abranches..., p.66.

outro, mas agora... Um orgulho barbaridade aqui. Influência, né? Querem tudo e não querem nada pro outro (....)

(Entrevista com Francisco Czelusniak)

- preservando seu sentimento de polonidade agredido por décadas -, o padre não-polonês acentuaria diferenças existentes no catolicismo brasileiro, no que diz respeito às concepções e aos procedimentos, do que ele praticava na aldeia de seu país de origem.

(....) Aqui, não festejam quase nenhum dia santificado. Guardam somente o Natal, Sexta-Feira Santa e os domingos. Este é o costume durante a Semana Santa: na Quinta-feira Santa, depositam Cristo no Tabernáculo, na Sexta-Feira, no túmulo e à noite, às 10 horas, sai a procissão pelas ruas. Vão de uma igreja para outra. Os padres levam a Cristo na urna, com luzes e estandarte. Os que acompanham a procissão, riem, falam, alguns assobiam. Não é como entre nós em que cada um anda em silêncio e reza. Para a Páscoa não preparam nada, nem a "swienconka". Os padres aqui não benzem os alimentos (....)

(Trecho da carta de Gasiorowski para seus pais, em 28 de março de 1891).³⁴

A identidade com as práticas religiosas anteriores era fundamental para preservar os sentimentos étnicos.

Os cronistas poloneses que visitaram o Brasil no início da colonização polonesa descreviam os clamores que ouviam dos imigrantes, solicitando sacerdotes poloneses.

O conflito com a hierarquia eclesiástica era uma decorrência esperada. O objetivo da hierarquia era o uso da língua portuguesa e sua imposição aos colonos e aos clérigos poloneses. Os colonos, por sua vez, não confiavam em padres cuja fala não compreendiam e pelos quais também não eram entendi-

³⁴CARTAS. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.8, p.45, 1977.

dos. A expulsão das colônias, às vezes de forma brutal, de padres luso-brasileiros, registrava-se como acontecimentos corriqueiros, naquela época.

Conseqüentemente, ou os colonos não teriam assistência religiosa ou possuíam padres não-nomeados pelo bispo, em franca oposição à hierarquia eclesiástica. Dessa forma, estabeleciam relações especiais com o padre, em torno de uma religiosidade que simbolizava a sua própria identidade étnica, constituindo-se grupos a parte, passível de objeções pela ordem social envolvente.

CONCLUSÃO

Este estudo partiu de um problema concreto, gerado pelo alagamento de uma colônia centenária de poloneses, com a construção da barragem do rio Passaúna - a colônia Tomás Coelho. O Estado relutava em fixar uma justa indenização pelas propriedades daqueles produtores e, ao mesmo tempo, promovia o resgate da memória da colônia.

Quanto à indenização, não havia nada de novo nos procedimentos adotados, pois são por demais conhecidas as queixas e reclamações de pessoas ou grupos atingidos por processos desapropriatórios: a subavaliação caracteriza a ação estatal nessas ocasiões.

(....) Com essa desapropriação das terras, em função da represa, tem gente que até hoje não pode mudar. Não adianta, esse preço é injusto, por isso o cara tinha isso como grão de arroz, agora não compra, agora todo dia tá subindo, ainda mais quando o cara vai para outros lugares que já sabe, veja, que eles vêem que já foi desapropriado. Ele vai comprar lá e eles pedem uma fortuna, é porque vêem que você já foi desapropriado, o problema então é só teu, porque o governo já deu isso pra toda vida. Não é assim. Isso não tá certo... Chegaram aqui, com prazo de 30 dias e disseram que vocês tem que deixar essa casa. Também, com 30 dias, fazer o que? (....)

(Entrevista com Estefano Jablonski)

(....) E agora, com a barragem, tiram os polaco daqui. A barragem mesmo pode não ter problema. Dizem que Curitiba precisa de água. Mas, o governo tem que indenizar bem, para o coitão poder comprar outros lotes aqui mesmo, no alto dos morros, que dá bem a plantação. O governo precisa pagar bem e tratar bem também.

(Entrevista com Romão Wachowicz)

(...) Foi com a construção da barragem que pesou tudo. Pesou barbaridade. Ela desagregou. Não tem onde plantar. Não tem onde produzir. Tem que alugar terreno pra pagar se quiser. Antes a vida estava tranqüila ainda. Antes saia uma festa por ano, no dia de São Miguel, 20 de setembro. A Páscoa também, é o sentido de renascimento. Agora morreu os bailes. Morreu tudo. Fiquei só com essa terra. Um terreno de 32 alqueires para 6 herdeiros. Cinco e pouco pra cada. Pra mim só 2 alqueires e 7 litros. E o governo com a indenização? Aí tem gente que pegaram uma micharia, tapearam. Aqui estamos só, por enquanto. Levaram tudo. Hoje sem nada. Tocam daqui pra sair corrido e eu não sei aonde eu vou. Depositaram em juízo 480 mil cruzeiros, mas não tem o acesso a esse dinheiro. A gente paga um aluguel tipo 10%. Com esse dinheiro não compro parte nenhuma. Então pega o dinheiro, fazer o quê, se eu não compro nada com esse dinheiro. Então vou pegar o dinheiro e ficar por aqui... jogaram até advogado. A desgraça é total.

(Entrevista com Chico Czelusniak)

Incongruentes foram o cuidado e o desvelo cultural do Estado, procurando preservar a memória da colônia, confrontado com um procedimento convencional de desapropriação em que interesses prosaicamente comerciais eram agredidos.

Essa incongruência se legitimava, de uma certa maneira, por um preconceito contra os poloneses que permeia as representações e a ideologia da sociedade local.*

Adotado esse pressuposto, procurou-se então demonstrar que esse preconceito tem suas fontes na própria sociedade local, procurando destacar duas principais. No confronto com grupos étnicos de origem alemã, afloraram sentimentos enraizados na história desses povos, aos quais denominamos germanismo antipolonês.

Com a valorização crescente da terra, os agricultores alemães foram expropriados, transformando-se em proletários

*Como já foi assinalado, não se pretende afirmar que o Estado desenvolve sua ação movido por preconceitos, mas reproduz sentimentos enraizados se justificando. Não se pode esquecer, mais uma vez, que estamos tratando de aspectos culturais, ou seja, aqueles diretamente ligados à representação que uma coletividade constrói do mundo e de si mesma.

rurais em oposição aos Junkers. Esses, quando os trabalhos agrícolas tornavam-se uma atividade sazonal, contratavam migrantes poloneses sob o princípio capitalista da mão-de-obra mais barata. No leste alemão, o grande proprietário germânico e o camponês eslavo polonês levam, pelas modificações nos métodos de produção e nas relações de trabalho, a uma redução dos trabalhadores rurais alemães. Esses trabalhadores emigram para o oeste, onde se dava o crescimento da indústria, procurando livrar-se não apenas da dependência a que estavam submetidos sob o jugo dos Junkers, como também, dos conflitos com os eslavos poloneses. Aqueles que não conseguiram emigrar para o oeste, impotentes contra a camada aristocrática dos Junkers e em conflito com os trabalhadores sazonais eslavos, emigraram para além-fronteira; um contingente significativo deles veio para o sul do Brasil.

Além disso, a colonização sistemática nos territórios poloneses, a absorção dos pequenos proprietários pelos grandes latifundiários, levando a um processo de proletarização do camponês-aldeão, a ação de despolonização, fazendo do extermínio da nacionalidade polonesa a condição de existência da Prússia, os impostos e tributos a que estavam submetidos os camponeses dificultavam sua sobrevivência, impulsionando-os à emigração. Vindo se instalar no Brasil como agricultor, compartilha de situações semelhantes com os alemães já estabelecidos, gerando conflitos na luta pela terra, na concorrência do mercado e, mais uma vez, o medo da despolonização.

Outra fonte identificada decorre da incorporação do imigrante numa produção mercantil de subsistência, ou seja, a

produção de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno, subordinada ao sistema econômico escravista voltado para a exportação. A unidade de produção nessas colônias era a família ocupada com trabalhos manuais, valorados negativamente pela ideologia escravista do meio.

Nessa atividade era confrontado com o caboclo, que tradicionalmente desenvolvia a agricultura de subsistência. Essa característica não é exclusiva do imigrante polonês, pois a imigração européia dirigida oficialmente para a formação de colônias atraía também outras nacionalidades, como alemães e italianos. Ela só atua associada com aquelas características históricas, tendo como reforço as práticas de auto-segregação fundadas num tipo específico de nacionalismo, mesclado de religiosidade.

Não é este ou aquele fator isoladamente que seria o responsável por esse tipo particular de preconceito, mas a conjunção dos três numa realidade sócio-econômica particular.

Apesar de estarmos tratando de uma colônia específica, Tomás Coelho, não se trata de um estudo de caso e nem a focalizamos como uma comunidade ecologicamente determinada, uma sociedade camponesa, onde predominam relações face a face ou contatos primários não-mediatisados por um "contrato jurídico" entre pessoas.

O estudo de caso se contrapõe, muitas vezes, ao estudo das séries estatísticas, realçando sua posição aos métodos de generalização fundadas em probabilidades empíricas. O estudo de caso tem sido preconizado como procedimento auxiliar, que antecipa uma pesquisa dirigida para generalizar as caracterís-

ticas apreendidas. Teria assim, um caráter exploratório. Outras vezes, ainda, o seu uso é recomendado para apreender a intensidade qualitativa de fenômenos gerais revelados pela pesquisa quantitativa.¹

O estudo de caso não precisa necessariamente ser um procedimento auxiliar, que procura se legitimar pela generalização empírica e probabilística. É possível obter uma generalização quando o caso se configura a partir das mediações estruturantes da realidade concreta.²

Este estudo não se preocupou com nenhuma dessas alternativas e, conseqüentemente, nem com qualquer tipo de generalização, mas, simplesmente, procurou tratar dos acontecimentos cujo significado se colocava num campo mais amplo. A preocupação foi com o acontecimento singular que possui no tempo real e cronológico uma de suas dimensões, apreendida na totalidade das inter-relações entre os níveis econômico, político e ideológico.

No campo ideológico sublinhou-se a identidade étnica em contraposição a outros grupos. A identidade étnica, como um repertório articulado de idéias, crenças, valores com que um tipo especial de diferença é representado como consciência da cultura de que é parte, tornando-se também transparente em princípios e regras de comportamento.

Deve ter ficado esclarecido que esse fenômeno não foi simplesmente transplantado para os países de adoção, como fru-

¹MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo : Pioneira, 1973. p.36-37.

²MARTINS, p.40.

tos exclusivos da herança cultural e social da sociedade de origem. Essas características foram engendradas pela sociedade de adoção como produto de tensões e diferença social. O preconceito, na sua forma específica e particular, é produto dessas tensões e da diferenciação social.

Assim, procurou-se focalizar, nas raízes históricas que asseguram o equipamento social básico para desenvolver uma melhor compreensão dos mecanismos de rejeição sistemática do polonês, alguns aspectos fundamentais de uma realidade social complexa. Essa realidade nos revela as contradições de um comportamento discriminatório, subjacentes a componentes também psíquicos, que procuram apontar, no plano da personalidade, características estruturais responsáveis que podem ser definidas como uma discriminação múltipla e diferencial. Assim, distribuem-se estereótipos condicionados a ideologias étnico-raciais construídas a partir de imagens feitas acerca dos outros e superpostas no particular de cada um, enquanto indivíduo ou grupo.

É nessa trajetória, portanto, que o polonês não conseguiu ser reconhecido nem como brasileiro, nem como imigrante polonês. A expressão que no longo processo o transfigurou no consenso da sociedade local foi a sua aceitação como "polaco".

Aqui, temos então o "polaco" de Tomás Coelho, despojado do seu meio e do seu modo de viver, contudo, com o mérito de tornar-se um patrimônio histórico da sociedade local. O tombamento vivo dos mortos pelas contingências da natureza.

ANEXO 1 - ENTREVISTAS COM MORADORES DE
TOMÁS COELHO SOBRE A QUESTÃO
DA DESAPROPRIAÇÃO

A prefeitura não faz nada, não quer se envolver nem com a construção das estradas. O DNOS está enchendo de placas de desvio e proibindo a gente de circular, estão dificultando tudo. A estrada que passa em frente aos escritórios, se eles liberassem agora iria reduzir o trajeto de 8 a 1 km mais ou menos.

O que acontece é que esse pessoal está sendo engraxado com dinheiro, por isso ninguém se mete ou resolve compra briga.

Se o governo quisesse eles poderiam aplicar irrigação aqui, e abastecer Curitiba com verduras, legumes e frutas, mas resolveram brincar de construir represa.

O meu cunhado quis pegar advogado de cara, conseguiu 1 milhão de cruzados de indenização que foi depositado na conta do advogado, o advogado pegou uma parte do dinheiro e depositou na conta do meu cunhado, só que o advogado disse que havia cobrado 20% de honorários, quando na realidade cobrou mais de 80% de honorários. Agora ele acionou a justiça contra o advogado. Só tem gente para explorar.

Entrevista com Antônio Czelusniak - Tomás Coelho

Nós não vamos perder nenhum centímetro de terra, mas fomos atingidos por causa das estradas e da escola.

Veja bem, sem estradas, as crianças vão ter que ficar sem escola perto, vão ter de andar mais de 8 km para ir à escola mais próxima. Eu venderia uma parte do meu lote para construir uma escola aqui. Sem escola não podemos ficar, o ano que vem terá muita criança para ir a escola, temos muita moça da colônia que dão aula longe, podia aproveitar essas moças para dar aula aqui.

As irmãs só puxa para elas, elas estão preocupadas só com o colégio delas, mas as crianças que estudam em outras escolas também precisam de estradas.

As estradas no momento é a nossa maior preocupação.

Veja o caso do Pathecki, resolveram fazer tudo sozinho, sem consultar os vizinhos que também vão necessitar da estrada, se danou. Ele dizia que só a estrada para entrada estava bom, quebrou a cara, construíram aquela porcaria que o DNER chama de estrada, agora ele está desesperado com aquela porcaria.

Se não fizerem coisa melhor, ele vai ficar ilhado. O nosso problema são as estradinhas que vão às chácaras, só aqui perto tem mais de 12 chácaras. O DNER construiu uma estrada boa para eles, só que ela passa pela barragem e eles não deixam nós passar por lá.

A colônia está ruim agora, perdemos os melhores vizinhos, como a dona Margarida e o Vitório, eles sempre estavam dispostos e

vinham ajudar nas colheitas e bate-papo. A colônia perdeu todo movimento é um paradeiro só, agora nem para missa o pessoal está podendo vir por falta de estrada.

Entrevista com Félix - Tomás Coelho

Eles deram um preço muito baixo, quando fizemos a passeata o preço aumentou, daí o pessoal que recebeu primeiro queria receber a diferença.

Outro problema é a estrada, fizeram reuniões com mapas para o traçado das estradas, mostraram onde ia passar a estrada, eu disse pro engenheiro que estamos de saco cheio e queremos saber onde vai ser a estrada e quanto eles vão pagar para os colonos, ele disse que não sabia.

Um dia veio um engenheiro novo e perguntou onde eu queria a estrada fui e mostrei pra ele, nunca mais voltou o tal engenheiro.

O que mata nós, é a gente ir até a SUREHMA, ela manda a gente ir no Palácio do Governo, e ninguém dá nada, diz que é informação do governo e não pode dar a informação.

A comissão surgiu porque não tinham dado vez para os colonos. Eu não falo bem o português, mas eu sempre metia o nariz no meio e perguntava. Se eles tiraram mais ou menos vão ter que pagar a diferença da indenização. Ainda mais que eu paguei o imposto como se o terreno fosse meu ainda, fiz esse favor pra eles.

Eu trabalhei e lutei tanto para ter essa chácara, é muito difícil entrar em acordo. Pelo produto a SUREHMA não paga um tostão, pois água vem da chuva, porque não pagam bem a gente que trabalha?

A gente luta, planta, gasta em adubo, e o atravessador que

ganhar a metade, plantamos milho, feijão, batata-doce, repolho, aipim, batatinha. Tiramos mais que o salário por mês, mas este ano tá feio, o adubo está caro, custa mais que o saco de batata, é melhor nem plantar.

Vendê por 108 mil cruzados é prejuízo.

Na Polônia é mais organizado, tendo ou não o produto o preço x é mantido, apesar que lá os comunistas estão tomando conta, aqui não tem equilíbrio de preço, vem os produtos de fora e põe fogo nos produtos daqui.

Veja a minha situação, o dinheiro que coloquei na poupança caiu e ainda perdi dois alqueires, fiquei só com quatro alqueires.

Estou com 65 anos, e tenho que correr de um lado para o outro, estamos perdendo uma safra, porque agora é mais urgente mudar a casa. A filha trabalha com o cavalo, mas moça não aguenta muito peso, não aguenta com o arado.

Aa casa de tronco tem 110 anos, eu só vendo se ficar sem dinheiro, se alguém da família ficar com a casa fica a lembrança que o pai caprichou. Não é vantagem entrar na justiça, pelo que arrasta, os que pegaram advogado, pegou bonde errado, pois quem saiu ganhando foi o advogado. Quando vieram os candidatos fazer comício aqui, eu disse para eles, se cada um trouxe um caminhão de saibro a estrada ficaria pronta logo. Pois quando eles são eleitos, eles esquecem quem os elegeu, e se perdem, ficam com raiva porque a gente não votou neles.

Eles ganham um monte de dinheiro da gente para nos representar e não fazem nada.

A colônia nunca havia passado por nada parecido, só agora com esse problema que surgiu a comissão. O pessoal não entende muita coisa.

Os primeiros que aceitaram as indenizações se tivessem resistido, não aceitassem qualquer preço, e se unissem, não tinha saído a represa.

Os colonos tem medo da pressão, de enfrentar a justiça. Alguns apelaram pela justiça, pegaram advogados e saíram roubados pelos advogados. Como eu, estou realizando um negócio, não aceito qualquer preço pela terra que meus pais e avós trabalharam.

Tem que chegar ao preço justo da terra, no mercado o alqueire está custando 200 mil cruzados ou mais, depende da terra, e o que a SUREHMA está oferecendo a gente não compra nem um lote em Araucária. Chamam a gente de cabeça dura. Mas tenho família pra criar, tenho filhos na escola e preciso da terra pra trabalhar. Veja, com o plano cruzado, os preços se estabilizou, mas agora voltou a inflação e a gente não sabe no que vai dar. Mas a SUREHMA muda os termos toda hora, primeiro era o metro quadrado, depois o alqueire, e agora estão falando em hectare, a gente fica meio tonto. Eles vieram aqui e mostraram os laudos da terra, mas os preços dos pinheiros, eles usaram o metro cúbico e estava muito baixo, isso vale mais que a terra nua, e terra com plantação vale mais. Veja as estradas, nós precisamos dela, só que eles não estão fazendo nada, e a prefeitura

de Araucária não se mexe. A ponte pra ir até a igreja precisa ser construída, e nada foi discutido ou feito, a estrada do centenário começaram a fazer e está lá parada.

A comissão é pra se reunir e discutir essas coisas e fazer pressão pra que eles façam as estradas.

Entrevista com Leopoldo Kruppa - Tomás Coelho

Hoje, por ser domingo, encontramos a família reunida, inclusive com visita de parentes de Curitiba.

Fomos convidados a tomar café. Lúcia apressa-se em nos mostrar os álbuns de fotografias de família. O interessante foi o interesse de Lúcia em registrar, através de fotografias, o processo de desmonte da casa do tio Vitório e de todo o conjunto de sua chacára.

Lúcia: "Tiramos as fotos para ficar de lembrança, a vida na colônia era muito boa, está difícil adaptar-se, mas o que fazer?"

Eramos só eu e a mãe para trabalhar, não íamos dar conta do serviço, fomos indenizados em um alqueire somente, os seis restante nós arrendamos para dois vizinhos, perto da chacára, já não mora mais ninguém, perdemos todos os vizinhos, agora só tem buracos.

A diferença no trabalho, é que é mais limpo e leve, na chacára tinha que dar conta do serviço da casa, alimentar os animais e cuidar da lavoura, mas sentia liberdade pois trabalhava pra nós mesmo.

Entre os novos vizinhos aqui não tem descendente de polaco, a mãe tem um pouco de dificuldade em conversar em brasileiro, pois sempre falou em polonês, até eu e meus irmãos ao entrarmos na escola só falávamos em polonês".

Obs.: As relações entre vizinhos na colônia restringia-se aos parentes, pois as amigas da Lúcia tanto na escola como na vi-

zinhança, eram as primas. Nas paredes da casa já não se vê os quadros dependurados, observa-se que apesar da saudade da vida na colônia, os atrativos do urbano vão aos poucos moldando um novo estilo de vida. As diferenças entre as dificuldades da vida rural e as propensões facilidades da vida na cidade vão, aos poucos, sendo incorporadas. Mas, com muita dificuldade.

Entrevista com Lúcia Machmievicz - Tomás Coelho

Será que o governo não entende isso, nós pra mudar a casa pagamos 16 mil cruzados, o paiol 11 mil, a lavanderia 13 mil, a área 8 mil cruzados, tudo isso só de mão-de-obra.

A casa está sendo pintada pelas filhas, a filha solteira que estudou tanto, tirou vários cursos, vai pintar a casa por dentro, pois já gastamos muito.

Ficamos bravos porque o governo não entende nada disso, o trabalho de mudar a casa, e ainda perdemos terra.

Estamos morando no paiol, limpamos uma parte, puxamos a luz, porque o resto do paiol está cheio de cebola.

Nós sentimos muito infelizes, pois entregamos esse terreno pra eles e o terreno que nos sobrou não dá para produzir quase nada. E ainda devem da indenização 20 mil cruzados, queremos essa estrada, precisamos muito dessa estrada.

Estamos sofrendo muito, muito, não sei porque estamos sofrendo.

O João está com muita palpitação no coração, está muito doente.

A prefeitura disse que a estrada ia passar, mediram as estradas, começaram e não acabaram. Estragaram nossas plantações, cortaram as árvores e não nos pagou nada.

Justiça não existe, só tem injustiça.

A estrada parece uma escada, está cheia de buraco e mato, não dá para passar, os vizinhos brigam muito, tem um que embargou a estrada, só porque recebeu cinco mil cruzados a menos, a briga é entre o Vicente e o Silvestre. O Vicente acha que recebeu menos que o Silvestre, resolveu embargar a estrada, entrou na justiça.

Não existe união aqui, a comissão só saiu por causa da igreja. Sabe como é, eles chegaram aqui impondo, dizendo que quem não acertasse com eles ia ser processado, que nós íamos parar na justiça. O pessoal ficou tão apavorado que foi aceitando as primeiras propostas. Era bem assim, aceita por bem, ou vão parar na justiça. Nós nunca tínhamos passado por uma coisa assim.

E com essa estrada temos que dar uma volta de 12 km até Araucária para chegar na colônia. A casa que morávamos lá embaixo, era a segunda. Quando construimos ela, eu disse que por nada no mundo ia sair dela, nunca imaginei que um dia iam construir uma represa e fazer nós sair dela. Dá uma saudade danada dela, nós vendemos pro genro. Quando mudamos pra cá na segunda-feira, foi um sacrifício pra lavar roupa, tinha que puxar água não tinha grama para quicar roupa. Quando falta luz não tem água, a caixa é pequena, só tem 500 litros.

Nos fins de semana a gente fica em casa com os parentes, ou vamos na casa deles visitar. Nos vizinhos não vamos, é tudo longe.

No meu tempo a colônia era divertida, depois da missa tinha o baile. O baile começava ao meio dia e ia até meia noite, tocava valsa, o chimangô que é aquele de pau de fitas que as moças vão tirando os rapazes para dançar.

Hoje não tem mais nada disso, não tem grupo de jovens.

Quando os padres eram mais moço, os jovens iam a missa, tinha grupo de jovens, tínhamos até peça de teatro, era bem divertido.

Hoje só tem esses bailes de forró.

Nós tinha nove alqueires e meio, ficamos com três alqueires e seis litros, mas dá para viver, têm que viver.

... Veja essa estrada, toda cheia de erosão e mato, o engenheiro que fez isso é muito burro, ou querem judiar dos polacos. Eu disse para ele fazer a estrada ali embaixo, ia evitar de passar por esses morros e encurtar a estrada, nós ia sair ali na estrada da barragem, ele não aceitou. Preferiu proteger a barragem. Quando chove nós ficamos ilhados porque a estrada tem poço de mais de dois metros de profundidade e mato, nem animal passa.

Entrevista com Pedro Jaramiski - Tomás Coelho

ANEXO 2 - REUNIÃO COM A COMISSÃO DE
MORADORES, PASTORAL DA TERRA
E VEREADORES SOBRE A QUESTÃO
DA DESAPROPRIAÇÃO

REUNIÃO COM A COMISSÃO DE MORADORES, PASTORAL DA TERRA E
VEREADORES

A pauta constituiu-se em dois itens básicos:

- reajuste das indenizações
- o problema das estradas

Transcrevemos as falas por ordem:

Pedro Jaramiski - é tudo um jogo de empurra, o DER não assume a construção das estradas e joga pra prefeitura, nem o próprio Estado não tem capacidade de acatar, e o prefeito não toma iniciativa e diz que o pepino não é dele.

Gembaroski - o DER assumiu mas não está fazendo nada, eu pergunto onde está a autoridade do Estado e da Prefeitura?

A água está subindo, estamos sem luz e sem estradas. Sugiro a seguinte proposta - paramos as máquinas, cercamos tudo com os carros, paramos a obra até solucionar o problema das estradas.

João Pirog - tem duas famílias que não acertaram as indenizações ainda, e tem gente que recebeu ação de despejo em trinta dias, como vão fazer mudança em trinta dias sem saber pra onde ir. E o pior que estão ameaçando de subir o nível do rio em trinta dias, isso é pra nos intimidar.

Falam até de entrar no terreno e tocar as máquinas pra tirar

as famílias.

Pedro Jaramiski - não existe lei no país que feche estradas, eles não tem direito nenhum aqui. Nós temos direito de usufruir isso aqui, eles vieram da caixa prego e vem mandar aqui. Se for assim eu vou fechar tudo aqui. Temos que fiscalizar todo o serviço deles.

João Pirog - vão destruir a ponte que dá acesso a Campo Largo. Prometeram luz, poço de água, quando fui cobrar disseram que não haviam prometido nada.

Pedro Jaramiski - há o problema interno que uns deixam passar a estrada e outros não, que eles falaram que alguns embarga a estrada, quem disse isso foi o prefeito.

Vereador Pedro Lemos (Araucária) - não existe essa história de embargar estrada, o prefeito está mentindo.

Gembaroski - os caras não estão querendo fazer nada, existe vários acessos pequenos que o DER disse que a prefeitura um dia vai fazer, mas onde eles pretende construir as estradas, vai estracalhar muitas propriedades.

Casimiro - há outra estrada do tempo do império que era carroçavel, só que o engenheiro não quer porque o terreno é de varjedão.

Primeira proposta do Pedro - construir um aterro até a avenida centenário, pois ali não vai prejudicar ninguém. Eles que cercuem a passarela para não cair veneno no belo Rio Passaúna deles e não estrague a bendita água.

A luz vão ter que fazer nova extensão, no escuro que não dá pra ficar, estão querendo cobrar realocação de linha, mas prometeram que não iam cobrar nada.

Félix - Ofertaram 130 mil cruzados de indenização a sociedade, mas só para desmontar a casa e remontá-la vamos gastar bem mais, lá tem quatro lotes bons.

Proposta - a SUREHMA que compre o terreno e construa a sociedade, eles ficariam só com o terreno, pois a sociedade é do povo. Eles ficam falando que a água não vai pegar lá mas colocam a placa como se fossem deles. Tem que exigir reajuste de 500%, porque até nós receber a indenização o dinheiro está defasado por causa da inflação.

Estefano Jablonski - mas tem que ver o seguinte, o preço da terra varia muito e depende da localização. O preço de mercado oscila, em Araucária, 25 alqueires com benfeitoria custa quatro milhões de cruzados, 30 dias atrás estavam oferecendo o alqueire entre 110 a 500 mil cruzados, por aqui. Tem que ver se compra outro pedaço de terra igual ao que nós tem aqui.

Proposta da Pastoral da Terra - fixar a terra nua em 300%, as benfeitorias em 500% até 31 de março.

Pedro Jaramiski - mas o pessoal tem que entender que cada caso é um caso, senão dá briga. Se um vizinho tem um terreno pequeno e recebe X de indenização por tudo, e o outro só num paiol recebe o X idêntico de indenização, da briga. O vizinho do paiol fica queimado. Onde já se viu, ele recebe tudo só num paiol.

Irmã Emilinha (do Colégio das Irmãs - Tomás Coelho) - seria bom estipular um prazo para acertar a indenização, até eles pagarem, a inflação vai correndo e o dinheiro decaindo.

Padre Tadeu (da Igreja de São Miguel - Tomás Coelho) - isso não depende de nós, o governo não tem verba para pagar o funcionalismo, vão ter para pagar nós?

Irmã Emilinha - a escola, se não resolver a estrada, tem criança que vai ficar sem escola.

Nós os colonos não podemos ficar esperando dos vereadores. Se não formos nós, eles não resolvem nada. Da outra vez, lembra, o vereador ficou com vergonha, na hora que nós apertamos para uma solução, ele até escondeu-se num canto.

Vereador Pedro Lemos - nesse caso então, é bom criarmos grupos para tratar de cada problema, mas na hora do quente na panela deles, tem que ir todo mundo em bloco. Temos que ressuscitar a comissão, marcar uma reunião com o Secretário do Interior e

levar até ele as propostas e trazer os homens aqui.

Foi aceita por unanimidade a proposta de 300% sob a terra nua de 500% sob as benfeitorias. Com relação as estradas prevaleceu a construção do aterro na avenida do centenário.

Os vereadores ficaram encarregados de marcar a reunião com o Secretário.

Obs.: As contradições internas prevalecem sobre a unidade entre os colonos. Existe todo um discurso em relação a política do Estado, principalmente, no que tange as formas de atuação do Estado, mas, a passagem entre o discurso e as estratégias de ação dos colonos não acontece, devido aos interesses individuais.

A participação dos colonos em reuniões é maciça, discutem os assuntos mais relevantes no momento, mas na hora de reivindicarem em grupo, junto aos órgãos competentes, agem de forma individualizada, pois é assim que o Estado acaba dividindo qualquer grupo que tenha alguma homogeneidade.

SÁBADO DE ALELUIA, dia Santo, portanto, a festa maior entre os colonos descendentes de poloneses, o dia é consagrado. É a Benção dos Alimentos.

O caminho a ser percorrido é longo. São cinco escolas, quatro capelas, fora as casas onde as famílias estarão com suas cestas floridas, cheias dos mais variados quitutes, aguardando a Benção Especial do Padre.

Inicia-se o trajeto pela Roça Nova - localidade que pertence a colônia, mas que não será atingida diretamente pela represa, a não ser para a construção das estradas.

A Benção dos Alimentos é uma tradição expressiva deixada pelos antepassados. Nesse dia especial, os colonos trazem os alimentos que serão consumidos no domingo de Páscoa. As cestas contêm, basicamente, carne, a broa, os ovos pintados, sal, água, enfim, tudo o que for necessário abençoar. As cestas são de vime e suas alças são enfeitadas com flores, e os alimentos cobertos com panos bordados.

No centro da sala, sobre a mesa ficam as cestas, a água e o ramo, com o qual o padre irá benzer os alimentos. O padre inicia o ritual com uma oração, abençoando rapidamente os alimentos. As casas, escolas e capelas, aglutinam os moradores que reverenciam toda sua fé nesse ato de comunhão. O ritual se repete, a cada lugar, devidamente preparado para benção.

Para o padre Tadeu, essa tradição se mantém pelo esforço da Paróquia, caso contrário, ela se teria extinguido.

Na escola do Rio Verde, os ramos para jogar a água benta eram de galhos de arruda, que, segundo os poloneses, espanta o mal-olhado.

... No final da peregrinação, percorrem 40 km, que termina na Igreja de São Miguel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa : Presença, 1970. 120p.
- 2 ALVES, Rubem. O que é religião. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. 132p.
- 3 ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba : Gráfica IMPRIMAX, v.1, 1970. 130p.
- 4 _____. Curitiba : Gráfica Vicentina, v.3, 1971. 127p.
- 5 _____. Curitiba : Gráfica Vicentina, v.5, 1971. 123p.
- 6 _____. Curitiba : Gráfica Vitória, v.7, 1973. 136p.
- 7 _____. Cartas dos emigrantes do Brasil. Curitiba : Gráfica Vicentina, v.8, 1977. 117p.
- 8 _____. As escolas da colonização polonesa no Brasil. Curitiba : Gráfica IMPRIMAX, v.2, 1970. 110p.
- 9 _____. Memórias. Curitiba : Gráfica Vicentina, v.6, 1972. 112p.
- 10 _____. Recordações de viagem. Curitiba : Gráfica Vicentina, v.4, 1971. 107p.
- 11 ARAUJO, Braz José de. Caio Prado Junior e a questão no Brasil. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, v.1, n.1, 1977.
- 12 ARON, Raymond. Da condição histórica do sociólogo. Brasília : Ed. da UnB, 1981. 23p. (Cadernos da Unb)
- 13 AVALIAÇÃO sobre o impacto da desapropriação. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 mar. 1985.
- 14 BALHANA, Altiva Filatti, MACHADO, Brasil Pinheiro, WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. 2.ed. Curitiba : Grafipar, 1969. v.2.
- 15 BALHANA, Altiva Filatti, WESTPHALEN, Cecília. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderna. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.25, p.1-30, 1977.
- 16 BENDIX, R. Os primeiros estudos de Weber e a definição de sua perspectiva intelectual. In: _____. Max Weber: um perfil intelectual. Brasília : Ed. UnB, 1986. cap.2.
- 17 BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas : magia e técnica, arte e política. São Paulo : Brasiliense, 1985. v.1.
- 18 BERGER, Peter I., LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis : Vozes, 1976.
- 19 BETTELHEIM, Charles. Comentários teóricos. In: EMMANUEL, Arghiri. A troca desigual. Lisboa : Estampa, 1973. v.2, p.25-80.
- 20 BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba : FUNDEPAR, v.13, 1971. 96p.
- 21 BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação : Walter Benjamin, infância berlinense por volta de 1900. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) Produzindo o passado. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- 22 BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 1983. 84p.

- 23 ROSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembrança de velhos. São Paulo : T.A. Queiroz : USP, 1987. 399p.
- 24 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia : construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo : Brasiliense, 1986. 176p.
- 25 BROWN, Norman O. Vida contra morte : o sentido psicanalítico da história. Petrópolis : Vozes, 1972. 397p.
- 26 BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques de, SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. 2.ed. Rio de Janeiro : F. Alves, 1982. 251p.
- 27 CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 6.ed. São Paulo : Duas Cidades, 1982. 284p.
- 28 CARDOSO, Ciro F., BRIGNOLI, Hector P. Os métodos da história. Rio de Janeiro : Graal, 1979. 530p.
- 29 CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. Separata de Cadernos da FUC, n.7, ago. 1971. 40p.
- 30 CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas : Papyrus, 1984. 339p.
- 31 CARVALHO, Edgard de A. Reflexões sobre identidade étnico-cultural. s.n.t.
- 32 CARVALHO, Horácio Martins de. Planejamento e estado nas sociedades capitalistas. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n.9, p.49-77, mar. 1979.
- 33 CASSIRER, Ernest. Antropologia filosófica. São Paulo : Mestre Jou, 1972. 378p.
- 34 CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 9.ed. São Paulo : Brasiliense, 1982. 125p.
- 35 COLÔNIA Tomás Coelho pede sua estrada. Jornal do Estado, Curitiba, 7 maio 1986.
- 36 COLONOS de Tomás Coelho ainda sem solução. Correio de Notícias, Curitiba, 27 mar. 1985.
- 37 COLONOS exaustos de Tomás Coelho não sabem aonde se fixar. Correio de Notícias, Curitiba, 29 mar. 1985.
- 38 COMISSÃO COORDENADORA DA BACIA DO RIO PASSAÚNA. Análise e definição da cota de desapropriação e estabelecimento da faixa de proteção para o lago formado pelo barramento do Rio Passaúna : relatório nº 2/85 do Grupo Executivo. Curitiba, 17 out. 1985.
- 39 _____. Parecer sobre o controle de poluição na Bacia do Rio Passaúna. Curitiba, 18 nov. 1985.
- 40 _____. Plano para resguardar a manutenção das águas da Bacia do Rio Passaúna na classe II. Curitiba, set. 1985.
- 41 _____. Projeto Passaúna : uma experiência inovadora: memorandum nº 31/85 do Grupo Executivo. Curitiba, out. 1985.
- 42 _____. Relatório nº 10/85 do Grupo Executivo. Curitiba, 8 out. 1985.
- 43 _____. Relatório nº 12/85 do Grupo Executivo. Curitiba, 21 out. 1985.
- 44 _____. Relatório nº 13/85 do Grupo Executivo. Curitiba, 29 out. 1985.
- 45 _____. Relatório nº 15/85 do Grupo Executivo. Curitiba, 11 nov. 1985.
- 46 COMISSÃO verá futuro de Tomás Coelho. Gazeta do Povo, Curitiba, 10 maio 1985.
- 47 COM o Passaúna, acidentes não vão paralisar o abastecimento. Gazeta do Povo, Curitiba, 22 maio 1985.
- 48 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Barragem Passaúna : relatório técnico. Curitiba : SANEPAR, out. 1980. Consórcio Scope-PROENSI.
- 49 _____. Plano geral integrado de água-esgoto da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba : SANEPAR, 1980. Consórcio Scope-Proensi.
- 50 _____. Projeto de captação do Rio Passaúna : relatório técnico preliminar. Curitiba : SANEPAR, 1978.

- 51 _____. Projeto de captação do Rio Passaúna : relatório técnico preliminar. Curitiba : SANEPAR, 1981.
- 52 _____. Sistema de abastecimento de água de Curitiba : relatório técnico. Curitiba : SANEPAR, jun. 1985.
- 53 _____. Utilização e preservação de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba : relatório técnico. Curitiba : SANEPAR, 1985.
- 54 COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Projeto Passaúna : levantamento arquitetônico: relatório preliminar. Curitiba : COMEC, 1985.
- 55 COSTA, Maria Cecília Solheida. A chácara e a carroça : um estudo de padrões de resistência e de herança entre colonos poloneses. s.n.t.
- 56 CRUZ, Arnaldo. O drama e os benefícios com o Passaúna. Gazeta do Povo, Curitiba, 8 fev. 1987.
- 57 DAUMARD, Aline. História social no Brasil : teoria e metodologia. Curitiba : Ed. da UFPR, 1984. 259p.
- 58 DERERT, Quita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. s.n.t. 16p.
- 59 DESAPROPRIAÇÕES precisam de critérios justos. Jornal do Estado, Curitiba, 3 abr. 1985.
- 60 DE uma lenda eles forjaram cem anos de colonização. Diário do Paraná, Curitiba, 14 nov. 1971.
- 61 DRANKA, Francisco. Setembro: centenário da imigração polonesa no Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 18 abr. 1971.
- 62 _____. Poloneses : 100 anos de Paraná. O Estado do Paraná, Curitiba, set. 1971.
- 63 DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade. São Paulo : Perspectiva, 1973. 245p.
- 64 _____. Movimentos sociais, a construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.10, out. 1984.
- 65 DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo : Abril Cultural, 1973. p.505-547. (Os pensadores, 33)
- 66 ELES chegaram a cem anos. Hoje fazem parte do Paraná. Diário do Paraná, Curitiba, 17 nov. 1973.
- 67 ESTÁ é a história dos imigrantes poloneses. Diário do Paraná, Curitiba, 18 nov. 1981.
- 68 FAMÍLIAS pretendem ficar em Tomás Coelho. Correio de Notícias, Curitiba, 2 abr. 1985.
- 69 FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira : o Brasil republicano-sociedade e instituições (1889-1930). 2.ed. Rio de Janeiro : Bifel, 1978. v.9.
- 70 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São Paulo : Ática, 1978. v.1. (Ensaio, 34)
- 71 FERNANDES, Ruben César. Imagens da Paixão : a igreja no Brasil e na Polônia. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro : ISER, n.14, 1987.
- 72 FERREIRA, Maria Verônica Macedo. Tomás Coelho : 110 anos de existência em perigo. Jornal do Estado, Curitiba, 28 set. 1986.
- 73 FIGUEIREDO, Antonio dos Santos. A evolução do estado no Brasil. Porto : Empresa Ind. Gráfica, 1926.
- 74 FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. Microfísica do poder. 5.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1985. p.277-293.
- 75 FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: OBRAS completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro : Delta, s.d. v.10, p.1-65.

- 76 FROMM, Erich, MACCOBY, Michael. O caráter social de uma aldeia : um estudo sociopsicanalítico. Rio de Janeiro : Zahar, 1972. 378p.
- 77 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11 ed. São Paulo : Nacional, 1972. 248p.
- 78 GIELZYNSKI, Wojciech. La cultura en Polónia. Varsóvia : Interpress, 1975.
- 79 GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo : Ática, 1978. 592p. (Ensaio, 29)
- 80 GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. Poloneses: a epopéia de uma imigração. O Município, Brusque, 4-10 dez. 1981.
- 81 GOVERNO prometeu justiça aos colonos de Tomás Coelho. Correio de Notícias, Curitiba, 6 jul. 1985.
- 82 GRZYBOWSKI, Cândido. Os movimentos sociais e o processo de organização dos camponeses. Cadernos do CEAS, Salvador, set./out. 1983.
- 83 HALBWACHS, Maurício. Morfologia social. São Paulo : Saraiva, 1941. 218p.
- 84 HEHPEL, A. Os poloneses no Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, v.7, p.11-99, 1973.
- 85 HENSEL, W. Les origines de l'Etat Polonais. Varsóvia : Ed. Polonia, 1960. n.p.
- 86 HESSEL, Mariano. Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, v.1, p.93-113, 1970.
- 87 HOBBSBAWM, Eric J. A era das revoluções : Europa 1789-1848. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. 366p.
- 88 _____. From social history to the history of society. Nordaluz, v.100, n.1, p.20-45, Winter 1971.
- 89 HOFMANN, Werner. A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. 356p.
- 90 IANNI, Octávio. Do polonês ao polaco. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v.12, 1960.
- 91 _____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 2.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977. 316p.
- 92 _____. As metamorfoses do escravo : apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2.ed. rev. aug. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988. 271p.
- 93 _____. Origens agrárias do estado brasileiro. São Paulo : Brasiliense, 1984. 255p.
- 94 _____. Raças e classes sociais no Brasil. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. 356p.
- 95 _____. A situação social do polonês. In: HIRANO, Sedi (Org.) Pesquisa Social : projeto e planejamento. São Paulo : T.A. Queiroz, 1979. v.1, p.193-214.
- 96 IPARDES-Fundação Edison Vieira. Caracterização sócio-econômica da Colônia Tomás Coelho. Curitiba, 1987. 56p. Convênio SUREHMA, SECE, FCC, COMEC, IPPUC.
- 97 KAUTSKY, Karl. O caráter capitalista na agricultura moderna. In: _____. A questão agrária. Rio de Janeiro : Laemmert, 1968. cap. 5.
- 98 KERSTEN, Maria Scholz de Andrade. O colono polaco : a recriação do camponês sob o capital. Curitiba, 1983. 114p. Dissertação (Mestrado) - UFPR.
- 99 LÁPA, José R. do Amaral (Org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis : Vozes, 1980.
- 100 LAVRADORES estão apreensivos. Correio de Notícias, Curitiba, 21 mar. 1985.
- 101 LE GOFF, Jaques et al. A nova história. Lisboa : Edições 70, 1986. 89p.
- 102 LENIN, V.I. O capitalismo na agricultura. In: SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena (Org.). A questão agrária. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- 103 LÓJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo : M. Fontes, 1981. 337p.

- 104 MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. In: _____. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro : Zahar, 1972. 330p.
- 105 MANN, Thomas. A montanha mágica. 3.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982. 301p.
- 106 MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo : estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo : Pioneira, 1975. 161p.
- 107 _____. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo : Pioneira, 1973. 351p.
- 108 _____. A questão agrária no Brasil. Ciência e Cultura, São Paulo, v.27, n.8, 1975.
- 109 MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2.ed. São Paulo : M. Fontes, 1983. 351p.
- 110 _____. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. 3.ed. Rio de Janeiro, 1977. 328p.
- 111 _____. A questão judaica. Rio de Janeiro : Achiamé, s.d. 73p.
- 112 MARX, Karl, ENGELS, F. A ideologia alemã. 2.ed. Lisboa : Presença, 1980. v.2. 457p.
- 113 _____. A ideologia alemã : crítica da filosofia alemã mais recente. 4.ed. Lisboa : Presença, 1980. v.1. 311p.
- 114 _____. Textos. São Paulo : Sociais, 1977. v.3. 381p.
- 115 MORADORES de Tomás Coelho querem preço justo para deixar as terras. Gazeta do Povo, Curitiba, 21 maio 1985.
- 116 A MORTE líquida. Folha de Londrina, Londrina, 24 abr. 1985.
- 117 NADALIN, Sérgio Odilon. Uma comunidade de origem germânica em Curitiba : demografia e sociedade. História : Questões e Debates, Curitiba, v.8, n.14, p.137-146, dez. 1987.
- 118 NORA, Pierre, LE GOFF, Jaques. História: novas abordagens. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976. 200p.
- 119 _____. História: novos objetos. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976. 238p.
- 120 _____. História: novos problemas. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976. 193p.
- 121 NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: NÓTA, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. São Paulo : Difel, 1971. p.47-63.
- 122 ORLANDI, E. et al. Sobre discurso e texto : imagem e/ou constituição. In: _____. Sobre a estruturação do discurso. Campinas : UNICAMP, 1981. p.39-62.
- 123 OLIVEIRA, Noeme Moreira de, CARVALHO, Ivana de, GENEHR, Elisabeth. Projeto Passaúna : "E a nossa paróquia?" : levantamento etnográfico realizado na Colônia Tomás Coelho. Curitiba : SECE, 1985. 83p.
- 124 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo : Pioneira, 1976.
- 125 PADIS, Pedro Galil. Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec; Curitiba : SECE, 1981. 235p.
- 126 PARANÁ. Governo. 1875-1877 (Lamenha Lins). Relatório do Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15.06.1877. Curitiba : Typ. Lopes, 1877. 79p.
- 127 _____. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. A represa e os colonos. Curitiba, 1986. 144p.
- 128 _____. Secretaria de Estado do Interior. Alternativas para definição da cota de desapropriação do reservatório do Passaúna : resolução n.2/85. Curitiba, set. 1985.
- 129 PASSAÚNA, a única alternativa. Correio de Notícias, Curitiba, 30 mar. 1985.
- 130 PASSAÚNA : Comissão vai assumir amanhã. Gazeta do Povo, Curitiba, 2 out. 1985.

- 131 PASSAÚNA : investimento já alcança 40 bilhões. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 maio 1985.
- 132 UM PEDAÇO da Polônia próximo a Curitiba. Gazeta do Povo, Curitiba, 22 fev. 1972.
- 133 PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade : 1824-1930. São Paulo : Brasiliense, 1982. 89p.
- 134 PIAGET, Jean. A situação das ciências do homem no sistema das ciências. Lisboa : Bertrand, 1970. v.i, p.23-24.
- 135 POR que os poloneses vieram para o Brasil? Folha de Londrina, Londrina, 31 dez. 1970.
- 136 PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 9.ed. São Paulo : Brasiliense, 1969. 390p.
- 137 _____. História econômica do Brasil. 22.ed. São Paulo : Brasiliense, 1979. 364p.
- 138 _____. A revolução brasileira. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1977. 269p.
- 139 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais : do "indizível" ao "dizível". São Paulo : Vértice : Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p.14-43.
- 140 REAJUSTE em terras da Colônia Tomás Coelho. Gazeta do Povo, Curitiba, 22 ago. 1986.
- 141 REPRESA expulsa 2 mil poloneses. Correio de Notícias, Curitiba, 20 mar. 1985.
- 142 RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório. Rio de Janeiro : Vozes, 1979. 257p.
- 143 ROCHA, Maria Cecília. "Até o papa é polonês!" : um estudo de identidade étnica na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1985. 56p. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Antropologia da UFPR.
- 144 ROCHA NETO, Bento Munhoz da. Poloneses no Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, v.14, n.p., nov. 1971. Edição especial comemorativa ao centenário da imigração polonesa para o Paraná.
- 145 SEYFERTH, Giraida. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v.29, p.73-95, 1983-1984.
- 146 SILVA, José Graziano da (Org.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo : Hucitec, 1980. 240p.
- 147 Só barragem evitará falta de água. Gazeta do Povo, Curitiba, 4 dez. 1984. p.3.
- 148 SOBOLU, Albert. Descrição e medida em história social. In: _____. A história social : problemas, fontes e métodos. Lisboa : Cosmos, 1967. p.25-66.
- 149 SOLUÇÃO próxima para Colônia Tomás Coelho. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jun. 1985.
- 150 SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE. Possibilidades de regularização do Rio Passaúna. Curitiba : SUREHMA, 1985.
- 151 _____. Projeto Passaúna : relatório técnico. Curitiba : SUREHMA, 1985.
- 152 TEMPSKI, Edvino D. Quem é o polonês. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, v.14, p.1-498, nov.1971. Edição especial comemorativa ao centenário da imigração polonesa para o Paraná.
- 153 THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo : Polis, 1980. 270p.
- 154 _____. Metodologia de pesquisa-ação. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1986. 108p.
- 155 THOMPSON, Paul. The voice of the east : oral history. London : Oxford University, 1978. 257p.
- 156 TOMÁS Coelho: águas devem expulsar famílias. Jornal do Estado, Curitiba, 4 fev. 1987.
- 157 TOMÁS Coelho, a tradição que desaparece. Gazeta do Povo, Curitiba, 25 mar. 1985.
- 158 TOMÁS Coelho: governo paga pouco pelas terras. Jornal do Estado, Curitiba, 4 abr. 1985.

- 159 TOMÁS Coelho: imobiliárias atrapalham. Jornal do Estado, Curitiba, 16 abr. 1985.
- 160 VALENTINI, Jussara. A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba. Curitiba : Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.
- 161 VALOR em Tomás Coelho. Folha de Londrina, Londrina, 11 jul. 1985.
- 162 VICTOR, Nestor. A terra do futuro : impressões do Paraná. Rio de Janeiro : Typ do Jornal do Comércio, 1913. 395p.
- 163 WACHOWICZ, Romão. A saga de Araucária. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1975. 166p.
- 164 WACHOWICZ, Ruy C. Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1976. 84p.
- 165 _____. O camponês polonês no Brasil. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins, 1981. 152p.
- 166 _____. Orleans: um século de subsistência. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1976. 92p.
- 167 _____. Santa Cândida : pioneira da colonização linista. Boletim Informativo, Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v.2, dez. 1975. 15p.
- 168 _____. Tomás Coelho : uma comunidade camponesa. Curitiba : Real Artes Gráficas, 1977. 114r.
- 169 WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O camponês, um trabalhador para o capital. Campinas : s.n., 1979.
- 170 WEBER, Max. Ensaio de sociologia. 3.ed. Org. e trad. de H.H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. 530p.
- 171 WOJNA, Ryszard et al. Polônia : país e gente. Varsóvia : Interpress, 1979.
- 172 ZUPIROLI, Claudismar. Tomás Coelho em questão. Jornal LUD, Curitiba, n.34, 3 set. 1985. p.8.

ENTREVISTAS

- 1 BOJAN, Leopoldo e Isabel. Entrevista concedida em Tomás Coelho em março de 1985.
- 2 CIGNEK, João. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em abril de 1985.
- 3 COMISSÃO DE MORADORES DE TOMÁS COELHO E MISSÃO CATÓLICA POLONESA. Reunião realizada na Igreja de São Miguel, Tomás Coelho, 8 de fevereiro de 1985.
- 4 CZELUSNIAK, Antônio. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em junho de 1985.
- 5 CZELUSNIAK, Francisco. Entrevista concedida em Tomás Coelho em julho de 1985 e em abril de 1988.
- 6 GALARDIA, Isabel. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em maio de 1985.
- 7 GAULAK, Miguel. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1985.
- 8 JAKAMISKI, Miguel e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em 28 de março de 1987 e em março de 1988.
- 9 JAKAMISKI, Pedro. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1988.
- 10 JABLONSKI, Estefano e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em 11 de abril de 1987 e abril de 1988.
- 11 KRUPPA, Leopoldo e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em abril de 1985; 11 de abril de 1987 e abril de 1988.
- 12 KNAUT, Brunislawa Setiik. Entrevista concedida em Tomás Coelho em janeiro de 1985.
- 13 MACHMIEVICZ, Victório e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em janeiro de 1985 e 6 de abril de 1987.
- 14 MARKO, Olga. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em julho de 1985.

- 15 MAZUR, Irene e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em 29 de janeiro de 1987.
- 16 MAZUR, Osvaldo. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1985.
- 17 MAZUR, Zilda. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em junho de 1985.
- 18 KIKOS, José. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em maio de 1985.
- 19 MORADORES DE TOMÁS COELHO. Depoimentos colhidos no Domingo de Bingo, festa realizada na Igreja de São Miguel, Tomás Coelho, 3 de maio de 1987.
- 20 MYSCO, Maria. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em abril de 1985.
- 21 NAKAYTARA, Antonio (representante da Comissão de Moradores de Tomás Coelho); LEMOS, Pedro (vereador). Entrevista concedida na Câmara Municipal de Araucária, em 25 de fevereiro de 1987.
- 22 NOVAK, Jacob. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em julho de 1985.
- 23 NOVINSKI, Estanislau. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em maio de 1985.
- 24 PATHECKI, família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1985.
- 25 PIANOWSKI, família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em junho de 1985.
- 26 PIROG, João e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em janeiro de 1985 e em 30 de janeiro de 1987.
- 27 ROMANOVISK, Amélia. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em junho de 1985.
- 28 SENDERSKI, Angélica. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em 28 de janeiro de 1987.
- 29 SENDERSKI, Davi. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em janeiro de 1985.
- 30 SENDERSKI, José e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em abril de 1985 e 25 de abril de 1987.
- 31 SENDERSKI, Margarida Kurda e família. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em 25 de abril de 1987.
- 32 SETLIK, Ana. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em fevereiro de 1985.
- 33 SETLIK, André. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em junho de 1985.
- 34 SETLIK, Estefano Inácio. Entrevista concedida em Tomás Coelho em fevereiro de 1985.
- 35 SETLIK, Pedro. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em fevereiro de 1985.
- 36 SETLIK, Tomáz. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1985.
- 37 SEZPAK, Miguei. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em março de 1985.
- 38 SPACK, Adriano. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em maio de 1985.
- 39 STEFANSKI, Estanislau. Entrevista concedida em Tomás Coelho, em maio de 1985.
- 40 WACHOWICZ, Romão. Entrevista concedida em Araucária, em 15 de janeiro de 1985.